



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Mariana Oliveira de Jesus

O CONHECIMENTO HISTÓRICO  
NA REABILITAÇÃO URBANA (INTEGRADA)

UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE CASOS DE GUIMARÃES, COIMBRA E ÉVORA

Dissertação no âmbito do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada,  
orientada pela Professora Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade  
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e  
Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Março de 2022



Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e  
Tecnologia da Universidade de Coimbra

# O CONHECIMENTO HISTÓRICO NA REABILITAÇÃO URBANA (INTEGRADA)

## Um estudo comparativo entre casos de Guimarães, Coimbra e Évora

Mariana Oliveira de Jesus

Dissertação de Mestrado no âmbito do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada orientada pela Professora Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Março de 2022



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



*“Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória.*

*Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro”*

José Saramago



# Agradecimentos

---

## **Um agradecimento especial,**

A todos os intervenientes das Câmaras Municipais de Guimarães, de Coimbra e de Évora que aceitaram o meu convite para participar e contribuir para a minha investigação.

À Professora Luísa Trindade que gentilmente aceitou orientar-me e que acompanhou e marcou todo o meu percurso académico.

Ao Professor Adelino Gonçalves e à Professora Margarida Relvão Calmeiro por me terem acolhido no mRUI, e sempre disponíveis para me ajudarem e aconselharem.

Aos meus colegas de mestrado pelo companheirismo e amizade.

Às minhas parceiras e colegas de licenciatura, a Helena, a Inês, a Sofia e a Catarina, pelas memórias bonitas da nossa vida académica.

À Vera, à Mariana Quinteira, à Mariana Cortez, à Inês, ao Stephan e ao Gilles que estiveram sempre presentes para me apoiar, motivar e celebrar.

E por último, mas não menos importante, à Matilde, ao pai Miguel e à mãe Anabela: a família que persistentemente me apoiou.

**Um sentido obrigada.**





# Resumo

---

Tal como aponta o título, a presente dissertação reflete sobre a importância do conhecimento histórico nos processos de reabilitação urbana como modo de reconhecimento e interpretação da densidade material e das múltiplas temporalidades urbanas e, por consequência, enquanto forma de valorização e preservação do Património Urbano.

Perspetivando a cidade como produto do tempo e como resultado da sedimentação de valores culturais e sociais, é evidente a importância da disciplina da História para entender um espaço segmentado e cumulativo onde coexistem (i) materialidades de tempos vários, mas, em última análise, sempre pertencentes à cidade contemporânea, aquela em que nos movimentamos e com a qual, legitimamente, interagimos em permanência.

Cabendo à reabilitação urbana responder simultaneamente às necessidades funcionais da cidade atual e garantir a preservação e valorização das suas heranças patrimoniais, é fundamental entender a realidade urbana e o espaço na sua globalidade para apoiar projetos e ações futuras sobre a mesma. Para que tal aconteça é indispensável o conhecimento histórico e a adoção de uma atitude e consciência histórica, garantindo intervenções que respeitem o espaço físico na sua dinâmica e identidade.

Esta ideia sistematicamente repetida por autores de diversas áreas, e recorrentemente utilizada por gestores e decisores políticos parece, todavia, não fazer ainda parte integrante de práticas e processos comuns.

Estará a teoria a ser vertida na prática quotidiana? E quais mecanismos que a garantem?

O desafio da presente dissertação é entender se esta perspetiva e diversidade disciplinar se verifica de forma consequente, concretamente a partir da integração de especialistas nas equipas de planeamento e gestão de intervenções urbanísticas. Para este fim, e a título e amostragem, será analisado um conjunto de operações desenvolvidas nos centros históricos/centros de identidade das cidades de Guimarães, Coimbra e Évora.

**Palavras-chave:** Reabilitação urbana integrada; património urbano; conhecimento histórico; interdisciplinaridade; centro histórico/de identidade; cidade.



# Abstract

---

As the title points out, this dissertation reflects on the importance of historical knowledge in the process of urban rehabilitation as a way of recognizing and interpreting material density and urban multiple temporalities, as consequence a way of valuing and preserving urban heritage.

Looking at the city as a product of time and as result of the sedimentation of cultural and social values, it is evident the importance of the discipline of history to understand a segmented and cumulative space where (i)materialities of different times coexist, but ultimately always belonging to the contemporary city, the one in which we move and with which we legitimately interact permanently.

Being Urban Rehabilitation responsibility to respond simultaneously to the functional needs of the current city and ensure the preservation and valorisation of its heritage, it is essential to understand the urban reality and space to support projects and future actions on it. For this, historical knowledge and the adoption of a historical attitude and awareness are indispensable, ensuring interventions that respect both the physical space and its dynamics and identity.

This idea, systematically repeated by authors from various fields and often used by managers and policy makers, seems, however, not to be part of common practices and processes.

Is the theory being crossed in everyday practice? And what mechanisms guarantee it?

The challenge of this dissertation is to understand whether in fact this perspective and disciplinary diversity is present, consistently and from the integration of specialists in the planning and management teams of urban interventions. To this end, and by way of sampling, a set of operations carried out in the historical centres/identity centres of the cities of Guimarães, Coimbra and Évora will be analysed.

**Keywords:** Integrated urban rehabilitation; urban heritage; historical knowledge; interdisciplinarity; historical/identity centre; city.



## Abreviaturas, siglas e acrónimos

|               |   |
|---------------|---|
| <b>ARU</b>    | Área de reabilitação urbana   |
| <b>CIAM</b>   | Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna                                |
| <b>CHC</b>    | Centro Histórico de Coimbra   |
| <b>CHE</b>    | Centro Histórico de Évora   |
| <b>CHG</b>    | Centro Histórico de Guimarães   |
| <b>CMC</b>    | Câmara Municipal de Coimbra   |
| <b>CME</b>    | Câmara Municipal de Évora   |
| <b>CMG</b>    | Câmara Municipal de Guimarães   |
| <b>DGPC</b>   | Direção-Geral do Património Cultural  |
| <b>DRCC</b>   | Direção Regional da Cultura do Centro   |
| <b>ICCROM</b> | Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais |
| <b>ICOMOS</b> | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios                                   |
| <b>ORU</b>    | Operação de reabilitação urbana   |
| <b>PDM</b>    | Plano Diretor Municipal   |
| <b>PERU</b>   | Programa Estratégico de Reabilitação Urbana                                     |
| <b>RJRU</b>   | Regime Jurídico de reabilitação urbana  |
| <b>RU</b>     | Reabilitação Urbana   |
| <b>UNESCO</b> | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura            |

A presente dissertação segue o Novo Acordo Ortográfico e adota como norma bibliográfica a 6ª edição da American Psychology Association (APA)

# Índice

---

|  |            |
|--|------------|
| Abreviaturas, siglas e acrónimos .....   | 10         |
| <b>Introdução</b> .....  | <b>14</b>  |
| Génese e pertinência do tema .....   | 14         |
| <b>Enquadramento</b> .....   | <b>18</b>  |
| Objetivo e posição .....   | 19         |
| Estrutura .....  | 21         |
| Metodologia de investigação .....  | 23         |
| <b>Parte I- Permanência e salvaguarda versus tempo e desenvolvimento</b> .....   | <b>26</b>  |
| <b>Parte II- A importância do conhecimento histórico na Reabilitação Urbana</b> .....  | <b>38</b>  |
| A aparente dualidade da Reabilitação Urbana .....  | 38         |
| A obrigatoriedade do entendimento global do espaço .....   | 44         |
| A importância da interpretação das permanências da cidade na malha urbana atual<br>.....   | 48         |
| <b>Parte III- A (In)compreensão do conhecimento histórico na Reabilitação Urbana</b><br>.....  | <b>56</b>  |
| <b>Estudo de caso de Guimarães:</b> Obras de reabilitação urbana da Praça do Toural, da<br>Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António ..... | 60         |
| <b>Estudo de caso de Coimbra:</b> Obras de reabilitação da Rua e Largo do Quebras<br>Costas e do Largo da Sé Velha .....                         | 82         |
| <b>Estudo de caso de Évora:</b> Projeto para espaço público e equipamento urbano para a<br>Acrópole de Évora e área envolvente .....             | 102        |
| <b>Conclusão</b> .....   | <b>116</b> |
| <b>Bibliografia</b> .....  | <b>122</b> |
| <b>Anexos</b> .....  | <b>136</b> |





# Introdução

---

## Génese e pertinência do tema

A Cidade é um espaço diariamente procurado, ocupado e utilizado pelo Homem nas suas rotinas diárias, momentos de convivência, trabalho e lazer. É, por isso, natural que o espaço urbano exija um suporte ao nível da sua gestão e planeamento para discussão e resolução de dilemas em prol do bem-estar de quem nela vive, trabalha e circula. Por outras palavras, as ações de reabilitação urbana são imprescindíveis.

Estabelecendo-se sob os princípios de coesão social e territorial, a reabilitação urbana consiste num conjunto de ações que visam a melhoria da cidade, dos seus espaços, edifícios e equipamentos, com o objetivo final de desenvolver a qualidade de vida do cidadão através da transformação das cidades para espaços mais conectados, justos, saudáveis, resilientes e prósperos.

Citando a *Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano*, a reabilitação urbana consiste no

processo de transformação do espaço urbano, compreendendo a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com o objetivo de melhorar as suas condições de uso e habitabilidade, conservando, porém, o seu carácter fundamental (*Vocabulário do Ordenamento do Território*, 2000, p. 153)

Sendo os espaços urbanos as áreas privilegiadas do Homem para habitar, trabalhar e conviver, estes têm-se tornado objetos altamente complexos onde toda e qualquer ação de um sujeito deixa a sua marca, seja esta sinónimo de destruição, adição ou transformação.

Deste modo, os processos de reabilitação urbana assumem-se como uma política pública essencial que trabalha em prol de uma relação saudável entre o Homem e a Cidade. Para tal fim, a reabilitação urbana concretiza um conjunto de programas e projetos de intervenção urbana denominados de ações *-re*.

Destacam-se três, aqui caracterizadas quer pela definição em dicionário comum da língua portuguesa (Priberam Informática, 2008), quer através do recurso especializado

reunido pela Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano intitulado *Glossário de vocabulário do ordenamento do território*, de 2000:

- I. **Recuperação:** ação definida como o ato de “*readquirir o perdido; de reinserir; de restaurar*” (Priberam Informática, 2008).

Consultando o *Glossário de vocabulário do ordenamento do território* (2000) reunido pela *Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano*, a recuperação urbana engloba o

conjunto de operações tendentes à reconstituição de um edifício ou conjunto degradados, ou alterados por obras anteriores sem qualidade, sem que, no entanto, esse conjunto de operações assumam as características de um restauro. (...) Impõe-se na sequência de situações de rutura do tecido urbano ou de casos de intrusão visual resultantes de operações indiscriminadas de renovação urbana. A recuperação urbana implica a **requalificação**<sup>1</sup> dos edifícios ou conjuntos recuperados (*Vocabulário do Ordenamento do Território*, 2000, p. 154).

- II. **Revitalização:** o exercício de “*dar ou ganhar nova vida; vitalizar(-se) de novo = REVIGORAR, REVIVIFICAR*” (Priberam Informática, 2008).

Recorrendo novamente ao *Glossário de vocabulário do ordenamento do território* (2000), a ação de revitalização urbana inclui o

conjunto de operações destinadas a articular as intervenções pontuais de recuperação dos edifícios existentes em áreas degradadas, com as intervenções mais gerais de apoio à reabilitação das estruturas sociais, económicas e culturais locais, visando a consequente melhoria da qualidade de vida nessas áreas ou conjuntos urbanos degradados (*Vocabulário do Ordenamento do Território*, 2000, p. 153).

- III. **Renovação:** “*ato ou efeito de renovar; melhorar, consertar, substituir por coisa melhor*” (Priberam Informática, 2008)

---

<sup>1</sup> Requalificação: ação que se dedica a “*qualificar de novo; fazer uma intervenção, geralmente através de obras, para alterar ou melhorar*”(«requalificar - Dicionário Online Priberam de Português», sem data).

Examinando de novo o *Glossário de vocabulário do ordenamento do território* (2000), a ação de renovação urbana consiste no

conjunto de operações urbanísticas que visam a reconstrução de áreas urbanas subocupadas degradadas, às quais não se reconhece valor como património arquitetónico ou conjunto urbano a preservar, com deficientes condições de habitabilidade, salubridade, de estética ou de segurança, implicando geralmente a substituição dos edifícios existentes (*Vocabulário do Ordenamento do Território*, 2000, p. 159).

Estas ações de reabilitação urbana abarcam uma variedade de temas, objetos e questões ao nível da habitação, mobilidade, coesão social, sustentabilidade, cultura, inclusão social, economia, entre outros.

Não existindo uma ciência única que estude conjuntamente toda esta diversidade de conteúdos decursivos no espaço urbano, é fundamental admitir uma perspetiva interdisciplinar na reabilitação urbana.

Todavia, na prática e na hora de intervir e planear o espaço urbano, é notória alguma desvalorização da relação interdisciplinar. Basta observar, por exemplo, a formação académica dos recursos humanos envolvidos nas equipas de planeamento e reabilitação ou o padrão seguido na composição dos diversos gabinetes (de apoio) municipais que ainda se focam particularmente nas áreas da Arquitetura e Engenharias.

A Cidade é materialidade vivida e habitada diariamente e, portanto, é-lhe intrínseca a transformação e adaptação regular e constante às necessidades e vontades do Homem. Todavia, a Cidade é simultaneamente um processo histórico, testemunho da História e registo de memória e identidade. Assim, é essencial a introdução de outras matérias, nomeadamente as ciências sociais e humanas, áreas do conhecimento que estuda o Homem e a sua interação com a sociedade e cultura.

O desequilíbrio disciplinar onde frequentemente o arquiteto e engenheiro são os protagonistas e atores diretos nas práticas de reabilitação urbana, como constatámos anteriormente, torna clara a valorização acrescida das ciências políticas e exatas em detrimento das ciências sociais e humanas.

Isto revela-se um problema na medida em que intervir em espaço urbano implica intervir em património urbano e refletir aspetos tão complexos e frágeis como a memória e a identidade, sendo óbvia a pertinência da cooperação e equilíbrio disciplinar, nomeadamente a inclusão das disciplinas da História, História da Arte e Arqueologia, áreas que produzem e aplicam o conhecimento histórico e as metodologias históricas.

Mesmo considerando o arquiteto um cientista social, não é sua função aplicar ou produzir conhecimento histórico. Esse é o papel do historiador, do historiador de arte e do arqueólogo, especialistas frequentemente cingidos ao trabalho de gabinete, sem oportunidade de estabelecer uma verdadeira relação com os outros membros nas equipas.

Ou seja, parece existir uma junção de figuras, uma reunião de partes e intervenientes, mas não necessariamente uma fusão e complementaridade. No interior das equipas as matérias trabalham-se individualmente, tão frequentemente em compartimentos estanques. E quando disponibilizado o conhecimento produzido nem sempre a forma de transmissão é a mais eficaz, caso dos longos enquadramentos históricos dificilmente vertidos no trabalho dos técnicos responsáveis pela ação.

Parece, assim, pertinente discutir a relevância do conhecimento histórico na reabilitação urbana, envolvendo casos distintos, comparando operações que assumiram uma postura interdisciplinar com outros em que tal não foi uma preocupação ou, existindo, ocorreu de forma pouco consequente, desvalorizando a comunicação e o trabalho de equipa.

## Enquadramento

---

No seguimento do debate anterior, a inclusão do adjetivo “integrada” na denominação do mestrado em cujo âmbito esta dissertação se integra é muito mais do que um pormenor de semântica, sublinhando a relevância do carácter interdisciplinar exigido na análise e descodificação do espaço urbano e, conseqüentemente, das práticas de reabilitação urbana.

O adjetivo, remetendo para uma análise globalmente pensada, reforça a necessidade da inclusão de uma série de disciplinas e saberes transversais de áreas, com destaque para a Geografia, Sociologia, Economia, Engenharias, Política, Arquitetura, Urbanismo, Direito, Arqueologia, História ou História da Arte.

Como já referido anteriormente, sendo as cidades espaços multifacetados e multitemporais, atravessados por dinâmicas diversas e processos de foro tão diferente quanto o político, económico, administrativo e ambiental, de ordem social e cultural, torna-se inevitável reconhecer igualmente desequilíbrios e fragilidades que se manifestam de diferentes formas e em diferentes lugares e que comprometem o desenvolvimento das cidades numa perspetiva de coesão urbana. Desde problemas a nível ambiental, nomeadamente as alterações climáticas, a degradação ambiental e a fraca gestão dos recursos naturais, à questão da polarização social e territorial, a crescente sobrelotação dos serviços e infraestruturas urbanas, aos dilemas da exclusão social, pobreza e desigualdade.

Geralmente, a maior parte destes desequilíbrios e fragilidades encontram-se nos centros históricos/ identitários onde são mais urgentes e desafiantes as ações de reabilitação e são, por isso, os espaços escolhidos para casos de estudo.

Estes locais apresentam maior degradação física, sobretudo ao nível do edificado, mais antigo e que por tal sofre um abandono progressivo por parte da população. Parte da população prefere deslocar-se para áreas periféricas em busca de uma mobilidade mais facilitada e de uma maior diversidade de serviços e equipamentos, tendendo a permanecer nestas áreas apenas a população de maior fragilidade económica e social.

Simultaneamente, são estas as áreas mais valorizadas pelo seu património histórico-artístico, já que são os centros identitários as partes mais antigas das cidades, os núcleos de origem com os elementos e monumentos mais emblemáticos e de maior

valor identitário e histórico-cultural. Por serem elementos marcantes, conjuntos de interesse histórico, com importância cultural, histórica, arquitetónica, urbanística e afetiva, é essencial conservá-los e preservar a memória partilhada que constituem.

A conservação destes espaços torna assim explícita a necessidade de a reabilitação urbana não se restringir apenas ao quadro físico, isto é, intervenções no edificado e no espaço público, ações de modernização e renovação de infraestruturas, requalificação de espaços verdes ou de uso coletivo, à remodelação de acessos e todo o tipo de práticas que evitem ou revertam a degradação do tecido urbano.

Reabilitar o espaço urbano é também observar, reconhecer e compreender os aspetos históricos da materialidade urbana, e integrar esse conhecimento nas soluções. Conhecer os seus processos de fundação, de desenvolvimento e transformação permite atuar em continuidade — o que não significa prescindir da atualidade — sem ruturas irreversíveis.

A cidade é produto da ação do homem e das suas decisões no decorrer do tempo, desde a escolha do local, aos processos de formação e transformação. Despir um espaço urbano da sua historicidade é privá-lo da sua alma e veracidade e, conseqüentemente, levá-lo à desolação. Nenhum ser humano se sente cómodo no desconhecido e consegue sobreviver desconectado do espaço onde está inserido.

Assim, a conjugação de múltiplos saberes e a aplicação do conhecimento histórico são essenciais para a introdução de uma consciência histórica na reabilitação urbana, que permite a descodificação da espessa relação entre o Homem, o espaço e o tempo num esforço de trazer de novo à vida um espaço urbano ao mesmo tempo que se reconhece a sua densidade histórica.

## **Objetivo e posição**

Tendo como objetos de estudos intervenções executadas nas cidades de Guimarães, Coimbra e Évora, particularmente nos seus “*centros de identidade*” (Rossa, 2000, p. 45) a posição defendida salienta a cidade como produto de uma complexa e longa temporalidade, pretendendo-se reforçar o sentido que a descodificação da realidade urbana e do espaço na sua globalidade assumem na gestão e intervenção patrimonial.

Para este entendimento, é investigado de que forma o saber histórico pode ajudar a desconstruir e entender os processos de sobreposição/justaposição/substituição da cidade atual e a evidenciar o quão cambiante e inacabado é aquilo que aparentemente parece estável e permanente.

Assim, tal como o próprio título indica, o objetivo global da presente dissertação é explicar a importância do conhecimento histórico nas práticas de reabilitação urbana, nomeadamente a relevância da aceitação de uma atitude e consciência histórica na hora de intervir, planear e gerir o espaço urbano – a ação de conhecer para intervir e agir.

Dentro dos casos de estudo foram escolhidos três exemplos específicos de intervenções de reabilitação urbana:

- I. **as obras de reabilitação da Rua e Largo do Quebra Costas e do Largo da Sé Velha de Coimbra**, ainda decorrentes, mas já consideradas pelo menos desde o ano de 2008;
- II. **as obras de reabilitação da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António em Guimarães**, intervenções realizadas em 2012 no seguimento da nomeação da cidade de Guimarães como Capital Europeia da Cultura;
- III. **o projeto de reabilitação para espaço público e equipamento urbano para a Acrópole de Évora e área envolvente em Évora**, realizado em 2009. Este projeto não chegou a ser concretizado de forma física, mas foi um programa levado a concurso internacional e planeado pela Câmara Municipal de Évora para a concretização de quadro ações -re - revitalização, requalificação, reordenamento e revalorização - do espaço do centro histórico, particularmente da zona da Acrópole de Évora, pelo que, em termos processuais constitui uma amostra válida.

Inicialmente, será observado como é executada a reabilitação urbana em cada município, desde a análise geral dos estudos de caso, a leitura dos documentos doutrinários da reabilitação urbana, à sua organização interna/ recursos humanos das equipas de reabilitação urbana.

Posteriormente, serão estudados e aprofundados individualmente os casos de estudo acima referidos, nomeadamente os objetivos das intervenções, a composição das equipas camarárias, a forma como as intervenções foram delineadas e planeadas, as discussões decorridas no planeamento das intervenções e ainda as entidades que atuaram no território.

Serão ainda anotados os resultados dos pós intervenção, para perceber se os objetivos das intervenções foram alcançados, para compreender a reação e papel da população através da consulta da imprensa local, da observação e de entrevista.

## **Estrutura**

Quanto à estrutura, a presente dissertação inicia com uma introdução, onde é apresentado o tema, génese e pertinência do mesmo, bem como o enquadramento para elucidação dos objetivos gerais, da estrutura e distribuição do texto, da metodologia de investigação adotada e dos processos de recolha e tratamento de informação escolhidos.

Segue-se o desenvolvimento da problemática, dividindo o trabalho em três partes centrais:

### **Parte I - Permanência e salvaguarda versus tempo e desenvolvimento**

Esta primeira parte é dedicada ao debate dos principais conceitos discutidos na dissertação para reforço da ideia de cidade como um lugar múltiplas temporalidades.

Abordando o conceito de Património Urbano e os processos de transformação do espaço urbano: *“Palimpsesto, estratigrafia e hipertexto”*, é realizada uma reflexão acerca da evolução do conceito de património e das perspetivas de salvaguarda patrimonial.

A inclusão deste ponto pretende esclarecer a perspetiva preservacionista e conservacionista do património – de *cidade engessada como cidade preservada*- e de como esta posição é contraditória à organicidade da cidade e à própria salvaguarda.

### **Parte II - A importância da consciência histórica na Reabilitação Urbana**



A segunda parte aborda a relevância do conhecimento histórico na reabilitação urbana e divide-se em dois pontos:

#### **i. A aparente dualidade Reabilitação Urbana**

Trata-se de uma reflexão sobre a aparente dualidade da Reabilitação Urbana - o desafio de dar resposta às necessidades funcionais da cidade e simultaneamente garantir a preservação e valorização do património urbano, um património duplamente ativo:

um passado ativo, ou melhor, ativado em termos de valor patrimonial, um objeto a que reconhecemos importância, que revestimos de novos significados, portador de memórias e agregador de identidades e que, por isso, elevamos a um estatuto diferente, dignificado e idealmente protegido; mas também um passado ativo no sentido literal da expressão, do que não passou ainda à reforma e se mantém em atividade, usado no presente, como presente, porventura até sem qualquer associação imediata ao seu passado (Trindade, 2017, p. 163).

#### **ii. A obrigatoriedade do entendimento global do espaço**

Defesa do conhecimento da realidade urbana como base da Reabilitação Urbana, como eixo estruturante dos projetos de ação, dando a conhecer e valorizar os bens e heranças culturais, sublinhando-se, no subtítulo, **a importância da interpretação das permanências da cidade na malha urbana atual.**

### **Parte III - A (In)compreensão do conhecimento histórico na Reabilitação Urbana**

No seguimento das discussões anteriores, a terceira parte pretende responder questões como: Estará a teoria a ser vertida na prática quotidiana? E que mecanismos a garantem?

Para isto são analisados os **estudos de caso: Coimbra, Évora e Guimarães**, onde é realizada uma análise daquilo que tem sido a reabilitação urbana nas cidades de Guimarães, Coimbra e Évora. Procura-se compreender se factualmente o conhecimento da realidade urbana foi ou está a ser tomado como um eixo estruturante dos projetos de ação e, no caso dos três exemplos, os responsáveis pela prática e as decorrentes consequências.

A conclusão, as referências bibliográficas consultadas e os anexos, onde se incluí toda a informação de suporte, desde o modelo das entrevistas realizadas, ao modelo da tabela de observação/ avaliação dos casos, encerram esta dissertação.

## **Metodologia de investigação**

A metodologia de trabalho adotada assenta em dois grandes eixos: a pesquisa bibliográfica de suporte à construção de um quadro teórico que permita conhecer e enquadrar os conceitos essenciais ao tema; a observação e análise de três casos de estudo, trabalho de campo sobre o qual incide uma análise crítica, reflexiva e interpretativa com recurso a diversas ferramentas e fontes, tais como documentação escrita, gráfica (fotografia), registos arqueológicos, monografias históricas e, naturalmente, documentação dos próprios processos.

Neste segundo eixo, com efeito, ganha particular relevância a consulta de documentação das autarquias, registos das câmaras municipais, como os planos municipais que possam existir, documentação referente às ações de reabilitação urbana - Operações de Reabilitação Urbana, Memórias justificativas e descritivas e Áreas de Reabilitação Urbana – e, ainda, documentos relativos aos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana.

No mesmo âmbito, foram concretizadas entrevistas *in loco* para análise e confronto de pontos de vista relativos à importância conferida ao conhecimento e consciência histórica nas ações executadas em espaço urbano. As entrevistas foram realizadas à própria população, dando prioridade a habitantes e utilizadores frequentes dos espaços e ainda a agentes, atores políticos e técnicos das autarquias das mais variadas áreas que intervieram diretamente nas ações de reabilitação urbana, ou seja, às entidades que tiveram papel ativo nos próprios processos de RU e que permitiram a recuperação de informações essenciais à presente investigação– sejam perspetivas/ experiências de quem assistiu de fora às intervenções, ao ponto de vista dos responsáveis pelos próprios processos.

Entre os que integram este último grupo foram entrevistadas:

**Filipe Fontes, Arquiteto** formado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, exerce atividade na Câmara Municipal de Guimarães como diretor do Departamento de Projetos e Planeamento Urbanístico.

**Sidónio Simões, Engenheiro** licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, diretor do Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra de 2002-2021.

**Gustavo Val-Flores, Historiador de Arte** licenciado em História da Arte pela Universidade Nova de Lisboa e mestre em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico pela Universidade de Évora. Ocupa o cargo de Técnico Superior de História, História da Arte e Arqueologia da Câmara Municipal de Évora e é ainda membro da Divisão de Cultura e Património/Núcleo de Documentação da mesma autarquia.

**Nuno Ribeiro Lopes, Arquiteto** pela Escola de Belas Artes do Porto, diretor/ arquiteto coordenador da *Nuno Ribeiro Lopes, Arquitetos Lda* e da antiga equipa *Acrópole XXI* e atual Diretor Regional da Cultura dos Açores.

É de referir que as questões colocadas foram formuladas previamente de modo a criar um modelo de perguntas<sup>2</sup> que orientasse a entrevista e não propriamente um guião fixo de perguntas ou um inquérito. Neste âmbito, constituíram-se três grupos de questões: um grupo de questões gerais aos entrevistados, um grupo de questões exclusivas aos chefes de divisão das autarquias e um último grupo de questões definidas para a população e comunidade, preferencialmente habitantes ou utilizadores frequentes do espaço.

Para uma comparação final dos estudos de caso foi realizado um quadro de observação/avaliação<sup>3</sup> composto por três fases: 1. Contextualização; 2. Observação e análise; 3. Diagnóstico.

O quadro tem a finalidade de sintetizar e condensar toda a informação recolhida.

---

<sup>2</sup> Consultar no conteúdo dos Anexos

<sup>3</sup> Consultar no conteúdo dos Anexos



## Parte I- Permanência e salvaguarda versus tempo e desenvolvimento

---

Tal como Walter Rossa, afirma em *“Urbanismo ou Discurso da Cidade”*, *“a cidade é o resultado da interação dos grupos humanos que a compõem (comunidades) com o ambiente físico no qual as suas vidas se desenrolam (habitats)”* (Rossa, 2015, p. 477).

Formada pelos seus espaços físicos e pela interação social que nela decorre, dando origem a uma área onde se reflete e materializa o homem e as suas conexões. O próprio termo cidade, advindo do latim *civitas*, estabelece a condição de cidadão e o seu direito e dever de viver em comunidade, discursando com o espaço onde se insere.

Naturalmente, com a evolução do Homem e a ação do tempo, a Cidade sendo um *“objeto inacabado, em permanente evolução, resultado de múltiplos processos culturais, arquitetónicos e urbanos”* (Silva, 2017, p. 1) acabou por se modificar, tanto através de processos naturais, como por ação do Homem, especialmente a partir dos séculos XIX e XX com a revolução tecnológica e industrial e os desenvolvimentos económico, social e político.

De facto, o território é resultado de diversos e longos processos naturais, históricos ou sociais, e a mudança e a (re)urbanização essenciais para que a cidade continue a adaptar-se e a responder às necessidades do cidadão que a ocupa, percorre e utiliza.

Esta renovação orgânica e fundamental ao espaço urbano levou a que André Corboz, Historiador da Arte, de Arquitetura e Urbanismo, na sua obra *“Le territoire comme palimpseste et autres essais”* (2001), comparasse o espaço urbano a um palimpsesto. Tal como o pergaminho que, por motivos de escassez do material, era raspado e reescrito, deixando muitas vezes transparecer vestígios da escrita original também a cidade sofre um processo de reescrita constante. Como o autor refere:

para integrar novos equipamentos, para explorar de forma mais racional certos espaços, é muitas vezes indispensável alterar-lhe a substância de modo irreversível. Mas o território não é uma embalagem perdida nem um produto de consumo substituível. Cada um é único, e daí a necessidade de “reciclar”, de raspar uma vez mais (mas com o maior cuidado possível) o texto antigo que os homens inscreveram sobre o material insubstituível dos solos, afim de nele

depositar um novo, que responda às necessidades de hoje antes de ser, por sua vez, revogado. (Corboz, 2004, p. 34)

Ou seja, a cidade não sendo uma tábua rasa, como um pergaminho novo e intocado, assemelha-se ao palimpsesto, pelo facto de ser um objeto com uma espessura e uma acumulação histórica, onde também se faz a raspagem do “texto” antigo para receber o novo.

Luísa Trindade, numa comunicação intitulada “*Palimpsesto, estratigrafia ou hipertexto? O passado na forma urbana*”, concretizada a 30 de março de 2020, chama a atenção para a forma como a compreensão da cidade pode ser facilitada a partir do uso conjunto desta com outras metáforas: o hipertexto<sup>4</sup> e a estratigrafia, projetando para três formas de “construção” de temporalidades.

O hipertexto, associado às novas tecnologias da informação e ao texto eletrónico, representando um modelo de organização de informação estabelecido por Theodore Nelson em 1965. Trata-se de um corpo de texto único que tem em si agregado diversas informações através da remitência para outras localizações e informações. Pode ser lido de duas formas: como texto linear ou tradicional como uma narrativa contínua, ou como um texto ramificado com intermitências ao longo da sua leitura, os chamados *anchor links*<sup>5</sup>.

André Corboz também refletiu a analogia do hipertexto, explicando num dos seus artigos - “*La Suisse comme hyperville*” (1997)- *que:*

um texto pode ser definido como uma série de parágrafos sucessivos, geralmente impressos em papel, e que habitualmente são lidos do início ao fim. Um hipertexto, por seu lado, é um conjunto de dados textuais digitalizados num meio eletrónico e que podem ser lidos em ordens muito diferentes. Um texto – este é o ponto importante – é uma estrutura linear, em princípio hierárquica, perceptível pelo conjunto dos sentidos – um artigo, um livro, assumem-se como tal. Um hipertexto, pelo contrário, não é assim apreendido pelos sentidos; não

---

<sup>4</sup>A metáfora do hipertexto é também refletida por André Corboz na coleção de ensaios “*Le territoire comme palimpseste et autres essais*” (2001), mais precisamente no artigo “*Webmaster de la ville et des territoires*” (2001). Consulte-se ainda “*Du palimpseste à l’hyperville*” (2001) e “*La Suisse comme hyperville*” (1997).

<sup>5</sup>*Anchor link*: consiste numa hiperligação que encaminha o leitor para um lugar específico do documento.

tem uma estrutura unívoca e imperativa; é percorrido quase *ad libitum*; em última análise, não tem autor ou não tem apenas um autor (Corboz, 1997, p. 6).

Na senda de Corboz, também Walter Rossa aplicou as metáforas do palimpsesto e do hipertexto ao espaço urbano como “*um mesmo espaço em vários tempos, vários espaços num mesmo tempo*” (Rossa, 2015, p. 108). A escrita da cidade, isto é, o ato de marcar, traçar, desenhar e construir não é linear. Os elementos constituintes da arquitetura passam por longos e díspares processos de adição, subtração e sobreposição.

Ao percorrer uma cidade contemporânea não conseguimos lê-la de forma simples, sequencial ou contínua. Quando a observamos, nomeadamente as suas estruturas, espaços e edifícios, somos estimulados e interrompidos pela diversidade histórico-temporal do espaço urbano e as materialidades acabam por funcionar como hiperligações que nos remetem para diversos períodos e contextos.

Curiosamente, Corboz faz uma fusão dos termos hipertexto e cidade, criando um novo termo do vocabulário urbano que significa esta mesma analogia, a designação “hipercidade”.

A metáfora da estratigrafia é talvez a mais simples e evidente. Constituindo um ramo da área da Geologia dedicada à reconstrução da história física do planeta Terra, através do estudo dos estratos e camadas rochosas que se aglomeram na crosta da Terra. Semelhantemente, na cidade que se reinventa, se destrói e reconstrói, sedimentam-se estratos que cabe à Arqueologia recuperar e compreender.

A estes estratos atribui-se a denominação de *layers* histórico-temporais, camadas “*visíveis na diversidade de elementos que atribuem carácter ao espaço físico, público e edificado, referentes a uma história, a uma memória, a um ambiente, a uma estética e a tradições específicas*” (Silva, 2017, p. 9).

Em suma, a cidade contemporânea é o resultado de constantes processos de reescrita e transformação, constituindo-se como um espaço urbano, heterogéneo, alinear e historicamente diversificado, que se sedimenta e se funde na atualidade.

Assim, considerando o “*território como organismo vivo*” (S. C. de C. Ferreira, 2013, p. 55) e “*uma justaposição de diferentes épocas, de diferentes tempos, de diferentes histórias*” (S. C. de C. Ferreira, 2013, p. 53), são necessários programas e projetos de

intervenção urbana, conceitos com o prefixo *re*. Ações de reabilitação urbana que propõem reabilitar, revitalizar, reconverter e regenerar o património e espaço urbano.

A preocupação com a reabilitação e planeamento do espaço urbano acentuou-se simultaneamente com o desenvolvimento da ciência do Urbanismo e com a teorização arquitetónica. Um longo processo de consciencialização e de evolução intelectual decorrido na Europa durante o século XIX e XX, após as transformações socioculturais advindas entre dois momentos chave: a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial.

Consequência dos eventos anteriores surgiu a ideologia denominada de **Movimento Moderno**, associada à **corrente progressista** do urbanismo, era uma causa que sublinhava a necessidade da urgência da reconstrução e da recuperação da economia através da arquitetura e dos seus novos progressos técnicos. A grande novidade estava no uso do betão armado e nos avanços da metalurgia.

Na sua perspetiva, mais que um projetista o arquiteto moderno tinha um papel e responsabilidade social. O arquiteto seria um cientista da construção, que deveria estabelecer a ordem e o racionalismo no espaço urbano.

De entre os arquitetos modernistas, conhecem-se nomes como Tony Garnier, Le Corbusier ou Walter Gropius, fundador da escola Bauhaus.

Discutido nos *Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna*, o Movimento Moderno pretendia de uma forma geral a

explosão ou desdensificação da velha estrutura urbana, tradicionalmente compacta, de forma a procurar isolar, ao sol e em novos espaços verdes, os edifícios, que dessa forma deixavam de se encontrar ligados uns aos outros para se tornarem unidades autónomas (Feliciano, 2016, p. 28).

Destes encontros, mais precisamente o *IV CIAM*, resultou um dos documentos mais relevantes para a definição das bases do Movimento Moderno, a *Carta de Atenas* de 1933, escrita por Le Corbusier.

Este documento citava a visão de um urbanismo racionalista dedicado à melhoria da organização e das funções urbanas. Aspectos como a necessidade de planeamento e a industrialização das construções foram discutidos e foram



expostas declarações sobre as condições das cidades e um conjunto de categorias para a sua eventual correção (...) (Martins, 2018, p. 31).

Teoricamente, esta carta propôs-se a definir o funcionalismo como o atributo essencial do espaço urbano, propagando a criação e planeamento das cidades como espaços pragmáticos que respondessem às quatro necessidades centrais do ser humano: habitar, trabalhar, circular e cultivar o corpo.

De certa forma, esta ideologia adotava ideais já defendidos anteriormente pelo pré-urbanismo, principalmente o cuidado pela salubridade e a preferência pela organização e simétrica do espaço urbano. Por outro lado, para a afirmação de uma cidade geométrica e lógica foi recusado o valor do passado e desvalorizadas as heranças artísticas.

Foi esta mesma desvalorização da estética do passado e a aceleração de processos de industrialização, que evidenciaram os episódios de descaracterização e deterioração que ocorriam dos centros históricos europeus, motivando o surgimento de problemas relacionados com a perda de identidade e a segregação social.

Esta consciencialização foi um ponto de viragem para a teorização e humanização da arquitetura e urbanística na década de 1940, com o despertar de uma nova ideologia denominada por Françoise Choay, na sua obra *Urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie* (1965), de **Modelo Culturalista**.

Assumida por Camillo Sitte, Lewis Mumford e Max Weber, esta conjuntura e ideologia significou a inauguração de uma série de discussões que despertaram uma consciência crítica “*mais eclética e permissiva*” (Feliciano, 2016, p. 29) do urbanismo.

Manifestando-se contra o Movimento Moderno, o Modelo Culturalista não concordava com os princípios da *Carta de Atenas* (1933). Tal como o historiador e crítico de arquitetura Lewis Mumford explicou:

as quatro funções da cidade não me parecem adequadas para cobrir o campo do planeamento urbano. E então as funções políticas, educativas e culturais da cidade - o papel desempenhado pela disposição e desenho dos edifícios relacionado com estas funções na evolução do desenho da cidade? O tempo livre que é dado pela máquina não liberta o homem simplesmente para o desporto e passeios de fim de semana: também o liberta para uma mais profunda participação nas atividades políticas e culturais, desde que estas sejam

adequadamente planeadas e relacionadas com o resto da sua existência. Os órgãos de associação política e cultural são, do meu ponto de vista, as marcas distintivas da cidade: sem eles apenas há massa urbana (apud Martins, 2018, p. 36)<sup>6</sup>.

O Modelo Culturalista refletia assim uma nova consciência social motivada pelo sentimento de nostalgia do passado e de perda ressentidos no pós-guerra. Significou o início da consideração de temas relacionados com a valorização cultural, as relações sociais da cidade, as preexistências ambientais, a tradição e conservação patrimonial.

Importa referir que, para o desenvolvimento desta consciência, decorrido ao longo do século XIX e XX, foi relevante o contributo das ciências sociais e humanas, nomeadamente das disciplinas da História, Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicologia e das Artes. Matérias que elucidaram a complexidade histórico-social do fenómeno urbano e desenvolveram o pensamento científico acerca da cidade, permitindo o revisitar e reinterpretar das matrizes urbanas e arquitetónicas das cidades históricas, numa procura de soluções de intervenção mais orgânicas, qualificadas e fundamentadas por conhecimento científico.

Dedicando-se a estudar as origens institucionais da cidade, a investigar a génese e natureza do fenómeno urbano e ainda a produzir conhecimento acerca de períodos específicos da História, desde a Antiguidade Clássica à época Medieval, a intervenção das ciências sociais e humanas foi fundamental para que a cidade não fosse observada apenas como um modelo político e institucional. As ciências sociais e humanas tornaram clara a complexidade e a condição de artefacto ou obra de arte coletiva, produto da relação entre Homem, História e território.

A afirmação desta posição historicista e culturalista, significou ainda, a complexificação das discussões acerca da preservação do espaço urbano e do seu património. Um processo influenciado por autores como Ruskin e Morris, teóricos que tratam o tema da conservação do património no século XIX.

John Ruskin [1819-1900] escritor do livro "*The Seven Lamps of Architecture*" (1849) e criador do movimento *Arts & Crafts* foi um dos nomes que se opôs aos novos hábitos

---

<sup>6</sup> Em 1942, Lewis Mumford recusa um convite de Josep Lluís Sert para escrever o prefácio da sua obra *Can Our Cities Survive?* (1943) por não concordar com o urbanismo funcionalista de Sert. A citação acima referida é um excerto da resposta negativa de Mumford ao convite de Sert e que torna explícita a recusa aos ideais defendidos nos CIAM.

da sociedade industrial, lutando pela valorização e conceptualização do monumento histórico.

Ruskin sublinhava o monumento como uma relevante fonte histórica e como uma representação de uma memória coletiva. Mais do que a sua materialidade, o monumento era uma expressão.

Ao mesmo tempo que sublinhava a importância da autenticidade e da necessidade de conservação, Ruskin tomava uma postura não intervencionista e rejeitava ações de restauro associando-as a eventos de deturpação e de ataque à legitimidade do monumento, afirmando que a reestruturação era a destruição do edifício, já que seria impossível fazer renascer uma expressão.

Segundo Ruskin, “*o destino das construções do passado é serem consumidas inexoravelmente pelo tempo, arquitetos e historiadores preocupam-se em intervir no processo, preservando memória, sentido e história*” (apud Pesavento, 2005, p. 16) e, por isto, advogava a ruína em detrimento do restauro.

Partilhando uma opinião similar, William Morris [1849-1896], igualmente associado ao movimento *Arts & Crafts*, concordava com a importância da conservação dos materiais originais constituintes do monumento, já que uma intervenção significaria uma perturbação do monumento e do seu valor. Na escrita de Morris conseguimos perceber a sua rejeição aos hábitos da nova sociedade industrial, em prol da proteção e valorização do monumento histórico e dos bens culturais, apelando ao regresso da manufatura e aos processos tradicionais de produção para a exterminação do sistema capitalista e da industrialização crescente.

Na década de 1960, este desenvolvimento dos estudos relativos às heranças culturais resultou numa fase de consagração do monumento.

Paralelamente, nasceram as primeiras entidades que se dedicaram a conceptualizar o monumento histórico, a criar os primeiros documentos doutrinários para a preservação do património e programar as primeiras conferências internacionais para a conservação de monumentos históricos nas cidades de Atenas e Veneza nos anos de 1931 e 1964, respetivamente.

Sobressaem sobretudo três entidades: a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) (1945), o *Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais* (ICCROM) (1956) e o *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios* (ICOMOS) (1965).

A fundação destes grupos iniciou e intensificou os processos de patrimonialização, as iniciativas de proteção e valorização da História e do Património, como comprovado pela corrida à classificação de bens como património mundial da UNESCO, iniciada na década de 1978.

No entanto, a inicial pretensão preservacionista e conservacionista destas entidades acabou por se desenvolver como uma **posição de salvaguarda profundamente associada à museificação e cristalização dos bens culturais**.

Melhor dizendo, o desejo de proteger e conservar os bens culturais de toda a ação destrutiva que colocava em risco a sua vida ou integridade, levou a que lhes fosse atribuído um estatuto especial, e de certa forma uma distanciação que se acreditava ajudar a prolongar a sua vida e autenticidade. Estatuto atribuído através do título de *Património Mundial da Humanidade pela UNESCO*:

Na defesa do património edificado e cultural, foram, por vezes, aplicados princípios de conservação que, de certa forma, dizem respeito a uma necessidade abstrata do homem contemporâneo em tomar posse de um determinado fragmento da história, condição de pertença que desenvolveu uma ideia de imobilidade sobre o património (Silva, 2017, p. 11).

Atualmente, a UNESCO, ICCROM e ICOMOS continuam em certa medida a defender e difundir estes ideais. Mesmo após o surgimento de novas perspetivas de salvaguarda, persistem vestígios desta visão conservacionista, originando um confronto entre as perspetivas de salvaguarda e desenvolvimento.

Como afirma Adelino Gonçalves em *“Salvaguarda em Desenvolvimento: notas para um planeamento integrado”*, observando os documentos doutrinários destas entidades percebemos que *“as bases ideológicas da salvaguarda patrimonial assentam precisamente na recusa da “mudança” ou, pelo menos, numa relação de desconfiança com a “mudança”* (Gonçalves, 2015, p. 1), numa missão de *“conservar e perpetuar (o património) no tempo”* (Silva, 2017, p. 28).

Vejam-se as *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial* (UNESCO, 2017), o documento mais importante que rege o património mundial. É possível notar a forte referência aos princípios da autenticidade e integridade, sublinhados como fatores determinantes para a classificação de monumentos, lugares ou sítios como Património Mundial.

Estes mesmos critérios aplicados para a classificação de cidades e centros históricos, insinuam frequentemente que a vida urbana destrói a autenticidade e integridade de um local, como se a transformação colocasse em risco a identidade.

Aponta-se o exemplo das *cidades não habitadas*, incluídas nos conjuntos urbanos suscetíveis à inscrição na Lista do Património Mundial. Estas são definidas como “*testemunhos arqueológicos inalteráveis do passado que geralmente satisfazem o critério da autenticidade, e cujo estado de conservação é relativamente fácil de controlar*” (UNESCO, 2017, p. 70).

Em primeiro lugar, a denominação de “cidades não habitadas” é obviamente antagónica. Se um espaço não é habitado então não pode ser considerado cidade, já que a génese da palavra implica a condição de cidadão e uma aglomeração de pessoas numa determinada área geográfica.

Em segundo lugar, não parece correto chamar à inalterabilidade de um espaço uma técnica de conservação, bem como associar essa condição a uma técnica de aquisição dos critérios de autenticidade e integridade.

Observa-se de novo a conceção da UNESCO no caso das *cidades históricas habitadas* quando, em relação à conservação das mesmas, é referido que “*as dificuldades são múltiplas, nomeadamente devido à fragilidade do tecido urbano (em muitos casos profundamente alterado desde o início da era industrial) e da urbanização galopante das periferias*” (UNESCO, 2017, p. 71). Ou seja, clarificando a referência, a classificação e conservação das cidades históricas são dificultadas porque as mesmas são habitadas.

Uma vez mais, esta conceção, surge contraditória pois, tal como Walter Rossa afirma,

se uma cidade é, por definição, um sítio cultural, deve-o à autenticidade da vida que a faz pulsar e não à ruína arqueológica em que potencialmente se poderá transformar, congelando apenas vestígios de uma autenticidade defunta. O urbano não regride, uma cidade não se restaura e sem pessoas é um fantasma (Rossa, 2015, p. 493).

Portanto, estes critérios são inviáveis quando aplicados a áreas ou núcleos urbanos, territórios vivos e vívidos, que não podem recusar a mudança com o risco de ruína, da perda dos seus habitantes, da sua vitalidade e conseqüentemente da função central que cumpre. Engessar não é sinónimo de preservar.

Já Françoise Choay afirmava em “*A Alegoria do Património*” (1992),

enquanto figura museológica, a cidade antiga, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, tal como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida. Ao tornar-se histórica, ela perde a sua historicidade (Choay, 2000, p. 204).

Precisamente por se tratar da preservação de uma dimensão urbana são imprescindíveis ações de planeamento, gestão e modernização constantes. Ou seja, que lhe sejam aplicadas práticas de reabilitação, revitalização e revalorização urbana que abriguem todas as dinâmicas e desafios do espaço urbano, sejam estes do foro político, económico, administrativo e ambiental, ou de ordem social e cultural.

A salvaguarda patrimonial atinge-se através de estratégias direcionadas para a revitalização e desenvolvimento. Como explica Adelino Gonçalves, a solução passa por “*um planeamento para a salvaguarda em desenvolvimento. Um planeamento que não só não recusa a “mudança”, como procura perspectivá-la de uma forma integrada*” (Gonçalves, 2015, p. 3).

Neste âmbito, procedendo-se a algumas mudanças e atualizações, foi relevante a criação da recomendação da UNESCO sobre *Paisagem Urbana Histórica*, no ano de 2011, como resposta às novas ocorrências e tensões que a cidade defrontava após a mudança de milénio.

Esta recomendação

caracteriza-se por promover uma abordagem multidisciplinar da gestão dos recursos urbanos, assentes no património, sobre uma plataforma de conjugação de vários layers multifuncionais, através da Paisagem Urbana Histórica (PUH), entendida como uma escrita da relação e da ação do ser humano com/sobre o seu meio ambiente (Campos & Murtinho, 2018, p. 20)

Colocou o inevitável fator da transformação em debate, tendo em conta os desafios e as oportunidades da urbanização, globalização e do desenvolvimento, quebrando uma “*visão cristalizadora do património (conservacionista e restauracionista), legítima para tipos de bens sem organicidade, ou seja, sem relação de nexos com o território e a cidade*” (Rossa, 2015c, p. 496).

Mais foi mais do que isso, ao contribuir decididamente para a destruição da visão dualista e do anacronismo das categorias de classificação de património cultural e património natural, perspectivados como bens isolados para a afirmação de um contexto urbano mais amplo e para uma conceção de paisagem cultural complementar.

Daqui nasce o conceito de *Paisagem Urbana Histórica*, “a área urbana compreendida como o resultado de uma camada histórica de valores e atributos culturais e naturais, estendendo-se além da noção de “centro histórico” ou “conjunto” para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua configuração geográfica” (UNESCO, 2011, p. 4), que fortaleceu a visão de que “a cidade do passado e a cidade do presente são seres distintos, mas simultaneamente complementares” (Silva, 2017, p. 26).

De forma inovadora, e considerando a sociedade contemporânea e a complexa dinâmica dos espaços urbanos, sublinha-se a importância da leitura das relações entre a população e o território, tendo em vista uma gestão, planeamento e desenvolvimento integrados e sustentáveis.

Tal como foi possível compreender ao longo do texto, a permanência e salvaguarda faz-se, e parece apenas possível, com a passagem do tempo, com as transformações que este implica, e com/através do desenvolvimento.

Estes não são atos que se contrariam ou se opõem, mas sim, atitudes que se complementam. As permanências evidenciam-se e fortalecem-se com o tempo, e a salvaguarda está no desenvolvimento que é imprescindível para o bem-estar de quem ocupa e usa o espaço urbano e para as fisicalidades que o constroem e compõem.

A permanência e o engessamento não significam salvaguarda, mas sim o distanciamento de uma comunidade ao património que lhe pertence e que a representa.

É essencial que o património percorra a temporalidade que lhe é própria e que assista, mas acima de tudo participe na mudança e no desenvolvimento intrínseco à vida humana. Sendo o património identidade, é fundamental continuarmos a “*identificar-nos e nós a identificarmo-nos com ele*” (Gonçalves, 2015, p. 6).





## Parte II- A importância do conhecimento histórico na Reabilitação Urbana

---

### **A aparente dualidade da Reabilitação Urbana**

A reabilitação urbana é uma ferramenta imprescindível para o planeamento e gestão dos núcleos urbanos. Citando a abertura do *Regime Jurídico da reabilitação urbana* (2009):

a reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna (Regime jurídico da reabilitação urbana - Decreto-Lei n.º 307/2009, 2017).

Os seus primeiros passos em Portugal vêm no seguimento das transformações resultantes dos processos de industrialização e dos movimentos migratórios dos anos 50 e 60 que provocaram uma forte urbanização e centralização da população nas cidades.

Posteriormente, na década de 1980, período em que Portugal adere à Comunidade Económica Europeia, a reabilitação urbana enquanto política deixa de se focar exclusivamente no património arquitetónico para ser mais abrangente na sua atuação e incluir a totalidade do espaço urbano.

Nessa época, começaram também a ser delineados novos planos, programas e políticas territoriais, como são os exemplos do *Programa de Reabilitação Urbana (PRU)*, do *Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD)*, do Programa de Recuperação dos Imóveis Degradados (PRID), do Programa Especial de Realojamento (PER), do *Programa POLIS* e os programas URBAN I e II. Acresce ainda os *Planos Diretor Municipais*, instrumentos reguladores do uso e transformação do território tão essenciais ao poder autárquico.

Ainda na sequência da abertura ao contexto europeu, surgiram as primeiras iniciativas de apoio financeiro a intervenções de reabilitação urbana, reforçando esta “*como um processo que visa dar resposta às necessidades das comunidades, inverter as*

*tendências de declínio e criar condições para empreender um processo de desenvolvimento autónomo, contínuo e pensado a longo prazo” (Moreira, 2017, p. 7).*

Contudo, o grande passo para a afirmação da reabilitação urbana como uma política pública a ser assegurada pelo Estado sucede com a publicação do *Regime Jurídico da Reabilitação urbana* (o atual *Decreto-Lei n.º 307/2009*) a 23 de outubro de 2009.

Atualmente, segundo o atual RJRU, é **papel** da reabilitação urbana gerar suporte, discutir, planear, gerir e intervir sobre o espaço urbano com a finalidade do desenvolvimento sustentável de todas as suas áreas de atuação: social, económica, ambiental, territorial e cultural.

O RJRU aponta ainda como principais **objetivos** da reabilitação urbana:

- Assegurar a recuperação, requalificação, revitalização e modernização do tecido urbano, do edificado, das infraestruturas, serviços, equipamentos e espaços verdes e públicos;
- Melhorar as condições de habitabilidade;
- Melhorar a mobilidade e das condições de acessibilidade;
- Proteger, promover e valorizar o património histórico (arquitetónico e urbanístico);
- Promover a sustentabilidade ambiental, cultural, social e económico;
- Promover a inclusão social e a coesão territorial.

Por outro lado, refere como principais **desafios** da reabilitação urbana:

- Articular ambos os atores privados e públicos;
- Divulgar o dever da reabilitação, qualificação e modernização a nível privado, sobretudo aos proprietários;
- Gerar instrumentos que facilitem e acelerem o processo das operações urbanísticas;
- Fomentar a conservação do património arquitetónico e urbano.

As **políticas** de reabilitação urbana são definidas especialmente através de **legislação e instrumentos normativos e reguladores de gestão territorial** – destacando-se a *Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo* (LBOTU), o *Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial* (RJIGT), o *Regulamento Geral das Edificações Urbanas* (RGEU) e o *Regime Jurídico da Urbanização e Edificação* (RJUE).

Porém, as **práticas** de reabilitação urbana são concretizadas principalmente por **instrumentos de gestão territorial municipal**. Cabe aos municípios assegurar a aplicação do quadro legislativo - *Decreto-Lei n.º 307/2009* - e a promoção das medidas necessárias à reabilitação de áreas urbanas, desde a limitação das áreas de reabilitação urbana (ARU), à escolha do tipo, do modelo e da entidade gestora das operações de reabilitação urbana (ORU), à execução e definição dos instrumentos de RU.

Confirmamos novamente esta responsabilidade na consulta do *Regime jurídico das autarquias locais, Lei n.º 75/2013 - Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12*, capítulo II, secção I, artigo número 23, onde são atribuídos aos municípios a maioria dos **domínios** que se vêm abarcados no âmbito da reabilitação urbana, tais como:

- Equipamento urbano e rural;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Património, cultura e ciência;
- Saúde;
- Ação social;
- Habitação;
- Ambiente e saneamento básico;
- Promoção do desenvolvimento;
- Ordenamento do território e urbanismo;

Assim, as autarquias afirmam-se como os principais protagonistas da reabilitação urbana e os principais responsáveis pela interligação do ordenamento do território com as ações e políticas subjacentes à sua gestão.

Como esclarece José M. Noras: *“Sujeitos a um quadro legislativo comum e unitário no que toca à reabilitação, à elaboração de planos, à criação de zonas especiais de*

*proteção e à classificação de monumentos e de conjuntos*” (Noras, 2011, p. 79), os municípios são peças fundamentais para a afirmação da RU enquanto processo **integrado**, mediante uma abordagem que não se foca exclusivamente na reabilitação de edifícios, mas que se preocupa também em conhecer as envolventes urbanas, as especificidades da área a reabilitar, as suas necessidades e potencialidades.

Para lá da simples renovação urbana<sup>7</sup>, a reabilitação urbana veio considerar as diversas facetas do espaço urbano e reconhecer a importância da aliança entre os valores da salvaguarda, bem assim a preservação e os objetivos de desenvolvimento e modernização das áreas urbanas – o equilíbrio entre a **salvaguarda e desenvolvimento**.

Esta perspetiva da RU demonstrou que os objetivos propostos não são tarefas heterogéneas, pelo contrário, são objetivos que se complementam, de modo que a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos contribua para a salvaguarda do seu património, identidade e memória, e vice-versa.

Através da leitura do RJRU, e da interpretação dos objetivos e desafios da reabilitação urbana, é possível identificar a **dualidade da reabilitação urbana**, no sentido de uma política que se dedica a atualizar o espaço urbano, os seus equipamentos e serviços, ao mesmo tempo que se preocupa com a preservação e valorização do património urbano como fatores de identidade e competitividade.

Tal significa que trabalha para a **salvaguarda em desenvolvimento**, enquanto reflete e resolve as problemáticas da cidade, encontra resposta para as necessidades funcionais da mesma. É, portanto, uma política que se preocupa com a conservação do seu carácter, pressupondo o respeito e reconhecimento do valor de património arquitetónico ou conjunto urbano a preservar.

A própria definição de salvaguarda referida nos *Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos* (17.ª Assembleia Geral do ICOMOS, Paris, 2011) esclarece a necessidade deste dualismo e explica que

---

<sup>7</sup> “conjunto de operações urbanísticas que visam a reconstrução de áreas urbanas subocupadas degradadas, às quais não se reconhece valor como património arquitetónico ou conjunto urbano a preservar, com deficientes condições de habitabilidade, salubridade, de estética ou de segurança, implicando geralmente a substituição dos edifícios existentes” (Vocabulário do Ordenamento do Território, 2000, p. 159).

a valorização do património cultural é também uma forma de promover o desenvolvimento sustentável ambiental, cultural, social ou económico dos espaços urbanos: *“A salvaguarda das cidades e áreas urbanas históricas e das áreas circundantes inclui os procedimentos necessários para a sua proteção, conservação, valorização e gestão, bem como para o seu desenvolvimento coerente e a sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea”* (ICOMOS, 2011, p. 3).

Esta dualidade e abordagem integrada da reabilitação urbana implica, contudo, uma atitude multidisciplinar das políticas, práticas e agentes da reabilitação urbana.

Se o leque de dilemas e desafios a que a RU se propõe resolver aumenta, também a necessidade de incluir novos temas e conhecimentos se amplia.

Por essa razão, é importante o cruzamento e a coadjuvação das diversas matérias nas divisões de reabilitação urbana e nos momentos de gestão, planeamento e intervenção - desde o Urbanismo, a Arquitetura, a História, a História da Arte, a Arqueologia, a Geologia, a Geografia, a Engenharia Civil, a Economia, entre outras ciências e tecnologias - para a estruturação de instrumentos, entidades, órgãos e quadros técnicos capazes de tomarem uma posição abrangente e atitude multidisciplinar, colaborativa e interativa.



## A obrigatoriedade do entendimento global do espaço

No sentido do raciocínio anterior, tendo em consideração que a principal característica da cidade é a sua complexidade disciplinar, é essencial a concretização de debates pluridisciplinares para a execução de políticas públicas e para o planeamento do desenvolvimento urbano.

Como Marluce Menezes (2013) afirma no seu artigo “*Da conservação da paisagem urbana à luz da relação entre materialidade e imaterialidade*”:

A complexidade inerente à paisagem urbana exige uma abordagem multidimensional que considere a relação entre espaços exteriores e interiores, as dinâmicas e as dimensões históricas que estiveram na base da sua própria constituição, a sua qualidade artística, bem como os distintos ambientes geográficos, urbanos, sociais e culturais que nela se produzem e constituem (Menezes, 2013, p. 2).

Nesta direção, seguindo uma ideia de (Rossa, 2015, p. 46) no seu artigo “*Património Urbanístico: (Re)fazer cidade parcela a parcela*” têm sido feitos esforços para relacionar e conectar os objetivos de salvaguarda, preservação e valorização do património natural, paisagístico e cultural com as políticas de ordenamento e gestão territorial, visando uma sustentabilidade da utilização dos recursos territoriais.

O próprio conceito de *Reabilitação Urbana Integrada*<sup>8</sup> elucida a necessidade de adotar uma postura que tenha em conta os vários ângulos e especificidades do espaço público, levantando questões como: Reabilitar porquê? Reabilitar o quê? Reabilitar para quê? Reabilitar para quem? na reflexão, gestão e planeamento da urbanística, ou seja, para a conceção de planos e projetos de urbanização ou, por outras palavras, para as ações de reabilitação urbana.

Observe-se, por exemplo, um programa relevantíssimo para a regulação do espaço urbano europeu e das políticas urbanas: a *Agenda Urbana da União Europeia*<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> A inclusão do adjetivo “integrada” na designação de Reabilitação Urbana surge pela primeira vez na “*Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada*” no seguimento do 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Lisboa, realizado de 21 a 27 de outubro de 1995

<sup>9</sup> Disponível para consulta em: [https://ec.europa.eu/info/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/urban-agenda-eu\\_pt](https://ec.europa.eu/info/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/urban-agenda-eu_pt)

A *Agenda Urbana da União Europeia* constitui-se como um dos documentos doutrinários europeus definindo um conjunto de ações para a concretização dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU.

O programa engloba catorze questões centrais no espaço urbano: a qualidade do ar, o sistema de economia circular, a adaptação às alterações climáticas, os processos de transição digital e energética, a habitação, a inclusão dos migrantes refugiados, a contratação pública, o emprego e competências na economia local, a utilização sustentável do solo, a mobilidade urbana, a pobreza urbana, a segurança em espaços públicos e a cultura/património cultural. Logo aqui conseguimos distinguir uma panóplia de disciplinas científicas que abordam estas questões fulcrais.

A cooperação e interação científicas revelam-se um eixo estruturante nos projetos de ação e nos métodos de investigação na reabilitação urbana, essencialmente porque possibilita um **entendimento global da realidade urbana**, promovendo a leitura global de um território.

Como tal, a adoção de uma atitude interdisciplinar e transdisciplinar nas equipas de reabilitação urbana é uma condição essencial para que se adquira uma compreensão completa e assimilada do espaço urbano e de todas as ocorrências e atividades que aí ocorrem.

Como Walter Rossa afirma, *“é necessário densificar as problemáticas, essencialmente através da interdisciplinaridade, e cruzá-las com novas epistemologias”* (Rossa, 2015, p. 100).

Desde a exploração de questões físicas, ambientais e económicas, à investigação de aspetos culturais, históricos e sociais de um território, a observação e análise da paisagem urbana é chave fundamental à reabilitação urbana, pois permite alcançar quatro passos básicos:

Em primeiro lugar, possibilita a **perceção da aparente desordem urbana**, através da descodificação daquilo que anteriormente se explicou ser o palimpsesto, hipertexto e estratigrafia do espaço urbano.

Em segundo lugar, ajuda a **conhecer e perceber o fenómeno do crescimento e transformação** do território e do espaço urbano, através da observação e análise do território em todo o seu espectro temporal.



Em terceiro lugar, **permite o conhecimento das peculiaridades da cidade, da sua envolvimento e do seu contexto histórico-social.**

E em quarto lugar, no âmbito da salvaguarda patrimonial, contribui para uma **aproximação do Homem aos aspetos culturais e sociais do território**, uma etapa crucial para a proteção da relação entre espaço, memória e identidade.

Ademais de uma construção física, um espaço urbano é uma construção de memória e, portanto, este entendimento permite a educação da própria comunidade inserida no espaço, aquela que atribui significado coletivo e valor simbólico ao lugar.

Sendo a comunidade um importante agente de salvaguarda, a leitura e entendimento do ambiente que a rodeia possibilita a percepção da importância histórica, social e artística dos seus territórios, bem como a uma apropriação consciente das suas heranças, uma condição fundamental para a preservação dos bens e fortalecimento dos sentimentos de pertença e cidadania.

Para além disto, a aproximação do território aos seus habitantes promove uma participação ativa e sustentada em fundamentação científica nos processos políticos e de reabilitação urbana, um contributo imprescindível para o sucesso das ações de RU. Parece lógico que quem habita e utiliza o espaço, é quem mais facilmente consegue apontar e identificar os problemas que o afetam.

Importa igualmente referir que a educação patrimonial dos intervenientes envolvidos nas equipas de planeamento e reabilitação e de quem leva a cabo as operações de reabilitação urbana, é igualmente uma tarefa essencial para que sejam estabelecidas práticas de RU socialmente e historicamente conscientes.

No processo de leitura e conhecimento da urbe, tendo em consideração o enredo disciplinar do espaço urbano, são essenciais as ciências exatas realçando-se o contributo das ciências sociais e humanas, aquelas que decifram a relação entre o homem, o território e os significados que imprimem ao mesmo.

Tal como Henri Lefebvre explica na sua obra "*O Direito à Cidade*", escrita e publicada em 1968/1969, todas as especialidades têm um contributo relevante para a ciência da cidade, no entanto, explica: "*constatamos e verificamos que a história permite esclarecer a origem da cidade, sobretudo, delimitar melhor do que qualquer noutra ciência a problemática da sociedade urbana*" (Lefebvre, 2012, p. 47).

Focando-se na importância da História e no conteúdo cultural e social de um território, Lefebvre atribui a denominação de *contexto* ao conjunto das “*especificidades culturais sedimentadas no tempo que refinem a relação do homem com o lugar*” (Silva, 2017, p. 129):

A cidade lê-se porque se escreve, porque constitui uma escritura. Não basta, todavia, examinar este texto sem recorrer ao contexto. (...) O contexto, o que está abaixo do texto por decifrar (a vida quotidiana, as relações imediatas, o inconsciente urbano, o que quase não se diz e se escreve ainda menos, o que se esconde nos espaços habitados (...)) (Lefebvre, 2012, p. 65).

Recorrendo à perspectiva de cidade como soma de temporalidades, produto da relação entre homem, tempo e a história, Lefebvre aclara que o *contexto* da cidade é a projeção da sociedade sobre um local, os processos de materialização ao longo de todo o espectro histórico que revela o conteúdo da vida do Homem.

Desta maneira, Lefebvre sustenta decifrar o *contexto* de um espaço urbano a partir de áreas como Filosofia, Sociologia, Antropologia, a Antropologia, a Psicologia, a Arqueologia, a Geografia e a História, focadas na análise e estudo da sociedade humana, atentas ao Homem e às suas capacidades psíquicas bem como aos elementos relacionados com a sua sociabilidade e relações.

Tal pode significar que a descodificação do *contexto* passa pela análise, conhecimento e interpretação das camadas históricas, sociais, culturais de um território.

Para este processo evidencia-se o papel da História, História da Arte e a Arqueologia para o ato de “*ressuscitar o implícito e o invisível à superfície, desenterrando aquilo que não mais se vê: o sugerido, o intuído e pressuposto, o transformado, o desaparecido e o lacunar, o ausente*” (Neto, 2016, p. 33).

Como declara o historiador Peter Burke, os historiadores “*são um tipo de intérpretes, de tradutores, de tradutores culturais.*” (Burke, 2005, pp. 167–168). E, portanto, competes percorrer a história da cidade, interagir com fontes históricas, sejam elas de pedra, papel ou recordações, e fazer o exercício de recuperar o desaparecido, transformado e esquecido, concebendo conhecimento histórico e científico que contextualize as ações de RU, que informe a população e os intervenientes do espaço urbano e que fomente o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural, tornando-o um elemento vivificador da identidade cultural comum.

O historiador que se dispõe a mergulhar no palimpsesto da cidade em busca dos seus sentidos mais arcaicos, precisa enfrentar o desafio da pequenez e da insignificância. Ver, no quotidiano, um elemento de novidade e encontrar, no banal, a possibilidade do extraordinário, eis a chave para poder chegar às camadas mais profundas do palimpsesto (Pesavento, 2004, p. 29).

## **A importância da interpretação das permanências da cidade na malha urbana atual**

Além da leitura do *contexto*, o conhecimento histórico possibilita também a investigação dos aspetos físicos do território e a percepção dos elementos morfológicos que revelam uma história urbana.

Aliás, desde a constituição da História como disciplina científica no século XIX que já havia o entendimento do conhecimento histórico e das ciências sociais como matérias que permitiam a documentação das diversas escalas morfológicas da cidade.

Deste modo, o historiador consegue *“resgatar a alteridade do passado de uma cidade através das representações de tempo e espaço que ela oferece”* (Pesavento, 2005, p. 10). Representações também denominadas de *“Vestígios, Permanências e Continuidades”* (Carneiro, 2011, p. 109), por Luís Soares Carneiro, ou seja, corpos e formas que se reconhecem na história, *“marcas (...) deixadas pelos homens de um outro tempo, a vida que habitou nelas um dia”* (Pesavento, 2004, p. 25).

Fala-se essencialmente de elementos morfológicos, *“unidades ou partes físicas que, associadas e estruturadas, constituem a forma”* (Lamas, 2010, p. 46).

A análise destes elementos é denominada de **morfologia urbana**, o *“estudo do tecido físico (ou construído) da forma urbana, e as pessoas e processos que o moldam”* (Seminário Internacional sobre a Forma Urbana, 1990), constituindo-se com um *“método de análise que é básico para descobrir os princípios ou regras do desenho urbano”* (Seminário Internacional sobre a Forma Urbana, 1990).

Com a maturação da disciplina do Urbanismo como campo de estudo no século XX, foi criado, em 1994, o *Seminário Internacional sobre a Forma Urbana* (ISUF), uma

associação dedicada à investigação e produção de conhecimento científico envolta do tema das formas urbanas.

Persistindo até à atualidade, tem como propósito promover o tema da morfologia urbana, a pesquisa e a investigação deste tópico, e a divulgação do conhecimento através de publicações e da realização de uniões com outras organizações/partes interessadas.

Defende e promove:

a morfologia urbana pode ser entendida como uma ferramenta no processo de planeamento das cidades que, através das relações que se estabelecem ao nível do edificado, sistema viário, da articulação das várias centralidades e do carácter da paisagem, permite orientar os agentes de mudança nas suas opções projetuais e gestão urbanística (Saraiva, 2014, p. II).

Desta maneira, seguindo também uma perspetiva de José Lamas, tanto para planeamento urbano como para o desenho urbano, a análise morfológica é um relevante método para o entendimento da paisagem, do seu comportamento e das suas características estéticas, ideológicas, culturais e arquitetónicas.

Este método exige a compreensão de dois aspetos centrais:

o **processo de formação da cidade**, que é histórico e cultural e que se interliga às formas utilizadas no passado mais ou menos longínquo (...); e a reflexão sobre a **forma urbana** enquanto objetivo do urbanismo, ou melhor, enquanto corpo ou materialização da cidade capaz de determinar a vida humana em comunidade

Sem o profundo conhecimento da **morfologia urbana e da história da forma urbana**, arriscam-se os arquitetos a desenhar a cidade segundo práticas superficiais, usando «feitos» sem conteúdo disciplinar (Lamas, 2010, p. 22).

As próprias noções *-re* da reabilitação urbana – renovação, revitalização, requalificação, regeneração, restauro, entre outras – salientam a espessura temporal de um edifício ou espaço. Ao utilizarem o prefixo *-re*, estes conceitos subentendem a ideia de devolver algo a um espaço já existente, o que envolve uma revisitação às preexistências e um reencontro do presente com o passado.

Tal reencontro e revisitação pode ser realizado através do estudo das **formas urbanas** - elementos físicos que estruturam a cidade, desde os tecidos urbanos, às ruas e parcelas a um contexto mais amplo como as características do solo e a topografia – um ponto de partida fundamental do projeto urbano e da prática urbanística. Isto porque, intervir sobre uma cidade construída implica reconhecer todos os aspetos da sua forma e os limites das suas modificações.

A análise destas formas urbanas é também reconhecida como análise morfológica da paisagem urbana e permite o estudo da estrutura física e espacial das cidades e dos próprios processos morfológicos – “*adaptativos, aditivos, repletivos e transformativos*” (Seminário Internacional sobre a Forma Urbana, 1990) - presentes e contínuos no espaço urbano.

A investigação obriga à interpretação profunda da malha urbana e das suas características tangíveis e intangíveis tendo em mente a mesma “*como o produto de um processo evolutivo e dinâmico, que espelha as diferentes técnicas e realidades socioeconómicas que ao longo do espaço e do tempo a vão construindo e transformando*” (Saraiva, 2014, p. II).

Deste modo, a compreensão da realidade urbana envolve o estudo das relações estabelecidas entre os diversos elementos urbanos. Segundo José Lamas, os principais elementos morfológicos/ arquitetónicos que configuram a forma e espaço urbano são:

- A **topografia, geoformação e solo**: o assentamento onde o território se constrói, desenha. Fatores considerados para a especulação do solo;
- O **edificado/ edifícios**: os elementos que formam a imagem do espaço, para além de representarem uma expressão e artística e arquitetónica, definem a organização do espaço a partir da formação de ruas, praças becos, etc.
- O **lote/ parcela fundiária**: a génese do edificado, o princípio da relação do edifício com o terreno. A sua forma condiciona a urbanização e a distinção entre espaços públicos e privados;
- O **quarteirão**: definido através do processo de delimitação e divisão fundiária. Este organiza os outros elementos do estrutura urbano: o lote, o traçado, o edifício e a rua, e as relações que estabelecem com os espaços públicos e privados;

- A **fachada**: determina a relação e comunicação direta do edifício com o espaço urbano/ exterior. Expressam características, programas, função e organização e linguagem arquitetônica e expressão estética;
- O **logradouro**: consiste no espaço privado não edificado no lote que permite a evolução da malha urbana;
- O **traçado/ rua**: um dos elementos mais identificáveis e permanentes no espaço urbano. Regula a disposição dos edifícios, quarteirões, e é o elemento que estabelece a relação mais direta de assentamento entre a cidade e território;
- A **praça**: é o elemento morfológico das cidades ocidentais. É o resultado do alargamento ou junção de traçados. A praça é o lugar do encontro, do lazer e das práticas sociais de vida urbana, recebendo os elementos e edifícios de maior valor arquitetônico e artístico;
- O **monumento**: Tal como Aldo Rossi descreve “*são pontos de referência da dinâmica urbana, são mais fortes que as leis económicas (...) elementos primários*” (Rossi, 2004, p. 142). O monumento é um elemento destacado no espaço urbano através da sua configuração e posicionamento na cidade. São elementos de maior permanência no tecido urbano e bens que marcam e se destacam na imagem urbana/ paisagem urbana;
- **Espaços verdes/ jardins**: são espaços em constante mudança e transformação, mas que marcam a imagem da cidade;
- **Mobiliário urbano**: localizados sobretudo à escala da rua, são elementos que qualificam o espaço urbano público como o chafariz, a fonte, o banco ou a sinalização.

Contudo, este sistema físico surge a partir de uma *collage* de sobreposições e justaposições de tempos, histórias e testemunhos da vida humana, que inevitavelmente influenciaram linguagens, modos de vida e rotinas e que formaram o substrato coletivo que produziu o próprio espaço urbano de acordo com as suas necessidades e vontades. Então as fisicalidades e formas urbanas são história urbana, representam uma identidade e uma memória coletiva.

Ainda segundo Lamas, a análise morfológica implica igualmente a investigação dos **processos de formação e crescimento da cidade e da sua história urbana**. Sendo

um método de revivência e recordação do passado, a relação das formas urbanas com os seus fenómenos de origem são fatores fundamentais na questão urbana e nas ações de reabilitação urbana:

Compreender o processo de construção da imagem urbana a partir da síntese de aspetos, fatores e factos – históricos, políticos e ideológicos, socioculturais económicos, geográficos e tecnológicos- pois tais condicionantes localizam no tempo e no espaço as distintas culturas arquitetónicas que, por sua vez, estão diretamente relacionadas com determinadas práticas e manifestações socioculturais (Menezes & Tavares, 2004, p. 10)

Isto porque é através da

apropriação do espaço e do tempo que o homem dá sentido à história, manipulando, inventando e criando formas de leitura dispares em função da sua génese cultural, conhecimento ou ideia de um passado ideológico e identitário no presente. Assim, a partir da análise e caracterização das diferentes fases de sedimentação do tecido urbano, demonstrar-se-á que os processos de transformação da cidade existente são dinâmicos (Silva, 2017, p. 11).

Para além disso, nem sempre as formas urbanas são claramente visíveis ou totalmente acessíveis. Trabalhar a cidade implica recorrer continuamente à História, História da Arte e Arqueologia para a reconstituição e aproximação ao que outrora compunha a cidade e que, mesmo não estando mais presente, é uma cicatriz que influenciou e continua a influenciar o espaço e a sua comunidade.

*“Estes últimos são principalmente os monumentos, os traçados ou vias e também, em certa medida, a estrutura fundiária”* (Lamas, 2010, p. 114), daí a necessidade de compreender o processo de fundação das urbes e, recorrendo a uma análise histórica, desdobrar a sua transformação no decorrer do tempo.

O interveniente

*terá de saber que não trabalha sobre tábua rasa, mas sobre um território que já existe (...) Há que procurar no território os elementos estimulantes e geradores do partido arquitetónico, e também os elementos que deverão ser mantidos (...)*

*interligando o conhecimento da cidade à produção do espaço* (Lamas, 2010, p. 116).

Portanto, a análise dos processos morfológicos em tecidos urbanos contemporâneos permite:

Em primeiro lugar, a compreensão da organicidade e do esquema formal da urbe para uma criação de planos de reabilitação e planeamento urbano sustentada em conhecimento científico, já que “*as políticas de recuperação, reabilitação e restauro de áreas urbanas pressupõem diferentes usos e consequentes modificações da imagem e da forma*” (Lamas, 2010, p. 112). Forma esta que se conecta com fatores sociais, económicos, ambientais e aspetos relacionados com a saúde pública.

Em segundo lugar, estando também a forma urbana associada a valores patrimoniais, culturais e artísticos, a sua compreensão permite a valorização dos traços de uma paisagem urbana e o reconhecimento da sua autenticidade, contribuindo para a estruturação de políticas de preservação de paisagens culturais históricas.

Em suma,

recuperar a cidade do passado implica, de uma certa forma, não apenas registar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo traço do passado pode ser datado através do conhecimento científico, ou classificado segundo um estilo preciso, mas o resgate do passado implica em ir além desta instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou em um outro tempo. Ao salvaguardar a cidade do passado, importa, sobretudo, fixar imagens e discursos que possam conferir uma certa identidade urbana, um conjunto de sentidos e de formas de reconhecimento que a individualizem na história (Pesavento, 2005, p. 11).

Desta forma, projetar a salvaguarda e desenvolvimento de um espaço urbano significa antes de mais compreender estes “*vestígios, permanências e continuidades*” da cidade para que nenhuma intervenção seja sinónimo de anulação ou incompreensão. As formas urbanas são particularidades que, ao longo de séculos, definiram a disposição e



ordenação de um espaço, influenciaram a sua evolução e todos os padrões de urbanização a si associados.

Apesar de todo tecido territorial apresentar sinais da presença e (con)vivência humana, é nos centros históricos que é mais evidente esta sedimentação histórico-temporal, pois, geralmente são os núcleos de fundação das cidades e os espaços com os processos de formação mais longos e complexos.

Constituindo-se como espaços preferenciais da cultura, História e Património e como polos centrais com relevantes funções sociais, económicas, patrimoniais e cívicas, foram os locais privilegiados para a construção de edifícios de valor histórico e artístico, para a implementação de áreas de valor político e zonas de importância económica.

Por estas razões, foram escolhidos como casos de estudo para a presente dissertação os centros históricos de Guimarães, Coimbra e Évora, locais onde é mais óbvia a importância do conhecimento histórico para o entendimento global do espaço e para a interpretação das permanências – sejam a topografia, a articulação do traçado, a estruturação da malha urbana, a localização dos edifícios de maior valor - praças monumentais, igrejas, catedrais, jardins, terreiros e ruas emblemáticas - o loteamento ou as tipologias de construção.



## Parte III- A (In)compreensão do conhecimento histórico na Reabilitação Urbana

---

Como observado ao longo da investigação, o conhecimento histórico destaca-se como um fator imprescindível aos processos de reabilitação urbana, sendo óbvia a sua relevância para a assimilação da história das cidades e da evolução que sofreram ao longo do tempo.

Contudo, será que teoria é refletida na prática? Será a importância do conhecimento histórico reconhecida e aplicada?

Geralmente, a reabilitação urbana é associada às áreas da Arquitetura e das Engenharias pela associação das ações de reabilitação a obras físicas no espaço. Porém, refletido ao longo da leitura, a reabilitação urbana é uma política que vai muito além de intervenções no quadro físico. Trata-se de uma política pública integrada, que se estende a todos os âmbitos e que se propõe abordar todo o conjunto de questões decorrentes no espaço urbano, sejam elas questões físicas, sociais, ambientais, culturais ou económicas.

Apesar da criação do novo conceito de reabilitação urbana integrada, de os próprios programas e planos nacionais e internacionais de RU fazerem questão de sublinhar a sua capacidade multidisciplinar e de acentuar a importância da cooperação para o desenvolvimento e coesão territorial, quando observamos a prática, os processos em *per si*, a interdisciplinaridade parece não se verificar de forma tão clara.

Em primeiro lugar, e sendo estes processos concretizados sobretudo à escala municipal, onde decorrem de forma mais visível das ações e práticas de RU, observando a composição das equipas técnicas municipais ou formação dos vários departamentos e divisões municipais de planeamento e gestão territorial, verifica-se uma forte presença das áreas da Arquitetura e das Engenharias, em contraste com outras disciplinas que não intervêm diretamente com o que é físico/material. Referir-nos às ciências sociais, particularmente às disciplinas da História e História da Arte.

Em segundo lugar, mesmo existindo equipas multidisciplinares, ou câmaras municipais, contendo os recursos humanos para garantir a fusão de valências, as diversas matérias e disciplinas não parecem comunicar ou conectar-se internamente.

É a partir exemplos de situações como as anteriores, que se achou pertinente a análise dos estudos de caso que se propõem a avaliar intervenções para identificação deste tipo de comportamentos, que trazem pontos negativos aos processos de RU.

Daí ser relevante a observação e análise de casos de estudo, comparando formas e práticas de intervenção compreendendo a mais-valia que estas disciplinas aportam nas ações e práticas de RU.

Os casos de estudo são tratados individualmente.

Primeiramente, são observados os projetos de RU dos diversos casos de estudo, desde as razões das intervenções aos seus objetivos programáticos. O principal objetivo da primeira análise é descodificar o contexto das obras de reabilitação, os seus desafios e propósitos, conhecer as equipas responsáveis pela intervenção e identificar a diversidade de disciplinas com as quais estas contaram.

Posteriormente, a partir da informação anterior, é refletido caso a caso qual foi concretamente a importância da História e História da Arte e o contributo do seu conhecimento (histórico) para as obras de reabilitação.

Para recolha de informação adicional acerca dos estudos de caso foram realizadas entrevistas aos intervenientes e atuadores dos diversos processos, nomeadamente a entidades das autarquias (diretores dos departamentos e divisões de reabilitação urbana e desenvolvimento do território; técnicos municipais), e no caso de Évora, ao arquiteto coordenador do projeto.

As entrevistas têm dois propósitos:

- Perceber como se processam as práticas e políticas de RU nos diversos municípios, compreendendo como os processos decorrem internamente.
- Recolher as diversas posições e opiniões das autarquias, técnicos municipais e atuadores do território acerca da interdisciplinaridade e da inclusão do conhecimento histórico

Foram também realizados contatos com a própria população para compreensão da sua ligação com os espaços intervencionados, para identificação dos aspetos e elementos que se destacam na memória coletiva dos mesmos e, por último, para entender como foram conduzidos os processos de participação pública.

As entrevistas desdobram-se em vários grupos de questões, variando consoante o entrevistado e o caso de estudo, acompanhando sempre um modelo<sup>10</sup> de questões pré-delimitadas.

A partir da observação dos casos de estudos e das respostas às entrevistas é ainda preenchida uma tabela-síntese<sup>11</sup> que tem como finalidade resumir toda a informação absorvida dos casos de estudo, e responder às três questões fulcrais que a análise propõe investigar:

1. Foi tomada uma consciência histórica?
2. Foi preservada a memória e identidade do local nos pós intervenção?
3. Qual a importância do conhecimento na intervenção?

---

<sup>10</sup> Consultar no conteúdo dos Anexos

<sup>11</sup> Consultar no conteúdo dos Anexos



## Estudo de caso de Guimarães: Obras de reabilitação urbana da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António

### Breve contextualização histórica da cidade de Guimarães

A antiguidade e o papel desempenhado por Guimarães nos primeiros tempos da nacionalidade legitimam de certa forma a reivindicação “berço de Portugal” estatuto que, de resto, ainda hoje orgulhosamente ostenta de forma bem visível no que resta das suas muralhas medievais.



Figura 1: Letreiro “*Aqui nasceu Portugal*”, Largo do Toural - João Martinho (2005)

Fonte: Wikipédia

Com origens remotas no século X, em torno dos anos de 950 e 959, a sua fundação coube à Condessa Mumadona Dias ao erguer o Mosteiro de Santa Maria<sup>12</sup>.

A instalação da casa religiosa rapidamente deu origem ao burgo da primitiva vila de Guimarães. O seu desenvolvimento obrigou à construção de um castelo no ponto mais alto e de maior visibilidade. Com o aumento populacional multiplicaram-se os templos, com a igreja de São Miguel do Castelo, Santa Maria (mais tarde chamada de Nossa Senhora da Oliveira), São Paio e a capela de São Tiago.

Na última década do século XI, assumindo o Condado Portucalense, o Conde D. Henrique atribui-lhe carta de foral. O crescimento verificado, intensificado nos séculos seguintes, obrigou a população a sair do interior da muralha e a acomodar-se nos arrabaldes onde gradualmente foi fazendo nova construção, plantação de hortas e pomares.

A construção nos arrabaldes foi controversa, pois os edifícios acostados à muralha permitiam a sua escalada por parte do inimigo. No século XIII, D. Afonso III manda destruir as edificações anexadas à muralha e erguer uma nova cintura de muralhas mais vasta e capaz de abranger toda a zona já edificada. Foi esta muralha nova que uniu as duas vilas: a vila velha, primitiva, e a vila nova, a que se desenvolveu no extramuros.

É na Vila Nova, junto à antiga muralha, que surge o “rossio do toural”, a atual Praça/Largo do Toural.

Após a limpeza das construções junto à muralha assistiu-se gradualmente ao estabelecimento de nova construção à volta da zona arrasada que organicamente acabou por formar um terreiro vazio com uma face correspondente à muralha antiga e as outras três faces ocupadas por novas habitações.

No século XV, à semelhança do que se registava na maior parte dos núcleos urbanos do país, o terreiro configura-se progressivamente em praça. No século XVII, o Toural era já um espaço de grande relevância, de acordo com o Padre Torquato Peixoto de

---

<sup>12</sup> Sobre Guimarães medieval veja-se o trabalho incontornável de Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães: duas vilas, um só povo Estudo de história urbana (1250-1389)*. Co-edição do CITEM e da Universidade do Minho (ICS), Braga, 2010.



Azevedo, em “Memórias ressuscitadas da Antiga Guimarães, “uma das melhores (praças) do reino”.

O Toural era o coração da vila, apetrechado com um chafariz de seis bicos e um cruzeiro de pedra, elevado sobre escada, constituído como um amplo espaço onde decorriam as principais festividades, ponto de encontro quotidiano dos habitantes e espaço de mercados de lenha, louça, linho e doces.

A sua consolidação como espaço público é marcante no século XVIII, sobretudo ao nível do casario envolvente.

Ao longo do tempo, a praça do Toural passou por diversos momentos de mudança, desde um grande incêndio no ano de 1869 que destruiu praticamente toda a habitação envolvente à praça, à sua transformação para jardim fechado, à sua adaptação para mercado municipal.

A configuração do Toural como hoje se conhece decorre sobretudo das obras levadas a cabo nos anos de 1930.

Atualmente, é considerada a sala de visitas da Cidade de Guimarães, adaptada aos tempos e aos usos contemporâneos, para além de ser um espaço diariamente utilizado pelos habitantes da cidade para lazer, comércio ou desporto, é também um local onde são concretizadas importantes festas religiosas como o caso das festas a S. Nicolau (as chamadas Nicolinas), celebradas vitórias desportivas ou realizados eventos políticos, culturais e artísticos.

O topónimo porque é conhecido foi variando: a designação de Toural advém da utilização da praça como mercado de gado. Foi também Campo do Toural, Terreiro do Toural, Praça do Libertador de Portugal (quando, em 1911, recebeu um monumento a D. Afonso Henriques), ou ainda Praça de D. Pedro IV. Mas a designação de Toural nunca caiu.



Figura 2: Praça do Toural em 1906  
Fonte: *Memórias do Reino de Portugal* (2020)



Figura 3: Praça do Toural na década de 1970  
Fonte: *Memória de Araduca* (2011)

Anexas à Praça do Toural, e também com um longo historial, encontram-se a Rua de Santo António e a Alameda de São Dâmaso.

A Rua de Santo António, uma das artérias mais movimentadas do Centro Histórico de Guimarães, fica a norte do Toural, acompanhando o percurso da antiga muralha. Inicialmente denominada de Rua da Fonte Nova, assume uma posição central no comércio da cidade desde o século XVIII, tendo um forte cariz medieval que ainda sobrevive nas suas casas, com os tradicionais alpendres.

A sul do Toural, encontra-se a Alameda de São Dâmaso, constituída ao longo dos séculos XIX e XX. Inicialmente, era apenas um espaço anexo ao Largo do Toural, mas depois de 1878 tornou-se um espaço público ajardinado, sendo-lhe colocado mobiliário urbano e um coreto.

Ocupando um lugar central da cidade, onde outrora se localizavam os Largos de S. Sebastião, o Terreiro de S. Francisco, as Carvalhas de S. Francisco e o Largo do Trovador, a Alameda é um grande espaço arborizado de lazer e convívio, carinhosamente apelidado pelos seus ocupantes de “Jardim dos Reformados”, por ser um ponto de encontro e convivência das faixas etárias mais altas da população.

Em síntese, a Alameda de São Dâmaso, a Praça do Toural e a Rua de Santo António ocupam um lugar central na malha urbana da cidade de Guimarães “conformando um importante segmento do espaço intersticial entre o centro histórico e as zonas que ao longo dos séculos têm vindo a estabelecer-se extramuros” (Oliveira, 2013, p. 120), o que amplamente justifica a sua escolha como caso de estudo.



Figura 4: Alameda sob o antigo nome de Terreiro da Igreja de S. Sebastião no século XIX

Fonte: Dissertação “*Projeto Urbano do Touroal: presente, passado e futuro*” (2011) de Filipe Marques

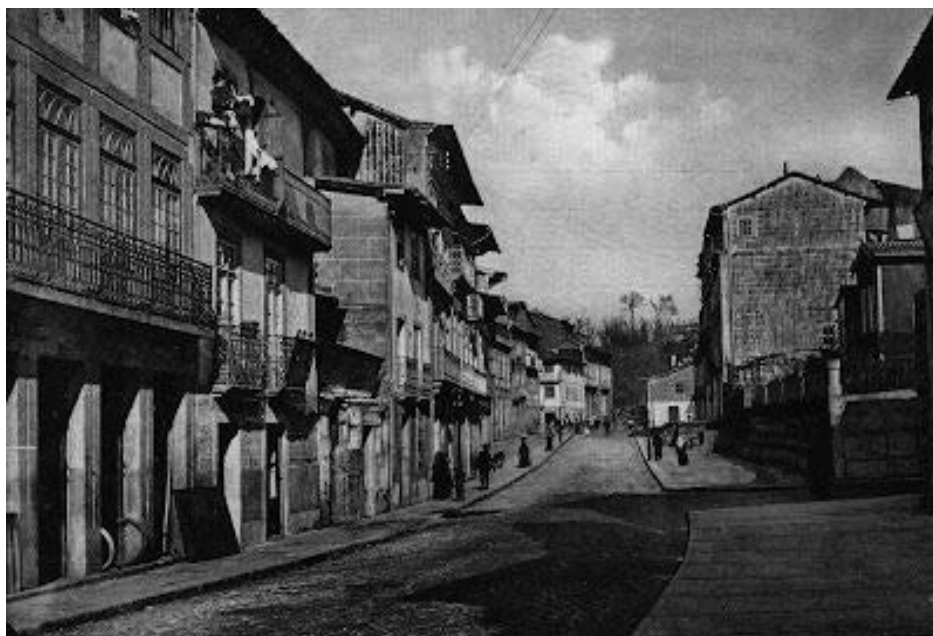


Figura 5: Rua de Santo António no início do século XX

Fonte: Blog “*Memórias de Araduca*” (2011)

## A intervenção, os objetivos programáticos e o projeto

No ano de 2010 a cidade de Guimarães preparou-se para receber uma série de eventos e iniciativas provenientes da nomeação de Guimarães a *Capital Europeia da Cultura* em 2012. Uma atividade da União Europeia, inaugurada em 1985, que tem como finalidade a promoção de cidades europeias e contribuir para o seu desenvolvimento cultural, social e económico.

Esta preparação envolveu um conjunto de obras de intervenções de reabilitação urbana para recuperação, requalificação e revitalização do espaço público do centro identitário de Guimarães, classificado pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade pela Unesco, no ano de 2001<sup>13</sup>.

Entre a panóplia de intervenções destacaram-se as obras na área da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António, a sala de visitas e o coração da cidade de Guimarães.

Prevista como uma obra de 14 meses com o custo total de 7,8 milhões de euros, o projeto de reabilitação urbana da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António foi avançado pela câmara municipal, com participação e colaboração da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho sob coordenação da arquiteta Maria Manuel Oliveira, formada em Arquitetura pela Escola de Belas-Artes do Porto e docente na Escola de Arquitetura da Universidade do Minho.

---

<sup>13</sup> Veja-se, no sítio da Comissão Nacional da Unesco <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-de-guimaraes>

Matos, A. C. L., *Cidade Património Cultural da Humanidade, Guimarães. Da Construção à Reabilitação do Centro Histórico* (2014). Porto: dissertação de mestrado integrado em Arquitetura Faculdade de Arquitetura do Porto

G.T.L., Câmara Municipal de Guimarães – “*Guimarães*” (1998). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

G.T.L., Câmara Municipal de Guimarães - - “*Guimarães Património Cultural da Humanidade*” (2002). Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães - G.T.L.

Afonso, José Ferrão - “*Guimarães - da fundação a Património da Humanidade*” (2007). Disponível em [https://run.unl.pt/bitstream/10362/12587/1/ART\\_10\\_Afonso.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/12587/1/ART_10_Afonso.pdf)

O projeto contou uma equipa interdisciplinar, focada especialmente em três áreas: a Engenharia Civil (conectada com a mobilidade), a Arquitetura e a História, nomeadamente as matérias da História da Arquitetura e da História da Cidade.

Segundo a arquiteta Maria Manuel Oliveira:

um bom trabalho de equipa é indispensável, é crucial para a coerência e coesão do projeto e da obra. Este projeto (...) obrigou a uma grande e contínua interação com todas as especialidades e assessorias. (...) Foi um trabalho que ofereceu oportunidades únicas de aprendizagem nas suas várias frentes disciplinares (M. M. Oliveira, 2012, p. 41).



Figura 6: Praça do Toural, Alameda de São Dâmaso e Rua de Santo António a sombreado vermelho

Fonte: Câmara Municipal de Guimarães (2010)

O projeto de reabilitação urbana da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António refletiram-se e debateram-se amplamente problemas como a reabilitação de tecidos urbanos com valor patrimonial, tentando equilibrar temas como *“uso citadino quotidiano versus turístico sazonal”* a *“reinterpretação do património versus musealização”* e *“memória em construção versus tradição”* (M. M. Oliveira, Cabral, & Jotta, 2012).

Até 2010, a área da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António apresentava diversos problemas a nível funcional, desde a desadequação e desatualização das redes de infraestruturas, o agravamento de problemas na circulação viária, o aumento do trânsito automóvel dentro do centro da cidade, o estacionamento desregulado e ainda a grande poluição sonora, visual e atmosférica por parte dos veículos de transporte público.

De um modo geral, assistia-se a uma falta de conforto nestas áreas e evidenciava-se a necessidade de modernização dos serviços, infraestruturas e equipamentos.

Deste modo, as obras de reabilitação nestes locais assentaram na ideia de criar um *“lugar aberto à expressão de uma sociedade progressivamente multicultural”* (M. M. Oliveira et al., 2012), definindo quatro grandes melhorias a atingir:

1. Adaptação do espaço à urbanidade moderna, tendo em conta das dinâmicas simbólicas, patrimonial e funcional do espaço;
2. Favorecimento da relação pedonal entre a cidade intramuros e a zona exterior de Couros;
3. Resposta a questões relativas à mobilidade, refletindo a questão do transporte público;
4. Melhoramento das infraestruturas e serviços e do conforto urbano dos usos e atividades decorrentes na área.

Mais do que o desafio de intervir em cerca de 40 000 m<sup>2</sup>, o projeto visava intervir em espaços públicos localizados no coração da cidade, **áreas funcionalmente diversas compostas por património urbano, arquitetónico e imaterial**, locais com um longo legado arquitetónico e características urbanas distintas interiorizados na vivência urbana e no quotidiano de quem utilizava o espaço.

Posto isto, o planeamento da intervenção implicou a **reflexão sobre conceitos como identidade, história e memória**, já que intervir nestas áreas significava transformar uma *“rua de grande importância comercial, uma praça com enorme significado urbano e uma extensa área arborizada”* (M. M. Oliveira, 2013, p. 120), com a finalidade de *“reagir positivamente à contemporaneidade, interpretando o seu legado patrimonial e o seu espaço público em função de um desígnio aberto à re-significação”* (M. M. Oliveira, 2013, p. 119).

Nesta perspetiva, Maria Manuel Oliveira, a arquiteta responsável, afirma que foi fundamental ao projeto a disciplina da História, tendo esta *“um papel essencial na interpretação do dever da cidade, acreditando na construção biográfica permanente do lugar e entendendo a cidade histórica como uma ocorrência intrínseca a essa identidade”* (M. M. Oliveira, 2013, p. 119).

O projeto teve de se preocupar com todo o espólio de memória, passando pelo exercício de entender o local e o seu contexto histórico-social e de perceber a sua conexão com quem o ocupa, fundamentando e legitimando as obras através da consulta de fontes históricas e da sua história urbana.

Nas palavras de Maria Manuel Oliveira este passo nas ações de reabilitação Urbana é um dever ético de quem intervém no espaço urbano.

Deste modo, a estruturação do projeto optou por iniciar com um **entendimento do lugar**, para que se pudesse identificar questões e problemáticas da urbanidade contemporânea, mas preservando significados e vivências da memória coletiva que a cidade sedimenta e que não pode perder.



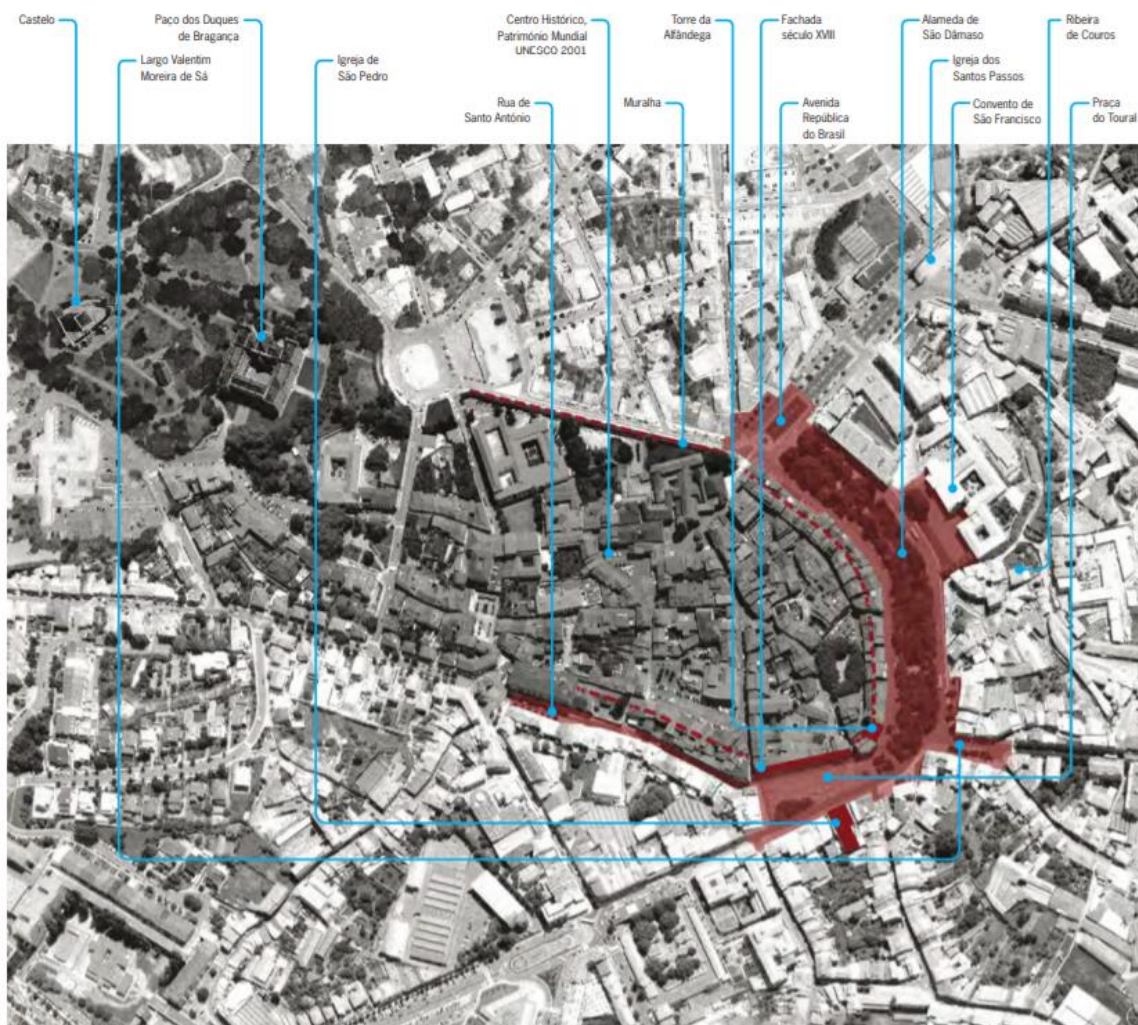


Figura 7: Espaços e edifícios históricos presentes na zona de intervenção

Fonte: Revista *Monumentos* nº33 (2013)

Nesta leitura global do espaço foram identificados aspetos intrínsecos ao espaço que se reconheceram essenciais a ter em consideração na hora de transformá-lo e modernizá-lo, tais como:

- a **muralha medieval**, um elemento que acabou por acompanhar, conduzir e influenciar todo o crescimento e configuração urbana da cidade, portanto, um elemento fundador da história urbana de Guimarães;

- os **elementos singulares notáveis do espaço**, desde a Igreja de São Pedro, o edifício do Café Milenário, o próprio pavimento de quartzo e basalto, o convento de São Francisco e o seu cruzeiro, a fonte setecentista, o coreto da Alameda, as fontes *Maria da Graça* e *Faunito*, o busto de Abel Salazar, o Monumento aos Quinhentos Anos do Teatro e a própria fachada pombalina do Toural;
- os **elementos vegetais**, particularmente o espólio arbóreo da Alameda de São Dâmaso que definiu o carácter e essência do espaço como local de estar, encontro e convívio;
- **características da própria malha urbana e as suas cicatrizes**, aspetos estruturantes na conceção do próprio projeto, sobretudo no que toca à melhoria da mobilidade e circulação.

Deste modo, considerando a grande espessura temporal e histórica das áreas a intervir o projeto alicerçou-se em todo o contexto histórico-social dos locais e *“buscou os fundamentos numa interpretação atual e acertada do lugar, ancorando a proposta de transformação na temporalidade longa que lhe é subjacente. Assim, articulando temas da urbanidade contemporânea com significados construídos pela memória coletiva”* (M. M. Oliveira, 2013, p. 120), como é possível ler no artigo *“(re) Desenhar no coração da cidade: O Projeto de Reabilitação Urbana da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António, em Guimarães”*, escrito pela arquiteta responsável.

Em síntese, para desenhar e traçar o projeto, foi necessário proceder-se a uma reflexão cuidadosa sobre os costumes e tradições que as formas físicas daqueles espaços urbanos integram e que fazem parte das vidas e rotinas de quem ali vive há décadas.

**Por exemplo, em relação à praça do Toural**, foi feito o esforço de realçar os aspetos relevantes da sua sedimentação histórica, tendo o cuidado de manter a sua a relação a envolvência, apreciando o seu carácter de espaço de lazer e de encontro.

**Quanto à Rua de Santo António**, quis evidenciar-se a sua relação com a antiga muralha e o seu carácter comercial enquanto artéria central do centro histórico.

**Já na Alameda de São Dâmaso**, escolheu-se preservar a sua essência enquanto “bosque”, espaço público e mancha verde que desde o século XIX se revela como um local de pausa, conforto e encontro para os seus habitantes.



Figura 8: População na Praça do Toural  
Fonte: Revista Monumentos nº33 (2013)



Figura 9: População na Praça do Toural  
Fonte: Revista Monumentos nº33 (2013)



Figura 10: População junto ao chafariz da Praça do Toural

Ainda sobre o entendimento do espaço, Maria Manuel de Oliveira explica que foi importante a discussão pública do projeto. Para isto foram realizadas apresentações e comunicações tanto para grupos com interesses específicos, como reuniões abertas ao público, foram ainda concretizadas entrevistas e divulgado um vídeo que exibia o projeto e explicava as decisões tomadas e as suas razões de ser:

Para além de todo o valor que contém – a sua história, o seu património material e simbólico, a sua qualidade ambiental – é também uma reserva de espaço público preciosa (...). Assim, no sentido de aproveitar todo o seu potencial, tentámos perceber como é que as pessoas realmente o utilizam e quais os seus desejos (M. M. Oliveira, 2012, p. 37).

Todavia, Maria Manuel Oliveira, no livro “*Renovação Praça do Toural, Alameda de São Dâmaso, Rua de Santo António, Guimarães: 2010-2012*” (2012) de Nuno Miguel Borges, faz uma clara distinção entre discussão e participação pública com decisão de desenho, explicando que o trabalho dos arquitetos e das equipas técnicas não é o de diretamente transportarem para o terreno aquilo que as pessoas gostariam, mas sim interpretar e fazer a mediação entre o que os habitantes pretendem e aquilo que é necessário e importante fazer.

### **A importância do conhecimento histórico nas obras de reabilitação da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António em Guimarães**

Retomando o título da dissertação, no caso das obras de reabilitação da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António em Guimarães, analisando todo o processo e toda a informação acima descrita, percebe-se que o conhecimento histórico foi importante, sobretudo para a concretização do que se referiu acima como **entendimento global do espaço** e que a própria arquiteta Maria Manuel de Oliveira denomina de **entendimento de lugar**.

Este entendimento consistiu no estudo de todo o contexto histórico-social dos espaços, ou seja, a observação e estudo das áreas da Praça do Toural, Alameda de São Dâmaso e Rua de Santo António em todo o seu espectro temporal. Desde a história da sua formação, às suas principais mudanças aos elementos/edifícios conectados com os

locais, como são os exemplos da muralha, da Igreja de São Pedro, do cruzeiro e da fonte setecentista, entre muitos outros componentes.

No fundo a análise da sua evolução morfológica e dos episódios e eventos que influenciaram e responsabilizaram esta evolução.

Tal como referido pela arquiteta responsável e como é possível ler nos documentos que explicam a intervenção e os seus objetivos programáticos, este entendimento do espaço só foi possível através da inclusão do conhecimento histórico promovido pela disciplina da História.

Porém, conclui-se que não houve uma autêntica inclusão da disciplina da História, já que não há qualquer registo que aponte a integração na equipa de um(a) historiador(a). Houve, sim, uma consultoria da história realizada pela arquiteta Maria Manuel, cujos estudos se centram no tema da intervenção em património edificado e se desenvolveram em volta da História da cidade de Guimarães.

Pode-se, no entanto, afirmar que houve a inclusão de conhecimento histórico, por outras palavras houve consciência histórica, tanto através da aplicação dos estudos da arquiteta Maria Manuel, como através da parceria com a Universidade do Minho, com a colaboração de estudantes e docentes das unidades curriculares de *História da Arquitetura* e de *História da Cidade*, que unindo esforços para investigar o enquadramento histórico da cidade ao longo do tempo numa perspetiva de intervenção no tecido urbano, procuraram compreender os espaços e os seus fenómenos de organização do espaço, identificar os eventos e programas económicos, sociais e políticos que os formaram, avaliar a forma urbana e conhecer a arquitetura edificada nos espaços.

Esta parceria com a Escola de Arquitetura da Universidade do Minho foi um método significativo para a partilha de conhecimento e informação entre intervenientes, habitantes e partes interessadas. Aqui a introdução de conhecimento histórico acerca da história da arquitetura e da cidade foi fundamental para a concretização de ações de reabilitação urbana fundamentadas e historicamente conscientes, e ainda para a investigação, descoberta e criação de novo conhecimento científico. Tal permitiu o contacto direto com os espaços, o seu estudo profundo e o encontro com novos vestígios e fontes que acabaram por revelar nova informação, sobretudo no caso da Arqueologia.

O conhecimento histórico não só foi importante para conduzir a intervenção, mas também para a aproximação do habitante e verdadeiro utilizador do espaço com o processo de reabilitação urbana, estimulando um dos passos mais importantes nas ações de intervenção em espaço público, espaço existente e vivido – a participação pública ativa.

A participação ativa da população nos processos de reabilitação pública foi essencial para que se criassem relações de proximidade e interpretação com o património urbano.

Entrevistados seis habitantes de Guimarães, três do sexo feminino e três do sexo masculino, com idades entre os 42 e 76 anos, sobre o que mais estimavam na sua cidade e no Centro Histórico de Guimarães, todos foram unânimes na escolha da Praça do Toural e a Alameda de São Dâmaso.

Intervir em espaços tão estimados pela população como a Praça do Toural, a Alameda de São Dâmaso e a Rua de Santo António em Guimarães significa interromper temporariamente o seu uso e colocar em risco esta conexão do espaço com o vimanerense que diariamente caminha pela Rua de Santo António, admira a fachada pombalina dos edifícios envolventes à Praça do Toural e se reúne com vizinhos e conhecidos à sombra das árvores da Alameda de São Dâmaso.

Oferecer a possibilidade ao habitante de conhecer o projeto, ouvir as suas histórias e opiniões e oferecer-lhe a oportunidade de acompanhar as obras são aspetos que aproximam o homem do espaço, tornando as intervenções mais humanizadas e conscientes.

No caso de Guimarães, observando a coleção de imagens da obra de Nuno Miguel Borges - *“Renovação Praça do Toural, Alameda de São Dâmaso, Rua de Santo António, Guimarães: 2010-2012”* - , registos da própria arquiteta Maria Manuel Oliveira foi possível perceber que houve um profundo acompanhamento da população que diariamente se juntava às equipas de obras, observando-as curiosamente.

Porém, questionando estes sete habitantes e utilizadores dos espaços sobre um eventual convite à participação na preparação das obras das obras decorridas em 2012, apenas um confirmou ter sido convidado a participar nas reuniões de discussão pública do projeto, o que se terá ficado a dever ao facto de pertencer aos órgãos de uma das freguesias circundantes.

Os entrevistados referem que houve uma falta de divulgação do evento e o desconhecimento desta sua possível contribuição. Quando interrogados acerca de uma possível participação, todos mostraram imediato interesse e vontade em participar e debater nestes processos. Curiosamente, todos eles mencionaram que teriam pedido à câmara a permanência do visual de jardim da praça e uma maior presença de bancos públicos.

### **Entrevista ao Arquiteto Filipe Fontes - Departamento de Desenvolvimento do Território da Câmara Municipal de Guimarães**

A conversa com o Arquiteto Filipe Fontes foi importante para recolher mais informação sobre o estudo de caso e, especialmente, perceber o instrumento por detrás do Departamento de Desenvolvimento do Território da Câmara Municipal de Guimarães.

De uma forma prática, foi essencial para entender como funcionam as ações e práticas de reabilitação urbana no concelho e de que forma estas perspetivam a disciplina da História, História da Arte e Arqueologia.

#### **De que forma considera que as ciências humanas e sociais – disciplinas como a Arqueologia, História e História da Arte - são tão relevantes como outras ciências exatas – refiro-me especialmente às Engenharias e à Arquitetura - no que toca a gerir, planear e intervir no espaço urbano?**

Iniciando por citar o geógrafo João Ferrão, o arquiteto Filipe Fontes, diretor do Departamento de Desenvolvimento do Território da Câmara Municipal de Guimarães, começou por esclarecer que a cidade é o objeto mais intrincado que o homem já inventou, explicando que esta é o local onde todos os temas e assuntos se cruzam, tudo o que tem a haver com o homem, as suas relações e necessidades.

Neste seguimento, Filipe Fontes começou por referir que é necessário entender que a cidade tem uma componente histórica, já que é construída ao longo do tempo, é acrescentada, sedimentada e são sobrepostas histórias à história. E, por outro lado, explicou que a cidade tem de funcionar, e para funcionar tem de conter um suporte e infraestruturas que permitam resolver questões básicas como a água, saneamento, etc.

Segundo o mesmo, quer estas infraestruturas e serviços, quer a História ou a Sociologia, áreas que permitem conhecimento e ajudam a entender o passado da cidade são relevantes, pois toda a informação e conhecimento que contribua para conhecer a cidade e a sua situação atual e que ajude a mesma a funcionar melhor são essenciais.

**Na sua perspetiva, acha que ambas as ciências são perspetivadas de forma igual nas práticas de Reabilitação Urbana atuais? Onde é que reconhece esta desigualdade?**

O arquiteto Filipe tornou imediatamente claro que nunca questionou a importância das ciências sociais na reabilitação urbana. Contudo, explicou que na prática o cruzamento interdisciplinar implica estabelecer um equilíbrio e ponderação entre elas, caso contrário ocorrem situações de incompatibilidade e, na sua opinião, o que acontece atualmente é que muitas vezes este equilíbrio “não é equilibrado”, devido sobretudo a questões burocráticas, mencionando a condicionante do tempo, um fator que influencia e define todo o processo.

**De modo geral, como é composto o vosso departamento/ equipa no Departamento de Desenvolvimento do Território da Câmara Municipal de Guimarães?**

Segundo o arquiteto Filipe, as disciplinas da Arquitetura, Engenharia, Arqueologia e Geografia são as áreas disciplinares com corpo técnico na equipa do departamento. Explicou depois que a inclusão de outras áreas depende do caso e do projeto, expondo um exemplo de um recente projeto que visava o levantamento patrimonial a nível concelhio, sobretudo Património imaterial, onde o departamento procurou e contou com um conjunto de novos saberes a que não está habituado, apontando a Sociologia, o Design e a História da Arte.

**Que exercícios executam o arqueólogo, historiador e historiador de arte no vosso departamento/ equipa?**

O arquiteto Filipe aclarou que as tarefas dependem diretamente do caso e do plano de trabalhos, não referindo exemplos concretos de tarefas.

**Considera que existe uma relação de diálogo e cooperação entre as várias matérias/disciplinas que compõem a vossa equipa?**

Afirmou que sim, esclarecendo, contudo, que no seu ponto de vista esta relação ainda é ainda um pouco frágil, relatando que tem sido uma relação que tem vindo a crescer e uma importância que se tem vindo a consolidar.



*“Vai-se percebendo o quanto a descoberta pode ser benfeitora”, referiu.*

**Tendo em mente as obras de reabilitação da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António em Guimarães, quais foram as partes envolvidas neste processo (comunidade, instituições, partes privadas)?**

Para além da clara participação da comunidade, o arquiteto Filipe indicou que a Câmara Municipal de Guimarães foi a principal promotora e que contou com uma parceria com a Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, desde alunos, a docentes e investigadores.

Mencionou ainda a participação da Sociedade Martins Sarmento, uma instituição cultural da cidade de Guimarães que se dedica ao estudo e conservação de monumentos e elementos arqueológicos da cidade.

**De que forma considera que no decorrer da intervenção foram fundamentais a diversidade disciplinar e a inclusão do conhecimento histórico?**

No caso das obras de reabilitação da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António, o arquiteto Filipe informou que o projeto teve o contributo da Arquitetura, de quase todas as especialidades de Engenharia, do Paisagismo e das Artes Plásticas.

Relatou que houve ainda a participação de um historiador, todavia não se encontra nenhum registo da presença do mesmo na equipa técnica, mas sim de um arquiteto que se responsabilizou pela consulta histórica.

Deixou ainda claro que acredita que se naquele momento fosse entendido que outras valências seriam uma mais-valia estas teriam sido chamadas. Na sua opinião, contemplaram-se as áreas mais necessárias.

Sublinhando a importância da variedade de disciplinas e conhecimento reconheceu ser ainda corrente a ideia de que a intervenção numa edificação necessita apenas de um arquiteto e de um engenheiro, o primeiro para cuidar do espaço e o segundo para cuidar da estrutura. Mas confia ser crescente a consciência da necessidade de somar outras valências e outros saberes.

**Foram promovidas parcerias, nomeadamente a participação de instituições de ensino superior, de investigação e produção de conhecimento?**

**Em caso afirmativo, o trabalho produzido no âmbito desta colaboração foi posteriormente vertido em publicações, papers, posters, comunicações ou outros formatos de trabalhos científicos?**

De acordo com o arquiteto Filipe, sim. Especialmente com a Escola de Arquitetura da Universidade do Minho e com a Sociedade Martins Sarmento.

Quanto à produção de conhecimento, na sua opinião, a partir do momento em que se forma conhecimento a partir da obra, este não se esgota na obra, ele tem a sua dinâmica e é interessante por isto mesmo.

Todavia, explicou que na sua opinião o seu contributo principal dá-se durante e para a obra e explica o caso da arqueologia, cujas sondagens prévias tem uma capacidade enorme de influenciar positivamente o projeto, enquanto se a arqueologia acontecer durante a obra já existem outras consequências, portanto, no seu entender quando mais conhecimento se tiver antes da obra, melhor esta decorre.

**Foram promovidos momentos de debate e sensibilização para a promoção de uma participação pública ativa? O que foi importante discutir?**

Explicando o processo das obras do estudo de caso, contou que quando se decidiu fazer a mesma houve uma apresentação pública chamada “20 projetos para a cidade” um deles era para a Alameda e o Toural e onde foi apresentada uma ideia de um projeto para o espaço.

Relatou que esta apresentação gerou uma reação não favorável da população, ao ponto de a câmara decidir alterar o projeto, promover um novo estudo e ideia e fazer mais duas ou três sessões públicas para apresentar e debater esses novos planos.

Clarificou então que sim, houve e foi promovida a participação pública, que o projeto esteve sempre disponível para consulta, foi objeto de muita observação e que o caso do Toural foi um processo participado e até um pouco singular por isso mesmo.

O arquiteto Filipe explicou ainda a sua opinião acerca da participação pública:

*“Acho que a participação pública é inevitável e traz muita coisa ao projeto, contudo muitas vezes não é bem feita ou promovida, porque, por exemplo, como aconteceu neste caso das apresentações iniciais do Toural, o projeto não pode ser discutido no final quando já está feito, não se pode discutir o projeto de arquitetura.*

*Na participação pública devemos sim discutir qual a relação do espaço com a cidade:*

*o que é o espaço, o que queremos que seja o espaço enquanto comunidade, qual tem sido a sua evolução e aquilo que queremos para no futuro do mesmo. Só depois de discutido isto pode-se passar para a arquitetura”.*

**De que modo a intervenção contribuiu para a preservação, conservação e valorização dos aspetos históricos, culturais e artísticos do espaço e da memória coletiva associada ao mesmo?**

O arquiteto Filipe começou por esclarecer que mexer em qualquer coisa em Guimarães gera uma imediata intervenção e reação da população. Explicou que a população é muito conectada e amarrada com a cidade, os seus elementos, ícones, símbolos, sobretudo no caso do castelo em que há uma grande afetividade, memória e significado que não se vence.

No caso do Toural, contou que existiu uma grande necessidade de se responder à visão historicista que acreditava em não ser necessário alterar o espaço. Para isto, foi necessário comunicar com a população e explicar a evolução do espaço, fazer ver que o espaço teria tido uma série de roupagens de outras soluções e que era passível de ser alterado.

Segundo ele, passar por este processo e envolver a comunidade claramente alimenta a memória coletiva, como fator de unidade, e afirma não ter dúvida da importância de que as ações de reabilitação urbana passam por este processo.



# Estudo de caso de Coimbra: Obras de reabilitação da Rua e Largo do Quebras Costas e do Largo da Sé Velha

## Breve contextualização histórica da cidade de Coimbra

“Berço dos reis” ou “Cidade dos Estudantes”, é assim conhecida a cidade de Coimbra, fundada por povos pré-romanos que encontraram na margem do rio Mondego um local atrativo e estratégico para se fixarem.

O início do crescimento e desenvolvimento da cidade deveu-se sobretudo à presença romana a partir do século II a.C. Denominada de *Aeminium*, a cidade romana de Coimbra surgiu na colina que atualmente corresponde à Alta, dotada de uma excelente posição estratégica para defesa do território.

Desta época chegou-nos o criptopórtico romano, atualmente integrado no Museu Nacional Machado de Castro, embasamento do fórum romano, e ainda a matriz do aqueduto de São Sebastião que conduzia a água à cidade de *Aeminium*.

Por volta do século VI, em contexto de invasões germânicas, desestruturou-se o domínio romano em Coimbra. A cidade é tomada por suevos e visigóticos e adquire e, em época incerta, mas não distante, receberá nova designação — Coimbra — a cidade do bispo de Conímbriga

Em 711, os muçulmanos tomam a Península Ibérica, incluindo Coimbra, dando início ao período de domínio islâmico, o *Al- Andalus*.

A época islâmica deu continuação ao processo de estruturação urbana da cidade, o principal vestígio deste período encontra-se no atual paço das escolas, cuja estrutura assenta na alcáçova islâmica.

Em 1064 a cidade é reconquistada pelos cristãos sob comando de Fernando Magno de Leão e entregue ao moçárabe D. Sesnando que a governou, administrou e reorganizou economicamente.

Coimbra renasce e assume uma grande importância, tornando-se residência do conde D. Henrique e D. Teresa. Com D. Afonso Henriques à frente do Condado Portucalense é escolhida como sede da corte, em breve cabeça do novo reino.

Coimbra era um ponto favorável à reconquista do território português e, portanto, seguiu-se a instalação de uma longa rede de castelos que envolvia e protegia a cidade, desde Leiria, a Soure, a Lousã e ainda Penela.

No ano de 1179, Coimbra adquire o seu foral e reforça o poder concelhio, um período áureo de grande desenvolvimento económico, social e cultural da cidade de Coimbra resultante da solidificação do reino de Portugal.

No século XII surgem novas importantes construções religiosas, como a Sé Velha e o Mosteiro de Santa Cruz, S. Pedro, S. Tiago, S. Cristóvão, S. Bartolomeu, ao mesmo tempo que se procede à reestruturação da antiga ponte romana e da própria muralha, ao apetrechamento do castelo com uma torre de menagem primeiro, uma outra torre, quinária, logo depois, por mandado de D. Sancho I. A cidade renova-se aproximando-se do contexto europeu, franco e romano, de acordo com os desígnios de capitalidade e emancipação de Afonso Henriques (Rossa, 2011)<sup>14</sup>.

Coimbra medieval divide-se entre a zona da Almedina (zona alta, política e militar) e o arrabalde (mercantil e artesanal), divisão que hoje se mantém como a Alta e Baixa de Coimbra.

Em 1537 instala-se na cidade a Universidade sob ordem de D. João III, alterando e influenciando toda a dinâmica e funcionamento da cidade, sobretudo com a abertura da Rua da Sofia para instalação dos Colégios Universitários, a nova artéria da cidade. Coimbra torna-se uma cidade apelativa a todo um novo conjunto de pessoas que se muda para a urbe em busca do conhecimento.

Em 1544, o coração das escolas muda-se para o Paço Real, doravante Paço das Escolas. Com esta nova função, a Alta recupera definitivamente do seu longo processo

---

<sup>14</sup> Veja-se ainda a dissertação de doutoramento em Arquitetura de Walter Rossa: Rossa, W. *Diversidade: Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade* (2011). Coimbra: Dissertação de doutoramento em Arquitetura (especialidade de Teoria e História da Arquitetura) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/2110>.

Recomenda-se também as seguintes leituras:  
Alarcão, J. *A Evolução Urbanística de Coimbra: das origens a 1940* (1999). Atas do primeiro colóquio de Geografia de Coimbra. Coimbra. pp.1-10.  
Alarcão, J. *Coimbra: A montagem do cenário urbano* (2008). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra

de despovoamento numa inversão de um processo que até hoje condiciona a sua feição e usos. No século XVIII, ocorre uma enorme reforma da Universidade e dos seus edifícios a mando de D. José I e por mão do Marquês de Pombal. Erguem-se novos espaços de ensino como o Jardim Botânico, a Imprensa, o Museu de História Natural, o Laboratório Chímico, o Observatório Astronómico, reformam-se os edifícios do Paço das Escolas.

O século XIX refletiu uma fase de industrialização portuguesa, assiste-se em Coimbra a um novo desenvolvimento e crescimento demográfico e urbano, com a implementação de novas infraestruturas e equipamentos, como é exemplo o Mercado de D. Pedro. Durante o século XX a cidade vive um crescimento exponencial. Nos anos 40 iniciam-se obras na Alta, onde toda a zona sofre uma remodelação para expansão dos edifícios universitários. Consequentemente, são criados os bairros sociais de Celas, das Sete Fontes e do Norton de Matos para realojamento dos antigos habitantes da Alta.

Nos anos 60, 70 e 80 a expansão do espaço urbano continuou dando lugar a novas vias e infraestruturas.

Atualmente, a cidade acolhe um vasto património arquitetónico, cultural, natural e imaterial profundamente relacionado com a tradição académica.

No que toca especificamente aos locais em causa, o Largo da Sé e as Escadas do Quebra Costas, importa sublinhar como estão referenciados documentalmente como dos mais importantes espaços da cidade pelo menos desde o século XII. Com efeito, a meio caminho entre a principal porta da cidade muralhada — a Porta da Almedina, de origem romana, mas muito transformada sob domínio islâmico, de que recebe o nome — e o paço régio, prévio alcácer muçulmano erguido em torno do ano 1000, o patamar onde vem a ser erguida a catedral era já utilizado, ao que tudo indica como espaço de implantação da mesquita. Em seu torno, como era prática comum na cidade islâmica, situar-se-ia o *souk*. Essa centralidade religiosa e comercial manter-se-ia por toda a Idade Média. Recorde-se como até finais do século XIV aí se situava o pelourinho, junto à Casa do Vodo, edifício onde reuniam os homens bons da cidade, os vereadores e juízes.

O mercado, primeiro islâmico, depois cristão, prolongar-se-ia pelas Escadas do Quebra Costas. Nestas, nos séculos XI e XII existiam inúmeras tendas, configurando um

comércio dinâmico com produtos tão variados quanto dos víveres às fíbulas de materiais preciosos. Um espaço que, por isso mesmo, se denominava como de *Forum regis* ou *Forum veteris*, designação que não só denuncia a sua vitalidade económica como a sua antiguidade. Este mesmo eixo, veria a sua importância sublinhada com a instalação, em finais do século XIV da casa da câmara na Torre de Almedina (Trindade, 2013).

No século XVI seria amplamente intervencionado por ordem de D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra que concebe todo um novo dispositivo de visibilidade para a Sé, através da construção do grande tabuleiro, da Porta Especiosa, do derrube de edifícios que atravancavam o adro, etc.

Nos séculos XIX e XX, finalmente, as grandes campanhas de restauro voltariam a deixar marcas importantes neste espaço, densificando as transformações, sedimentando alterações que hoje importa ter em conta na obra em curso.

Até aos dias de hoje, Escadas do Quebra Costas e Largo da Sé, mantêm esse estatuto de canal preferencial de atravessamento da Alta, subindo a festo desde a zona plana junto ao rio até ao topo da Almedina. De um lado e doutro, no interior de lojas e restaurantes (arcos, paredes de pedra aparelhada), no pavimento (vestígios do cemitério) ou nas janelas manuelinas (dos prédios fronteiros à Sé), subsistem vestígios importantes cuja integração numa narrativa coesa importa implementar.

### **A intervenção, os objetivos programáticos e o projeto**

As obras de reabilitação da rua e Largo do Quebra Costas e do Largo da Sé Velha na Alta de Coimbra foram oficializadas a 15 de abril de 2021 no seguimento dos projetos de reabilitação e requalificação da zona histórica da cidade, como é referido no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da CMC no âmbito dos seus dois eixos de atuação: *“Revitalização do coração da cidade”* e *“Reabilitação do edificado e qualificação do ambiente urbano”*.

Todavia, a preparação para as intervenções teve início em data anterior, em 2017 e os trabalhos de Arqueologia em 2019.

Segundo documentos camarários, as obras de reabilitação seguem disposições e orientações do PDM do município, nomeadamente: promover a cultura, o património e o turismo; afirmar a qualidade urbano-ambiental de Coimbra e a salvaguarda dos



recursos territoriais; promover de um desenho urbano de qualidade apostado na reabilitação.

Coordenada pelo arquiteto Eduardo Mota, a intervenção foi promovida pela própria Câmara Municipal de Coimbra, um trabalho conjunto entre a Divisão de Património e Salvaguarda do município e o Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra da CMC com a Direção Regional da Cultura do Centro.

Originalmente, o projeto divide-se entre três espaços: o Largo da Sé Velha, a Rua e Largo do Quebra Costas e as Escadas e Beco da Carqueja.

No que toca ao Largo da Sé Velha e às escadas e Largo do Quebra Costas, a Câmara Municipal de Coimbra promoveu obras de reabilitação com a finalidade de atribuir a estes espaços maior segurança, já que se trata de um percurso muito concorrido, sendo urgente aumentar as condições de acessibilidade e conforto.

Os trabalhos na zona envolvente à Sé Velha pretendem devolver ao espaço a ideia de praça, ordenando, organizando e hierarquizando o mesmo, criando um palco ao edifício da Sé. Como se assiste ainda um pouco de momento, o espaço desgastado e com poucas condições de segurança e conforto pedonal. Particularmente negativo é o facto de estar permanentemente ocupado por veículos e congestionamentos.

As obras estão ainda em curso pelo que é impossível avaliar a transformação.



Figura 11: Largo da Sé Velha

Fonte: *Diário das Beiras* (2019)

Já no caso do Quebra Costas e do seu largo, os trabalhos de reabilitação vieram no seguimento de um projeto/programa da CMC denominado de “*Para todos alta: valorização do percurso Universidade- Arco de Almedina*”.

Segundo a autarquia, nestes locais, à semelhança do Largo da Sé Velha, assistia-se a problemas na mobilidade pedonal. O pavimento dos espaços apresentava muito desgaste e a própria dimensão dos degraus era pouco confortável. Registando-se diversos acidentes, sobretudo quando o piso estava molhado, desde 2008 que se procediam a pequenas obras de melhoramento.

Contudo, apenas em 2021, surge o desejo de se proceder a grandes obras e substituir o material das escadas por outro mais seguro e resistente.



Figura 12: Escadas do Quebra Costas

Fonte: Blog “*Um pingo de luz*” (2012)



Figura 13: Escadas do Quebra Costas  
Fonte: *Notícias de Coimbra* (2019)

Deste modo, representando um investimento de 1,6 milhões de euros, o projeto forma-se oficialmente em 2021, tendo como objetivo central o melhoramento da mobilidade e segurança pedonal do percurso entre a Universidade de Coimbra e o Arco de Almedina, contemplando a revisão das infraestruturas dos espaços e visando a requalificação e revalorização destes espaços.

Os dois objetivos centrais das intervenções seriam:

1. Melhorar o conforto e a acessibilidade e segurança nos espaços;
2. Realizar uma intervenção baseada no binómio da tenuidade-funcionalidade.

Já a finalidade geral das obras de reabilitação seria criar uma leitura coerente do espaço através de um projeto adequado à morfologia do mesmo, da recuperação de materiais endémicos, da requalificação da relação do espaço público com o edificado e da correção de elementos e intervenções dissonantes operadas ao longo do tempo.

Através da recolha e análise de informação efetuada pelo Gabinete para o CHC, adotaram-se como princípios gerais/orientadores:

- Lembrar a memória dos embasamentos de modo a libertar a envolvente da Sé;
- Valorizar as áreas no sentido da sua preservação e melhoria da qualidade ambiental;
- Potenciar o uso do espaço para estabelecimentos comerciais, aumentando a fruição local, criando momentos de paragem e encontro com os edifícios envolventes;
- Criar uma coerência dos espaços, promovendo uma unidade e reinterpretações do património e de preexistências;
- Preservar as características físico-espaciais do espaço, salientando o seu carácter histórico e a sua potencialidade para acolher eventos;
- Introdução de elementos arbóreos para devolver uma antiga imagem do espaço surgida recorrentemente em registos do passado;
- Promoção do desenvolvimento sustentável e da coesão territorial;
- Realçar a importância física, histórica e simbólica do percurso Universidade - Arco de Almedina.

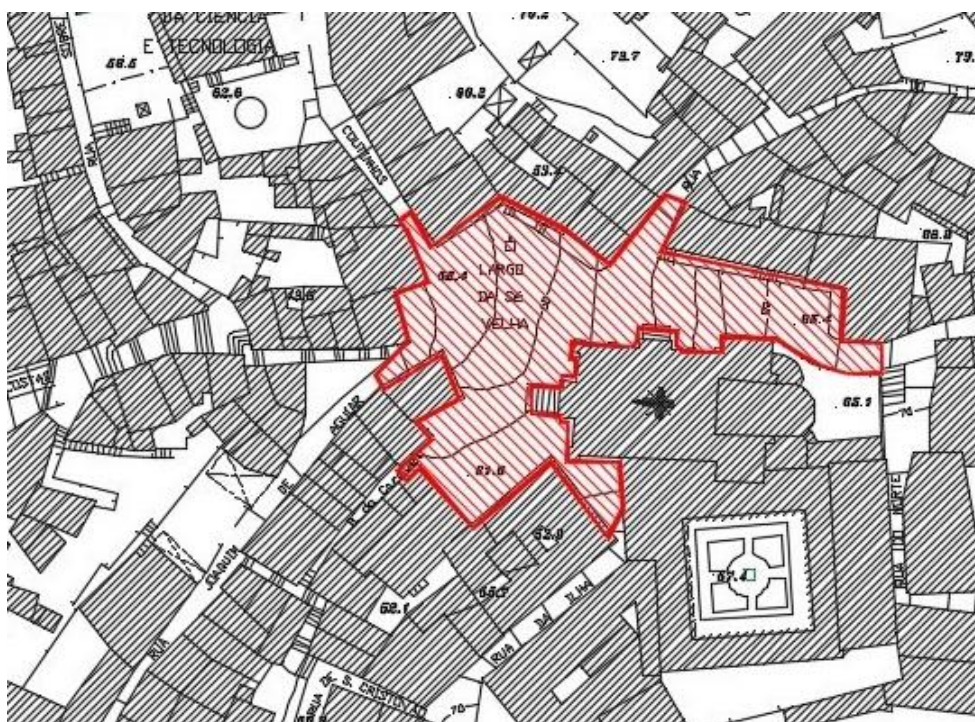


Figura 14: Área de intervenção do Largo da Sé Velha  
 Fonte: Câmara Municipal de Coimbra

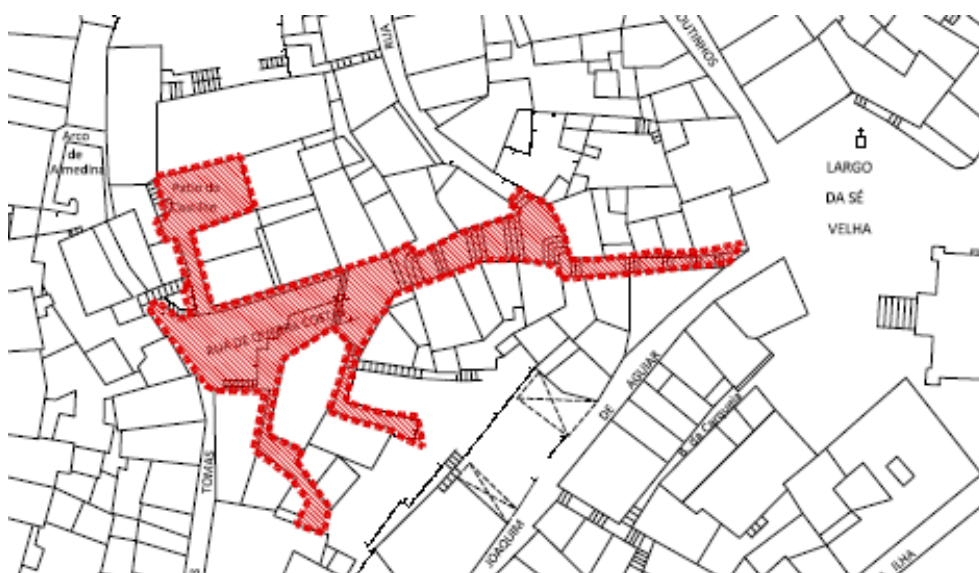


Figura 15: Área de intervenção das escadas e Largo do Quebra Costas  
 Fonte: Câmara Municipal de Coimbra

Tendo em consideração a importância patrimonial dos espaços a intervir e das suas preexistências, ainda em ativo, foram realizados estudos prévios de Arqueologia (por dois arqueólogos) e de Antropologia (um antropólogo), tratando-se de um território de grande sensibilidade arqueológica.

Segundo a CMC, os trabalhos de Arqueologia permitiram a definição de medidas de salvaguarda, a deteção de contextos de relevo patrimonial e a listagem de materiais mais corretos e adequados a utilizar no espaço.

Ainda segundo informação retirada do dossiê do projeto, disponível da Direção Regional da Cultura do Centro, no final dos estudos arqueológicos pretendeu-se ainda realizar um relatório final que sintetizasse toda a informação e conhecimento retirado a partir da pesquisa arqueológica. Contudo, este não estava incluído no dossiê do projeto ou nem se encontrava disponível para consulta.

Quanto à Antropologia, segundo dados da autarquia, foi fundamental para a escavação, exumação e estudo de esqueletos humanos encontrados no local.

As informações recolhidas a partir da investigação destas ciências, em conjunto com o levantamento histórico-artístico do Gabinete para o CHC (anexado ao dossiê do projeto consultável na DRCC), foram fundamentais para a identificação de benefícios e riscos.

As disciplinas da Arqueologia e Antropologia permitiram ainda uma avaliação de benefícios e riscos da intervenção, determinando que esta permitia a recuperação da autenticidade e genuinidade do espaço público e o restauro e recuperação de elementos arquitetónicos, contudo, por serem áreas de grande fragilidade, sendo imprescindível para a prevenção e segurança dos espaços e dos seus elementos que a intervenção se limitasse a pequenas correções ou adaptações para manutenção e fruição do espaço.

### **A importância do conhecimento histórico nas obras de reabilitação da Rua e Largo do Quebras Costas e do Largo da Sé Velha**

Observando documentação da CMC referente às obras de reabilitação, verifica-se que as disciplinas da Arqueologia e Antropologia foram incluídas no processo de RU deste caso de estudo. Estas disciplinas serviram para preparar todo o contexto da intervenção, contribuindo para a definição do projeto deixando uma avaliação ao nível de riscos e

benefícios e ainda algumas recomendações, como por exemplo, no que diz respeito à escolha de materiais ou técnicas de intervenção.

O processo escrito relativo às intervenções afirma ainda que houve uma inclusão das disciplinas da História e História da Arte, contudo foi possível confirmar que estas não tiveram uma participação direta nos processos. As disciplinas foram apenas utilizadas para contextualização do projeto através de um simples relatório histórico-artístico.

Este relatório histórico-artístico foi escrito pela historiadora de arte do gabinete para o CHC. Apoiado por registos fotográficos, encontra-se dividido em três pontos: um pequeno enquadramento do local e espaço, uma descrição dos elementos que o compõem e uma parte dedicada a curiosidades relativas ao espaço.

São identificados alguns dos elementos importantes dos espaços, nomeadamente a própria Sé Velha, os vestígios do cemitério medievo e a fonte de ferro fundido do Largo

A análise do caso e a leitura da documentação relativa, sobretudo os relatórios prévios, permitem identificar a envolvimento estreita de ciências como a Arqueologia e Antropologia na preparação e contextualização das obras, ao contrário das disciplinas História e História da Arte, que não tiveram um contributo real na preparação das intervenções, nem se mostraram presente ao longo das mesmas.

Embora seja registada a utilização de um relatório histórico-artístico, este limitava-se a um documento de vinte e duas páginas que exibia uma sintética biografia do espaço, uma pequena descrição de algumas mudanças que lhe haviam sido aplicadas (sobretudo ao nível do edificado) e uma breve descrição dos elementos de destaque no espaço: Sé, o cemitério medievo e a fonte de ferro fundido.

Não houve uma investigação profunda da evolução histórico-artística dos espaços, uma análise morfológica, uma interpretação patrimonial ou uma oportunidade de avaliação e de recomendações ao nível das ações de RU, como aconteceu com a Arqueologia e Antropologia. Ou seja, houve uma sintética utilização do conhecimento histórico na intervenção.

Para além disto, é de referir ainda que este relatório histórico-artístico foi reutilizado para a intervenção em causa. O mesmo já teria sido escrito no ano de 2013, não foi revisto ou desenvolvido, nem a breve bibliografia que se utilizou foi atualizada.

O processo de reabilitação do Largo da Sé ainda está a decorrer, impossibilitando uma avaliação dos seus resultados, já as obras levadas a cabo nas Escadas do Quebra Costas geraram acesa polémica nas redes sociais. Foram frequentes as críticas aos materiais utilizados — considerados exógenos e desadequados ao contexto — ao mesmo tempo que se criticou a forma impositiva com que a operação pareceu decorrer, não se ouvindo a população.

Através deste descontentamento nas redes sociais e também através das entrevistas *in loco* realizadas à população, percebeu-se que a comunidade de facto não foi contactada pela CMC e que não se promoveram ou divulgaram momentos de discussão, sensibilização e de participação pública.

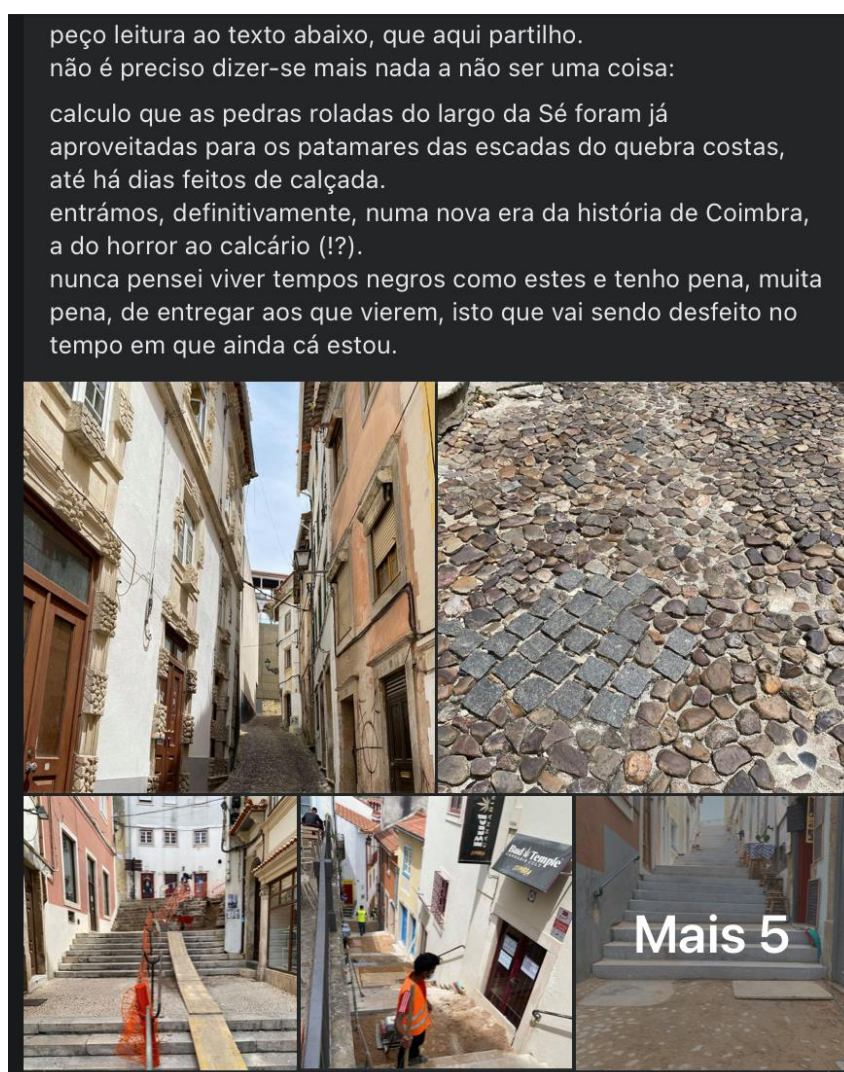


Figura 16: Crítica às obras de intervenção nas escadas do Quebra Costas publicada nas redes sociais

Fonte: Facebook (2021)



27 de maio de 2021 · 🌐

Geologia e Sociedade - Alta de Coimbra em valores de Património Cultural de valor Mundial (UNESCO): vários tipos de rochas usadas no Largo da Sé Velha e "Quebra-Costas". Fui esta manhã observar a intervenção da CMC:

foto1 - o pavimento em calçada de "seixos" rolados de quartzito de uma rua medieval. Dá gosto caminhar nesta rua, embora fosse melhor retirar os fios de telefone dependurados nas paredes e apoiar os moradores na substituição de estores e calhas metálicas (por materiais adequados).

foto2 - exemplo de uma má reparação (já com alguns anos) da calçada da rua medieval: foi usado material exótico (cubos de granodiorito)!

foto3 - Como, até há poucos dias, era a escadaria do "Quebra-Costas": patamares em calçada portuguesa em "cubinhos" de calcário; degraus em calcário beije com superfície picada para dar atrito ao pisar. Existem corrimões de ambos os lados, mas não há sinalética para os passeantes usarem as escadas com cuidado.

foto4 - Como vi esta manhã o cimo da escadaria do "Quebra-Costas": patamares em calçada de "seixos" rolados de quartzito (piso mais irregular do que a prévia calçada portuguesa em calcário); degraus em granito de superfície lisa (polido), portanto, piso mais propício a se escorregar do que as superfícies picadas em calcário.

foto5 - A foto evidencia que alguns dos novos degraus em granito não estão horizontais, mas sim inclinados para sul (para o lado dos banquinhos) - levando a água de escorrência flua para dentro da loja ao lado. Certamente foi gralha no projecto, não incompetência.

foto6 - O projecto da CMC inclui a remoção de grande parte da calçada histórica do Largo da Sé Velha, substituindo seixos de quartzito por placas de granito! Nem quero acreditar !

fotos 7 e 8 - Uma obra de 857 mil euros, durante 330 dias (afectando o período turístico) que pretende "VALORIZAR COIMBRA", mas que no meu entender prejudica fortemente o valor patrimonial de elementos classificados como Património Cultural de relevância mundial.

Contudo, se melhor Conhecermos, Valorizarmos, Preservarmos e Divulgarmos o Património que temos (e único no mundo) ele servirá para o desenvolvimento da região e de Portugal.

no mundo actual muito ouvimos dizer dizer que determinados municípios (ou outras entidades, públicas o privadas) realizaram, ou realizam, as chamadas "obras de requalificação".

requalificar entrou, assim, no nosso horizonte vocabular e não há quem não pretenda ser "moderno", requalificando. hoje requalifica-se tudo e diz-se de tudo, desde que a ideia subjacente seja, na verdade, iludir e mascarar para fazer de conta que se fez alguma coisa.

requalificar significa, entre outras coisas, alterar para melhorar. mas requalificar património deveria atender à sua preservação e salvaguarda.

requalificar não significa retirar a alma ao que se requalifica. e para retirar a alma a um espaço, a uma rua, a um determinado recanto das nossas vidas em contexto urbano é fácil bastando, para isso, arrancar os materiais e modificar o desenho, desmontando por completo a estrutura a que nos habituámos e que habitamos.

posto isto, as escadas do quebra costas não mereciam ter-se feito substituir por degraus feitos de blocos mal medidos e mal partidos de um granito funerário de arestas vivas.

posto isto, perdemos todos.

assim se alteram as vísceras de uma cidade que se transforma numa amálgama trivializada e igual a tantas outras. as escadas do quebra costas serão, a partir de maio de 2021, idênticas a um qualquer recanto das Beiras graníticas, como Viseu (pese embora o requinte do trabalho que, aqui, desapareceu).



Figura 17: Crítica às obras de intervenção nas escadas do Quebra Costas publicada nas redes sociais

Fonte: Facebook (2021)

Independentemente de juízos de valor sobre a qualidade arquitetónica do projeto ou da escolha dos materiais, enquanto historiadora da Arte, cumpre-me chamar a atenção para um **aspecto fundamental que talvez pudesse ter amenizado as críticas se amplamente divulgado**: a feição das Escadas do Quebra Costas que chegou a 2021 era já resultado de várias intervenções, concretamente de 1840. Com efeito, como se comprova através das atas de vereações foi o “*Plano de Alinhamento dos degraus da rua do Quebra Costas*” com a definição do seu traçado a direito e “*com número de patins e degraus regulares em trainel reto para comodidade de transição ao publico, levantando-se o Beco central e nivelando-o com o patim correspondente*”(Arquivo Histórico do Município de Coimbra, 1839) que configurou a sua mais recente feição<sup>15</sup> Refira-se igualmente como, em 1889, se procedia ao alargamento da Rua do Quebra Costas.

A informação histórica ajuda precisamente a **datar, contextualizar e perceber como na cidade tudo está em permanente mudança**. Não evitando a crítica, reconhecer que as Escadas do Quebra Costas há muito que não são medievais, informa-a, aspeto fundamental a uma cidadania responsável.

Uma análise da página digital da autarquia, concretamente no separador dedicado à Reabilitação Urbana, permite ainda ler a perspetiva camarária sobre os processos de intervenção em Património Urbano, em documento intitulado “*Como intervir no Centro Histórico de Coimbra*”, escrito em 2011, pela geógrafa Liliana Azevedo. Nele sublinha-se como nos processos de reabilitação o que “*está em causa é a preservação de um vasto acervo fundador da nossa identidade e da nossa memória coletiva, materializado na diversificação de uma paisagem que constitui o espaço de afirmação da história e da cultura portuguesa*” («Salvaguarda e recuperação - Como Intervir no Centro Histórico de Coimbra», sem data). Porém, mesmo reconhecendo conceitos como identidade e memória coletiva e admitindo que o espaço está conectado com a sua História e Cultura, a teoria não se vê refletida na prática.

Os processos de RU no município ainda são perspetivados como tarefas exclusivas da Engenharia e Arquitetura. E é possível confirmar novamente este aspeto no documento referido anteriormente - *Como intervir no Centro Histórico de Coimbra* - que reúne uma série de diretrizes que clarificam o modo de intervir no tecido e no edificado para a

---

<sup>15</sup> AHMC, Livro de atas de vereações, 1839-1842, p.111 e ss; p. 123v e ss.

preservação do espaço e dos seus elementos de valor, diretrizes que apenas se referem ao quadro físico e se dirigem a arquitetos e engenheiros.

### **Entrevista ao Engenheiro Sidónio Simões - diretor do Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra**

A entrevista ao Engenheiro Sidónio Simões, diretor do gabinete para o Centro Histórico de Coimbra até ao ano de 2021, foi pertinente para perceber a equipa que compunha o gabinete, nomeadamente a sua dinâmica, a sua diversidade disciplinar e os seus métodos e metodologias de planeamento, gestão e intervenção no centro identitário.

Foi ainda relevante, tal como em todas as outras entrevistas, contar com a opinião do engenheiro Sidónio Simões acerca da importância das ciências sociais e humanas na RU e do seu papel atual nos processos em desenvolvimento.

**De que forma considera que as ciências humanas e sociais – disciplinas como a Arqueologia, História e História da Arte - são tão relevantes como outras ciências exatas – refiro-me especialmente às Engenharias e à Arquitetura - no que toca a gerir, planear e intervir no espaço urbano?**

O Engenheiro Sidónio Simões começou por defender que a inclusão das ciências sociais e humanas na reabilitação urbana era de extrema importância. Sobretudo em áreas classificadas onde a realização de estudos prévios e o acompanhamento por parte das disciplinas da História, História da Arte e Arqueologia permitem, por exemplo, reduzir custos de uma obra, já que estas análises prévias possibilitam um planeamento das intervenções mais regrado e cuidadoso.

Referiu que o não cumprimento da lei, no que respeita à obrigatoriedade dos trabalhos de arqueologia, traz o confronto com assuntos e problemas sérios ao nível judicial.

O Engenheiro Sidónio Simões explicou que durante os seus anos de trabalho, foi percebendo cada vez mais a importância destas disciplinas, nomeadamente que os seus trabalhos prévios “traziam uma segurança maior aos projetos”.

É-lhe difícil entender como atualmente ainda existem serviços que não adotam esta posição interdisciplinar, tentando funcionar isoladamente. É um risco e um erro desnecessários que pode resultar no abandono de um projeto, como referiu.

Embora os regulamentos municipais obriguem ao acompanhamento arqueológico, existe ainda um longo percurso a percorrer no que toca a disciplinas como a História e História da Arte, fundamentais, por exemplo, na questão da datação. Segundo ele, poder ter um edifício, um espaço ou um determinado material datado permite ao técnico projetar uma intervenção de forma mais focada para a temporalidade que lhe é própria e, por exemplo, aplicar-lhe materiais compatíveis.

Rematou a entrevista sublinhando que qualquer equipa deveria ser diversificada ao nível disciplinar. Referiu como, na altura em que integrou o Gabinete para o CHC, ter pedido/exigido a presença de um arqueólogo na sua equipa, um pedido que inicialmente não foi bem recebido. Nos anos de 1990 o arqueólogo era perspetivado como um empate ao desenvolvimento das intervenções.

*“Não pode ser assim”, disse, “as pedras falam, contam histórias”.*

**Na sua perspetiva, acha que ambas as ciências são perspetivadas de forma igual nas práticas de Reabilitação Urbana atuais?**

Não, foi a resposta imediata. Ainda existe desigualdade entre elas. Explicou que, por norma, sobretudo os investidores privados, veem estas áreas como empates ao processo e não como um benefício no mesmo. Na sua perspetiva é necessário clarificar o potencial destas áreas e a forma como permitem desbloquear situações a partir da informação que carregam.

Mencionou que a Arqueologia, História e História da Arte são disciplinas por vezes forçadas, ao invés de serem aplicadas pelo reconhecimento da sua importância. Acrescentou que a Lei nº 107/2001 (a lei que estabelece as bases da proteção e valorização do património cultural) veio a contribuir com as obrigações relacionadas com os relatórios históricos e arqueológicos prévios e consequentemente dar a perceber qual o contributo das mesmas.

Referiu a título de exemplo, o financiamento dos trabalhos de Arqueologia por parte do promotor da obra pode também contribuir para a perceção negativa da disciplina, embora o Estado não consiga suportar tudo, o promotor da obra podia ter um papel mais

ativo e conectado com estes trabalhos para que este também perceba como a arqueologia é relevante.

Segundo a sua opinião, as pessoas ainda não perceberam que, por exemplo, um achado arqueológico pode mudar completamente a utilização do edifício e dar-lhe todo um novo potencial de visitação.

*“Existem ainda questões a desenvolver e clarificar na nossa sociedade”, afirmou.*

**Considera que, atualmente, existem mecanismos capazes de garantir e promover esta equidade?**

“Não, esse esforço tem de vir das próprias autarquias e de quem compõe e lidera as equipas de RU”.

Explicou como já trabalhou com técnicos que seguiram as regras, trabalhando com a variedade de disciplinas que a RU deve incluir. Contudo, ao mudaram de serviço e de equipas deixaram de o fazer. A iniciativa tem de partir de quem está na liderança para que se promovam os benefícios destas disciplinas. Acredita que por vezes é preciso fazer pressão ao nível administrativo.

**De modo geral, como é composto o gabinete para o centro histórico da Câmara Municipal de Coimbra?**

Começou por esclarecer que há uns anos, o gabinete estava muito bem composto, sobretudo porque se iniciaram os trabalhos para a classificação do CHC obedecendo a determinadas regras relacionadas com a diversidade disciplinar.

A equipa era composta por dois historiadores de arte, cinco arqueólogos, um mestre em conservação em restauro, um técnico de restauro, cinco arquitetos, quatro engenheiros, para além de contar ainda com a contratação de serviços externos. Era uma equipa diversificada e que se articulava entre si.

Na sua opinião, o problema atual das equipas de reabilitação é a sua curta validade. Quando terminam os mandatos políticos, as equipas são separadas e renovadas, rematando que não é num mandato de quatro anos que se fazem intervenções em espaço urbano.

O Engenheiro Sidónio Simões esclareceu que trabalhar em espaço público é um processo longo que demora anos, dando como exemplo o projeto para o Terreiro da

Erva que se prolongou por doze anos. A mudança de partido político implica a ideia errada de que é preciso alterar o sistema, mesmo que este funcione perfeitamente.

Deste modo, elucidou, assistia-se a consecutivas quebras na articulação das equipas, não permitindo que as mesmas se consolidassem.

**Considera que existe uma relação de diálogo e cooperação entre as várias matérias/disciplinas que compõem o gabinete para o centro histórico?**

Defendeu que sim, que é necessário haver. Explicou que é um processo que se faz lentamente: “com o tempo a equipa acaba por encontrar os métodos que beneficiam todas as partes. Depois tudo decorre de forma fluida, abrindo canais de comunicação, numa relação próxima e de discussão contínua do projeto e das suas soluções”.

Sublinhou que, idealmente, uma equipa deverá trabalhar para um fim único comum, não existindo áreas mais importantes que outras.

**O gabinete para o CHC promove parcerias, nomeadamente a participação de instituições de ensino superior, de investigação e produção de conhecimento?**

“Sim”, referindo, como exemplos, as disciplinas da Geologia ou da área da Química. Acrescentou que sempre que possível promovia parcerias internacionais, sobretudo com escolas italianas e francesas que estão muito desenvolvidas ao nível da reabilitação urbana e de edifícios e da salvaguarda patrimonial.

Concluiu que para haver parcerias a própria Câmara tem de ser proativa nessa direção.

Quanto a parcerias com a Faculdade de Letras da UC, nomeadamente com os cursos de História e História da Arte, não foram referidas.

**O Gabinete promovia momentos de debate e sensibilização para a promoção de uma participação pública ativa?**

O Engenheiro Sidónio Simões respondeu que sim. Explicou que geralmente se faziam reuniões abertas trimestrais, nas quais se apresentavam os possíveis projetos, se explicava o que os mesmos se propunham fazer e, mais importante, onde se ouviam as pessoas e as suas sugestões e pedidos.

Em casos específicos de intervenções, esclareceu que se realizavam inquéritos de rua, peças fundamentais para que as equipas percebessem o que comunidade precisava e queria.

No seu ponto de vista, não vale a pena gastar verbas em obras que as pessoas não querem. E esse, segundo palavras suas, é um grande problema na gestão nacional, não se ouve as pessoas e os seus pedidos. Segundo o mesmo, se tal fosse feito, eram concretizadas obras de qualidade, poupando-se verbas.



# Estudo de caso de Évora: Projeto para espaço público e equipamento urbano para a Acrópole de Évora e área envolvente

## Breve contextualização histórica da cidade de Évora

Tal como a cidade de Guimarães e Coimbra, também Évora tem um longo contexto histórico.

A origem da cidade de Évora é até à nossa atualidade um acontecimento por datar e explicitar em pormenor. Existem autores que apontam a sua formação por volta do 2059 a.C. sob o nome de *Ebura* ou *Elbura*, outros apontam para 700 a.C. quando tribos germanas se instalaram na Península Ibérica (Simplício, 2003, p. 365)<sup>16</sup>.

Sabemos, sim, que a ocupação do território de Évora remete para tempos muito remotos, pelo menos desde a época neolítica, como podemos comprovar pelos Cromleques dos Almendres, um conjunto pré-histórico localizado em pleno concelho de Évora.

Contudo, a época histórica que mais marcou a cidade e que deixou inúmeros vestígios físicos foi, sem dúvida, a época romana, na qual Évora adquire uma grande relevância

---

<sup>16</sup> Veja-se os trabalhos de Maria Domingas Simplício, doutorada em Geografia Humana pela Universidade de Évora, nomeadamente:

Simplício, M. *Estrutura urbana de Évora: um percurso pelo Centro Histórico* (2017). Évora: Universidade de Évora. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/21527>.

Simplício, M. *A cidade de Évora e a relevância do centro histórico* (2013). Porto: CEGOT, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8383>.

Simplício, M. *Evolução da Estrutura Urbana de Évora: o século XX e a transição para o século XXI* (2009). Évora: Câmara Municipal de Évora. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/2668>.

Simplício, M. *Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval* (2003). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/2669>.

Simplício, M. *Evolução e Morfologia do Espaço Urbano de Évora* (1997). Évora: Universidade de Évora. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11038>.

económica, militar e cultural. A Acrópole de Évora e o templo subsiste são os exemplos mais conhecidos de vestígios da presença romana neste local.

A civilização romana encontra em *Liberalitas Júlia* a localização estratégica perfeita para se fixar, já que “a cidade se situava num ponto alto de separação de três bacias hidrográficas importantes e simultaneamente no cruzamento de várias estradas militares” (Simplício, 2003, p. 1). Évora assiste, assim, a uma fase de imenso desenvolvimento que se reflete na própria estrutura urbana.

A desestruturação do Império Romano a partir dos séculos IV e V, o domínio visigótico e a posterior ocupação muçulmana, posterior a 711, configuram uma época mal conhecida, mas que corresponde a uma profunda transformação da cidade.

Tal como no restante território português, existe falta de informação e testemunhos do que terá ocorrido neste local de domínio muçulmano entre 715 e 1165. Segundo Maria Ângela V. da Rocha Beirante (1988)<sup>17</sup> no que toca à organização do espaço urbano, tudo indica que a cidade estivesse dividida em duas partes: a alcáçova ou o castelo e o extramuros (apud Simplício, 2003). Em conjunto formariam o núcleo da cidade cristã.

A entrada de Évora no mundo medieval dá-se com a conquista da cidade no ano de 1165 em pleno reinado de D. Afonso Henriques, época em que Évora vive uma fase de desenvolvimento e prosperidade.

A cidade recebe o seu foral imediatamente após a sua conquista em 1166. Nos séculos seguintes conquistará um lugar de grande destaque na rede urbana do país. Por esta razão, vai ser o local escolhido para o estabelecimento de diversas cortes, como a de D. Fernando, rei que contribuiu profundamente para o fomento, crescimento e desenvolvimento da cidade.

Este acentuado desenvolvimento leva a que o casario ultrapasse rapidamente a “Velha Cerca”, acompanhada pela instalação de edifícios religiosos, nomeadamente o Convento de S. Francisco e S. Domingos, em zonas fora da muralha, ou seja, os antigos arrabaldes da cidade muçulmana, onde acabam por se misturar diversos bairros e comunidades dando origem à mouraria e judiaria.

---

<sup>17</sup> Beirante, A. (1988). *Évora na Idade Média*. Dissertação de Doutoramento em História, F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa.

Consequência da reorganização urbana cristã, ergue-se a Sé, cuja fundação data de 1204.

A Cerca Nova - cuja construção se inicia no reinado de D. Afonso IV em 1350 e termina em 1440, configura todo um novo espaço protegido, progressivamente ocupado por casarias erguidas pelo bispo e pelo cabido. Na construção da nova cerca utilizam-se materiais da antiga muralha.

Assiste-se posteriormente a outro período de grande desenvolvimento, “*riqueza e importância política, económica, cultural e artística*” (Simplício, 2003, p. 9) no século XVI, quando a corte real de D. Manuel se desloca regularmente para Évora. Consequentemente, esta época é denominada de século de ouro, originando a construção de diversos palácios e casas nobres, conventos, colégios, instalações universitárias e outros edifícios nobres que acabariam por preencher toda a malha intramuros.

A partir de meados dos séculos XIX e XX, assiste-se às maiores transformações na estrutura da cidade intramuros, algumas delas de consequências graves pela destruição de algum património arquitetónico da cidade, como é o caso dos edifícios do Paço do Concelho e da Prisão, em plena Praça do Giraldo.

Nos anos 30 foram construídos inúmeros imóveis de grande porte, na sua maioria destinados a serviços públicos, de que são exemplo os edifícios da Caixa Geral de Depósitos e dos Correios.

Atualmente, o Centro Histórico de Évora constitui-se como um dos principais destinos turísticos do Alentejo adquirindo o epíteto de *Cidade-Museu*.

### **A intervenção, os objetivos programáticos e o projeto**

O projeto para espaço público e equipamento urbano para a Acrópole de Évora e área envolvente da cidade foi realizado em 2009 no seguimento de um programa levado a concurso internacional e planeado pela câmara municipal para a reabilitação - revitalização, requalificação, reordenamento e revalorização – do espaço do Centro Histórico de Évora, particularmente da zona da Acrópole de Évora.

Promovido pela própria autarquia, o programa, apresentado ao *Quadro de Referência Estratégico Nacional* (QREN), previa uma parceria para a reabilitação urbana envolvendo diversas entidades e fundações - Fundação Eugénio de Almeida,

Universidade de Évora, Biblioteca Pública de Évora, Direção Regional de Cultura do Alentejo, Sociedade de Reabilitação Urbana (Évora Viva), Cabido Catedralício de Évora, Associação Comercial do Distrito de Évora e Sistema Integrado de Transportes e Estacionamento e Évora.

Coordenada pelo Arquiteto Nuno Ribeiro Lopes e denominada de *Acrópole XXI*, a equipa projetista multidisciplinar era composta por arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros civis, engenheiros eletrotécnicos, engenheiros mecânicos, arqueólogos, um sociólogo e um historiador.

Segundo dados reunidos pela equipa e pela própria câmara, o espaço referente à Acrópole de Évora encontrava-se profundamente alterado com a instalação de novos espaços culturais e novos edifícios, apresentava um declínio da função residencial, assistindo-se a um esvaziamento dos espaços públicos, sintomas de desvitalização devido à transferência de serviços públicos e de empresas para as periferias da cidade. As dificuldades de acessibilidade eram evidentes, a valorização do património edificado deficiente, o tecido revelava-se parcialmente degradado e os equipamentos desatualizados.

Concretamente, referem-se como principais problemas:

- Redução dos espaços de circulação pedonal a estacionamento;
- Situações de conflito entre ocupações e utilizações, por exemplo, esplanadas que se tornavam estacionamento e vice-versa;
- Estacionamento abusivo e movimentações de cargas e descargas incomodativas;
- Falta de conforto nos espaços e jardins públicos (Jardim da Diana, bancos no Largo Marquês de Marialva e Largo Conde de Vila Flor) e desvalorização do seu potencial de lazer;
- Pavimentação e revestimentos muito danificados e irregulares;
- Necessidade de sistemas de sinalização, informação e interpretação do espaço e do seu património;
- Necessidade de programas de animação dos espaços públicos.



Figura 18: Acrópole de Évora  
Fonte: e-cultura.pt (2015)

Deste modo, o projeto para a Acrópole de Évora propunha-se combater todo este cenário, definindo uma estratégia abrangente e integrada de reabilitação que abarcasse todas as funções e utilizações do espaço e potenciase a instalação de novas valências, diversificando a base económica existente e os seus potenciais utilizadores.

As palavras-chave que orientaram a intervenção foram **revitalização**, **requalificação** e **reanimação**, ações de reabilitação urbana que valorizassem e aumentassem a atratividade do setor urbano, e as funções patrimoniais e turísticas, uma atividade em crescimento e de grande importância para a economia urbana do concelho.

Sendo este espaço o setor central do coração patrimonial e cultural da cidade, foi evidente a necessidade de reordenamento e valorização dos espaços públicos e a divulgação dos valores patrimoniais existentes, ou seja, de um programa integrado de revitalização e reabilitação que ia para além da simples obra física.

Os principais objetivos a atingir através do projeto de reabilitação foram:

- Salvar e valorizar o património arquitetónico e arqueológico;

- Respeitar a história, o carácter e os valores patrimoniais existentes, considerando a memória e evolução do espaço e associando a identidade aos valores contemporâneos;
- Revitalizar as funcionalidades do espaço, sejam estes de recreios, lazer ou fruição do património;
- Favorecer a fixação de novas atividades;
- Contribuir para a manutenção e qualificação da função habitacional, visando o aumento da qualidade de vida no espaço e no CHE;
- Reforçar o setor como um polo de interesse turístico, acentuando a sua atratividade;
- Promover a polivalência do espaço que contribua para uma vivência contante do mesmo;
- Regular, condicionar e ordenar a circulação e estacionamento automóvel.



Figura 19: Projeto concretizado pela equipa Acrópole XXI para o espaço público e equipamento urbano para a Acrópole de Évora e área envolvente

Fonte: Nuno Ribeiro Lopes (2009)

Apesar do projeto se encontrar pronto para avançar, questões políticas e burocráticas motivadas pela mudança de partidos políticos na CME impediram a sua concretização.

Para além das mudanças políticas, surgiram ainda alguns conflitos de visões relacionadas com o desenho. O projeto acabou por suscitar posições que defendiam a inalteração de todo o espaço envolvente à Acrópole, nomeadamente do Jardim de Diana, um espaço que aparecia transformado e com uma nova roupagem no projeto proposto.



Figura 20: Jardim de Diana

Fonte: Site *Tripadvisor* (2013)

Ao conjunto de críticas, pelo menos em parte levantadas pelos membros da Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Defesa do Património juntar-se-á a recusa do projeto pelo IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico).

Sendo a Acrópole de Évora o setor urbano correspondente ao núcleo urbano original romano, islâmico e medieval, representando-se como o coração patrimonial e cultural da cidade, este espaço alberga importantes edifícios como a Sé, o Templo e o Jardim de Diana, para além de todas as ligações que estabelece com espaços relevantes do centro histórico, como a Rua 5 de Outubro e a Praça de Giraldo.

Assim, diversos aspetos foram considerados antes de intervir numa área de vasto património arqueológico e arquitetónico, desde a presença dos imóveis classificados, inclusão de zonas de proteção e de zonas de sensibilidade arqueológica no projeto, e ainda a presença de edifícios e fachadas de valor patrimonial.

Em termos processuais, foi com base nesta especificidade que se considerou o conhecimento histórico incontornável, sublinhando-se *“respeito pela história, pelo carácter e pelos valores patrimoniais existentes, tendo em conta a memória e evolução do sítio, associado a identidade aos valores contemporâneos”* (Nuno Ribeiro Lopes, Arquitetos Lda., 2009).

### **A importância do conhecimento histórico no projeto para espaço público e equipamento urbano para a Acrópole de Évora e área envolvente**

Neste caso, o conhecimento histórico foi pertinente para a discussão dos aspetos e exigências de coerência no planeamento dos espaços urbanos. O conhecimento da génese histórica e desenvolvimento morfológico constituiu a base da compreensão e respeito pelo espaço a intervir

No permanente debate entre a contemporaneidade, o passado e o futuro, o conhecimento histórico permitiu o **estudo do passado a partir de elementos escondidos, transformados ou até parcialmente apagados**. Desde a própria topografia, à malha urbana, passando pelo conjunto de edifícios que enformaram o espaço e que acompanharam e influenciaram a sua evolução física, cultural e social.

Como é possível ler na Memória Descritiva do projeto, a Arqueologia foi considerada a ferramenta ideal para a visualização, leitura e compreensão do passado e do carácter das paisagens históricas urbanas. Em articulação com o conhecimento Histórico, a Arqueologia e os seus meios técnicos permitiram o resgate e libertação do Património de um estado de ocultação, contribuindo para a afirmação e valorização dos espaços da sua memória coletiva e identidade cultural, isto é, para a sustentabilidade cultural.

O conhecimento histórico foi ainda relevante para a formação da própria equipa de intervenção, segundo informações do arquiteto Nuno Ribeiro Lopes. Dar a conhecer a história dos espaços e dos edifícios que o compunham foi uma etapa fundamental no



processo de desenho do projeto permitindo às partes envolvidas na equipa fundamentar o seu contributo com informação relativa ao espaço a intervir – conhecer para intervir.

Concluindo, o conhecimento histórico foi essencial para:

- para formação e capacitação da equipa projetista;
- a desconstrução da morfologia urbana atual e compreensão do *puzzle* que representa, já que são estas peças os elementos que estruturam o espaço, desde a época romana à época atual;
- para entender a espessura espaço-temporal dos edifícios que formam a paisagem urbana e constituem o espírito do espaço urbano.

Refira-se, todavia, como as disciplinas da História e História da Arte poderiam ter tido um papel muito mais ativo na discussão final do projeto, nomeadamente ao esclarecer a evolução física do espaço, desmitificando de algumas das posições que acabaram por invalidar o projeto, precisamente como poderia ter ocorrido no caso de Coimbra.

### **Entrevista ao Arquiteto Nuno Lopes- Coordenador da equipa projetista *Acrópole XXI***

A entrevista com o arquiteto Nuno Ribeiro Lopes foi útil para conhecer um pouco mais do projeto, sobretudo no que toca à interdisciplinaridade e à inclusão do conhecimento histórico.

**De que forma considera que as ciências humanas e sociais – disciplinas como a Arqueologia, História e História da Arte - são tão relevantes como outras ciências exatas – refiro-me especialmente às Engenharias e à Arquitetura - no que toca a gerir, planear e intervir no espaço urbano?**

O arquiteto Nuno Ribeiro Lopes começou por considerar muito difícil projetar para um espaço novo, sem referências. Projetar sem nenhuma fonte inspiradora, ou conhecimento, é perigoso, porque baseia um projeto unicamente na imaginação, tantas vezes limitada e condicionada por modas e informações exteriores.

Assim, na sua opinião, o processo que é mais complexo e difícil é também aquele que é mais desafiante, e que obriga o arquiteto a responder a desafios mais concretos,

contraditórios e interessantes, na medida em que obriga a cruzar limites e a procurar novas soluções. Soluções essas para as quais é essencial a inclusão de outras valências e disciplinas, desde a Arqueologia à História da Arte, as quais têm a capacidade de transmitir outro tipo de valores menos físicos e menos materiais, e que abrem portas muito importantes, referiu.

A complementaridade disciplinar, nomeadamente da Arquitetura, História e História da Arte, tem mais vantagens do que desvantagens.

Considera importante refletir **como resolver o excesso de informação em casos de cidades históricas** referindo ser necessário procurar soluções que garantam uma coerência glocal. *“O espaço não pode ser uma manta de retalhos”*, disse.

Segundo ele, há que fazer opções mais subjetivas, mais concretas e rigorosas e ainda tornar o projeto público, discuti-lo publicamente para que este seja limado e questionado por elementos exteriores ao projeto, concretamente a população.

**Na vossa perspetiva, acham que ambas as ciências são vistas de forma igual/ equilibrada nas práticas de Reabilitação Urbana atuais? / Onde é que reconhece esta desigualdade?**

“Não”, foi a resposta de Nuno Ribeiro Lopes. Alerta para o conflito tão frequente entre arquiteto e arqueólogo ou historiador, por estes últimos trazerem condicionantes às ideias e modelos pré-concebidos dos arquitetos.

Esclareceu ainda que, do seu ponto de vista, a disciplina mais incompreendida é a Arqueologia já que coloca problemas e questões que muitas vezes o arquiteto e o engenheiro não conseguem ultrapassar, colocando toda a solução em causa.

Segundo a sua perspetiva, a arqueologia é muitas vezes vista pela comunidade como um elemento de conflito, imposta ao dono da obra e por ele financiada.

Considera que deveria ser tarefa do Estado Português contribuir com apoios para a contratação de arqueólogos, financiando parte daquilo que é o conhecimento cultural.

Acrescenta que esta obrigatoriedade do particular de sustentar a arqueologia e o conhecimento cultural e ainda a falta de controlo sobre os relatórios feitos pelo mesmo, leva a que o arqueólogo seja incompreendido e tantas vezes “odiado”. O dono da obra paga e não tem papel de relevo na discussão, afirma.

Referiu ainda outra condicionante, a Arqueologia, a História e História da Arte necessitam de tempo, significam custos (e muitas vezes prejuízos), quando o conhecimento histórico obriga à alteração do projeto.

O arquiteto afirmou que quanto mais informação e conhecimento existir antes da concretização do projeto, mais fácil este se torna, evitando surpresas negativas.

Para tal, defende ser importante o conhecimento histórico não se reservar apenas ao papel e a relatórios opacos. Defende que é necessário tornar a informação e conhecimento públicos, organizar procedimentos de gestão desta mesma informação e envidar esforços para um maior conhecimento dos espaços por forma a poder prever-se o que será necessário ao projeto, como escavação prévia, acompanhamento arqueológico ou a realização de memórias históricas.

Quanto mais profunda a informação e o conhecimento, mais fácil será intervir evitando surpresas e soluções em cima do joelho.

Em síntese, defende que mais do que problemas com as diferentes valências/disciplinas, existe um problema com a forma como estas são geridas, com o que deverá ser a função do Estado e dos elementos da administração.

### **Que mecanismos podem garantir esta equidade disciplinar?**

É normalmente o arquiteto que coordena o projeto quem tem mais preponderância na intervenção e, portanto, será ele a decidir que disciplinas incluir. Nem todas as valências são obrigatórias, mas há questões administrativas a ter em conta.

### **Tendo em mente o projeto para espaço público e equipamento urbano para a Acrópole de Évora e área envolvente, quais foram as partes envolvidas neste processo?**

O arquiteto Nuno Ribeiro Lopes revelou que para realização do projeto para espaço público e equipamento urbano para a Acrópole de Évora houve apenas a participação da equipa projetista que coordenou.

Depois de ter vencido o concurso, procederam a reuniões e parcerias, nomeadamente com a Sociedade de Reabilitação Urbana, com os próprios arquitetos e divisões municipais de reabilitação urbana que já estavam familiarizados com o território, ainda

com a Direção Regional da Cultura do Alentejo, com a Universidade de Évora e a Biblioteca Pública de Évora e, obviamente, com financiadores do projeto.

### **Como decorreu o processo de construção e constituição da equipa projetista?**

Foi responsabilidade sua definir a equipa, assim que decidiu participar no concurso. Desse modo, escolheu pessoas com quem já trabalhava e que faziam parte do seu escritório, concorrendo como consórcio.

Tratava-se da sua empresa de arquitetura à qual se juntaram duas equipas de engenharia, um sociólogo, um arqueólogo e um historiador, o Dr. Manuel Branco.

A equipa dividia-se entre um lado mais humanista, uma parte dedicada às engenharias e outra focada no paisagismo.

### **De que forma considera que no decorrer da intervenção foram fundamentais a diversidade disciplinar e a inclusão do conhecimento histórico?**

À importância da junção de áreas científicas, o arquiteto Nuno Ribeiro Lopes associou a componente de interesse “quase diversão”: partes diferentes que tentam chegar a um objetivo comum, chegando a soluções práticas e criativas.

No que toca ao conhecimento histórico, ele próprio foi, por seis anos consecutivos, diretor do Gabinete para o Centro Histórico de Évora o que lhe deu bases sólidas relativamente ao contexto histórico, social e artístico do centro histórico de Évora.

Não obstante, explicou que nem todos os intervenientes no projeto, ou seja, a sua equipa, detinham este conhecimento e, claro, o conhecimento histórico foi essencial para a formação de todas as partes.

Embora a maior parte do conhecimento já tivesse sido produzida, a informação teve de ser aplicada e difundida.

*“Procurei saber sempre um pouco mais daquilo que já sabia”.*

### **Porque é que o projeto não avançou e não foi aplicado ao espaço?**

O arquiteto Nuno Ribeiro Lopes esclareceu que depois das mudanças partidárias na câmara municipal, foi entendido que o projeto não correspondia àquilo que a nova

autarquia acreditava ser o projeto ideal, e que esta acabou por tentar impor um outro desenho próprio.

Embora tenham tentado resolver os conflitos levantados pelo projeto — em reuniões próprias para o efeito e de onde saíram variantes ao projeto, aspeto, aliás, particularmente interessante e responsável pela introdução de algumas melhorias, não foi possível neutralizar as posições contrárias.

Sublinho já ter feito, no passado, outros projetos para a câmara, nomeadamente projetos para um programa denominado *de “30 praças e ruas no centro de Évora”*, dos quais 16 ou 17 foram efetivamente concretizados tendo uma longa prática em intervir em espaço público vivido e em envolver a população a participar e contribuir para o projeto, a discuti-lo publicamente.

### **Entrevista a Gustavo Val-Flores- Técnico Superior de História, História da Arte e Arqueologia da Câmara Municipal de Évora**

**De que forma considera que as ciências humanas e sociais – disciplinas como a Arqueologia, História e História da Arte - são tão relevantes como as ciências exatas – refiro-me especialmente às Engenharias e à Arquitetura - no que toca a gerir, planear e intervir no espaço urbano?**

O historiador de arte Gustavo Val-Flores começou por esclarecer que, por regra, quando se intervém num espaço que seja acima de tudo moderno ou contemporâneo, as informações históricas ou arqueológicas ficam normalmente para segundo plano.

O território português, porém, conta com um enorme conjunto de camadas estratigráficas onde, independentemente da zona, é muito provável encontrar informações arqueológicas, históricas e acima de tudo etnográficas e sociológicas relevantes. Por isso, no contexto nacional, é sempre importante considerar disciplinas como a Arqueologia, História e História da Arte.

Sublinhou o papel da memória e a sua importância na reabilitação de um dado espaço urbano. Na sua opinião é fundamental que os grandes planos de urbanismo tenham em consideração as ciências sociais e humanas e a questão do *genius loco*, o espírito do lugar.

*“E quem é que sabe mais memória do que um historiador, ou arqueólogo, ou mesmo um sociólogo ou as pessoas que intervêm diretamente com as comunidades?”.*

Embora, regra geral, o arquiteto não esteja muito preocupado com estes aspetos, considera que começam a ser cada vez mais considerados.

Para sublinhar a importância da História da Arte referiu como exemplo as obras no Convento de São Francisco em Évora, em que o arquiteto responsável, Adalberto Dias, chamou o próprio Gustavo Val-Flores para, em conjunto, refletirem sobre a manutenção de determinados aspetos arquitetónicos valorizados pela população.

Esclareceu que as ciências sociais e humanas têm uma maior sensibilidade em relação às comunidades. *“Um historiador, um historiador da arte ou um arqueólogo está continuamente atento aos aspetos relacionados com a memória”*, afirmou.

Referiu ainda outro exemplo, imaginando um espaço de um claustro com colunas em estado de degradação, explicando que enquanto um arquiteto escolheria colocar novas colunas, eventualmente um historiador da arte optaria pelo restauro possível, utilizando material novo ao mesmo tempo que mantinha intacta a pedra de origem. É em atenção a estes pequenos pormenores de lógica de preservação de património que considera essencial o contacto do historiador da arte com o arquiteto.

Alertou para os perigos da rapidez de resolução desejada em detrimento da consideração das questões essenciais à preservação do património.

**Na sua perspetiva, acha que ambas as ciências são perspetivadas de forma igual nas práticas de Reabilitação Urbana atuais? Se não, onde é que reconhece esta desigualdade?**

*“Acho que não, que em Portugal não há um peso igual para as ciências sociais e humanas e para as ciências exatas na questão da reabilitação e património. O caso de São Francisco é um bom exemplo que eu considero ter tido boas práticas ainda que não a 100%, mas maior a parte da intervenção preservou de facto esta lógica”*, afirmou.

São fatores que dependem muito do gestor de obra e da própria Direção-Geral do Património Cultural, acrescentando que, na sua opinião, neste aspeto a DGPC tem muitas falhas preocupando-se com a função da forma, mas esquecendo como a questão da memória: e a memória interessa para preservar a forma.

**Qual é o departamento/ posição na CME? Considera que existe uma relação de diálogo e cooperação entre as várias matérias/disciplinas que compõem os departamentos/divisões da CME?**

Esclarecendo estar inserido na Divisão de Cultura e Património, responde negativamente à segunda questão. Segundo ele, a Câmara Municipal de Évora é um caso *sui generis* na questão da reabilitação do património já que a Divisão de Cultura e Património regra geral não é chamada para dar parecer nas questões de reabilitação urbana.

Explicou que em grande parte esta situação tem a ver com questões administrativas e logísticas. “Não existe estratégia para trabalhar em conjunto nestas coisas”.

Por outro lado, afirma que existe um trabalho muito próximo com aquilo que é a Divisão de Arqueologia, ou seja, a intervenção em subsolo. Há, de facto, essa transmissão de conhecimento e em Évora o foco está na questão arqueológica e não tanto na reabilitação do edificado.

Segundo ele, quando se trata de intervenção em edifícios ou mesmo intervenção em espaço urbano, regra geral a História ou História da Arte não é chamada para dar um parecer, exceto quando os arquitetos cometem algum erro e necessitam de apoio.

Na sua perspetiva esta divisão disciplinar não está ao abrigo daquilo que são as boas práticas. E em Évora, não existe uma colaboração e cooperação ao nível executivo e institucional, quando deveria haver nessa cidade, na qual um historiador, historiador da arte, ou arqueólogo deveria ser sempre chamado a dar o seu parecer.

Uma explicação poderá decorrer da inscrição do CHE na lista do Património Mundial da Humanidade, talvez em parte considerado um ponto de chegada, tornando as intervenções no património menos necessárias, uma vez atingido o estatuto.

**Que exercícios e tarefas práticas executa na CME e de que forma estas podem ser úteis à Reabilitação Urbana?**

Explicou estar focado na utilização das novas tecnologias para construção de modelos tridimensionais de espaços arquitetónicos, modelos que apoiavam a reabilitação e divulgação do património.

No caso do contributo prático da História da Arte na reabilitação urbana, refere que a questão das novas tecnologias poderá ser um caminho particularmente interessante. A imagem tem um poder cada vez maior, no caso da reabilitação, utilizar esta imagem para comunicar com o gestor da obra e explicar o que tem de ser preservado, e o porquê de ser necessário preservar, cria condições físicas e tecnológicas para avançar para intervenções muito mais ponderadas.

Explicou também que persiste a ideia de que a História da Arte escreve e apresenta relatórios acabando por ali. Não é assim. O historiador da arte, o historiador ou até sociólogo são agentes do conhecimento que deveriam estar presentes em todo o ciclo da RU, responsáveis por assegurar um conjunto de procedimentos. Referiu novamente o exemplo da reabilitação do Convento de São Francisco em Évora, em que trabalhou logo desde início com o arquiteto, o que lhe permitiu realizar um levantamento documental, catalogar elementos patrimoniais que tinham de ser preservados, criar uma ligação estreita com a equipa de reabilitação e restauro e acompanhar e contribuir para a própria definição do projeto.

Acrescentou ainda que, na sua perspetiva, a História da Arte não é um elemento isolado, não intervém a solo, constituindo uma peça fundamental numa equipa multidisciplinar em permanente processo de discussão por forma a adotar a melhor estratégia.



## Conclusão

---

Tal como o título da presente dissertação indica, o objetivo central da investigação é explicar e refletir a importância do conhecimento histórico nas ações, práticas e processos de reabilitação urbana.

A partir da leitura científica foi possível esclarecer a complexidade do espaço urbano, nomeadamente a relevância da abordagem do contexto histórico-social e da evolução morfológica da cidade nos processos de RU, para a concretização de intervenções historicamente conscientes.

Ou seja, intervenções que permitem uma plena consciência da sua historicidade e das transformações que ocorreram no seu passado e que ocorrerão no futuro.

Comprovada a importância do conhecimento histórico é essencial ao planeamento, gestão e intervenção na cidade existente, no seu património e bens culturais, promovem-se duas atitudes/ações principais:

- o reconhecimento e interpretação da densidade material e das dinâmicas urbanas, isto é, o entendimento global do espaço;
- a valorização, preservação e promoção do património urbano, através da fomentação dos sentidos de pertença e valor a partir de factos históricos.

Atualmente, a RU representa uma política pública que abrange uma série de problemáticas, a partir de uma perspetiva integrada que se propõe tratar toda a variedade de questões suscitadas no espaço urbano, com o objetivo do desenvolvimento e coesão territoriais. Por isso tem vindo a sublinhar, não só a inclusão do conhecimento histórico, como também a interdisciplinaridade - a necessidade de articulação estreita de diferentes áreas de saber.

Na teoria a interdisciplinaridade é realmente promovida e concretizada, refletindo-se nos vários programas e planos de reabilitação urbana, de que é o exemplo o programa europeu de cooperação territorial URBACT<sup>18</sup>.

Também através das entrevistas foi possível perceber o quão esta multidisciplinariedade é perspetivada como um aspeto positivo e frutífero.

---

<sup>18</sup> Disponível para consulta em: <https://www.adcoesao.pt/fundos/cooperacao-territorial-europeia/interreg-vc-interregional/urbact/>

Acontece, porém, como ficou amplamente demonstrado através dos casos de estudo que nem sempre a teoria é refletida na prática, reconhecendo-se uma desigualdade disciplinar nas oportunidades de participação nos processos de RU, nomeadamente das disciplinas da História e História da Arte.

No caso de Guimarães, apesar do conhecimento histórico ter sido essencial para o entendimento do espaço, da sua história, transformações e rotinas que ali se desenrolam, não existiu uma real inclusão da disciplina da História, já que os estudos histórico-artísticos foram concretizados por uma arquiteta, ainda que a sua carreira na investigação ajude a explicar essa opção.

Já em Coimbra, não houve sequer uma inclusão de um(a) historiador(a) ou historiador(a) de arte, mas tão só a reutilização de um relatório histórico-artístico para preencher o dossiê do projeto, já que este mesmo relatório seria uma obrigação legal. A proximidade da Universidade e as valências nela existentes sobre este mesmo espaço, amplamente trabalhadas no decorrer das últimas décadas, não foram incluídas no processo, nem parecem ter informado as opções finais.

Évora parece constituir a exceção. Foi o único caso que contou com um historiador na equipa projetista, revelando-se essencial tanto para fundamentação do projeto, como para (in)formação dos vários membros da equipa que desconheciam o longo contexto histórico dos espaços. Paradoxalmente é, dos três projetos, o que não tem seguimento.

A principal conclusão retirada da presente investigação, necessariamente breve e quase apenas uma sondagem, é que esta desigualdade científica se deve por um lado à inexistência de uma força legal que obrigue à inclusão da valência histórico-artística, como se verifica com a arqueologia, e, sobretudo à ainda incipiente consciência coletiva do conceito de Reabilitação Urbana e dos procedimentos que a prática envolve. Aliás, a primeira decorre da segunda.

Comumente, o ato de reabilitar o espaço urbano é associado à obra no sentido literal, acabando por se desacreditar, ou até mesmo desconhecer, todos os processos prévios que se dedicam a examinar, decifrar e apreender o território.

Desta sondagem parece poder afirmar-se que as autarquias são particularmente responsáveis por esta disparidade disciplinar. Examinando as divisões e departamentos de reabilitação urbana, assiste-se a um padrão da composição das equipas projetistas, de planeamento e reabilitação, dentro das quais as ciências sociais são minorias que se remetem a trabalhos de menor impacto no processo de reabilitação urbana.

Até mesmo a Arqueologia, matéria que ainda embora presente nos quadros disciplinares das autarquias e nos processos de reabilitação urbana é frequentemente concretizada de modo superficial, aquilo que se designa de arqueologia de emergência.

Os trabalhos de arqueologia servem mais para dar resposta às obrigações legais e de fiscalização, não sendo expeditos e valorizados os processos imprescindíveis de investigação, análise, arquivo, conservação e divulgação. Terminada a obra, termina também o trabalho de campo, resultando em trabalhos de arqueologia reduzidos e acelerados. A pressão (e aceleração) que recai sobre estes trabalhos conduz por regra resultados limitados, muito aquém, em extensão e profundidade, do desejado.

O mesmo acontece, por regra, com as investigações histórico-artísticas, realizadas pela História e História da Arte que se limitam a sucintos relatórios para enquadramento dos espaços para preenchimento de documentos como as *Fichas de Sítio e de Impacto Patrimonial e Arqueológico* impostas pela DGPC, ou ainda para a realização de *Memórias Descritivas e Justificativas*, documento essencial para proposta de delimitação de uma ARU.

A desigualdade das ciências sociais e humanas dentro dos municípios acontece sobretudo por duas razões:

**Fatores económicos**, já que a concretização de trabalhos de investigação histórica depende da facultação de meios financeiros e de tempo laboral. O desequilíbrio que no cômputo geral afeta as ciências sociais e humanas no quadro dos municípios acontece também pela incapacidade de aumentar os efetivos nestas áreas científicas, sempre muito limitados em número, permitindo uma adequação aos tempos de produção de conhecimento.

**Questões administrativas e institucionais das autarquias**, particularmente entre as próprias divisões e departamentos municipais que apresentam problemas de comunicação interna, trabalhando de forma autónoma e indiferente à colaboração e cooperação. Mesmo dispondo dos recursos humanos dentro das autarquias, se estes não forem articulados sob um único propósito, dificilmente os resultados desejados são obtidos. Por exemplo, havendo historiadores e historiadores de arte nas divisões de cultura e património faria todo o sentido existir uma cooperação de departamentos assídua, e tal não acontece.

Em suma, apesar da clara importância do conhecimento histórico na Reabilitação Urbana para a aplicação de uma abordagem integrada nesta política pública, assiste-se

frequentemente à incompreensão do conhecimento histórico e a uma dominante desvalorização da relação entre valências, de modo que os trabalhos da Arqueologia, História e História da Arte nos processos de RU, ou não se concretizam, ou se limitam ao básico e essencial no quadro legal.

As autarquias são as entidades mais importantes para a inversão desta situação. É essencial que as mesmas atualizem a sua perspetiva e reflitam novamente questões referidas anteriormente como: reabilitar porquê? reabilitar o quê? reabilitar para quê? reabilitar para quem?, oferecendo as mesmas oportunidades e ferramentas às diversas valências que deveriam compor uma equipa de planeamento, gestão e intervenção no espaço urbano.

É necessário promover uma relação de cooperação, colaboração, divisão de trabalhos e partilha de conhecimento dentro das autarquias.

É de referir ainda que esta partilha de conhecimento não se deve limitar aos departamentos e divisões municipais, mas estender-se também aos processos de sensibilização e informação da população e ainda a parcerias, para remate de consensos e mobilização de recursos internos e financeiros.

Refiro-me particularmente às parcerias formativas com entidades de investigação, ensino e divulgação do conhecimento, tais como universidades, institutos politécnicos, centros de estudos, entre outros, uma estratégia fundamental para a concretização dos objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, como sublinha a *Agenda Urbana 2030*<sup>19</sup>.

Na prática, os processos que seguem estas diretivas parecem depender exclusivamente de vontades individuais, de uma maior sensibilidade por parte de membros das equipas ou autarquias com capacidade de decisão. E, como tal, são pontuais e excecionais no panorama nacional. Não fazem lei ou são sequer suficientemente conhecidos para mudar uma prática prejudicial e profundamente ultrapassada.

---

<sup>19</sup> Disponível para consulta em: <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>

## Bibliografia

---

- Afonso, J. F. (2007). *Guimarães—Da fundação a Património da Humanidade*.  
Obtido de [https://run.unl.pt/bitstream/10362/12587/1/ART\\_10\\_Afonso.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/12587/1/ART_10_Afonso.pdf)
- Alvará joanino de 20 de Agosto de 1721.* , (1721).
- Alves, C. (2016). *Reabilitação Urbana: Uma prática (de)corrente. O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana e a sua aplicação – da instrumentação à intervenção* (Tese para obtenção do Grau de Doutor em Arquitetura).  
Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Aragão, S. (2006, Dezembro). O estudo dos tipos-interfaces entre tipologia e morfologia urbana e contribuições para o entendimento da paisagem.  
*Geosul*, 21(42), 29–43.
- Argan, G. C. (1984). *História da Arte como História da Cidade* (P. L. Cabra, Trad.). Editori Riuniti. Obtido de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4272382/mod\\_resource/content/1/Hist%C3%B3ria%20da%20Arte%20como%20Hist%C3%B3ria%20da%20Cidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4272382/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria%20da%20Arte%20como%20Hist%C3%B3ria%20da%20Cidade.pdf)
- Arquivo Histórico do Município de Coimbra. *Livro de atas de vereações: 1839-1842.* , (1839).
- Ayres, S. (2016). A flexibilidade como fator de preservação. Em *Memória, Arquitetura e Projeto: Reflexão e Propostas para uma reabilitação sustentada do Património Urbano e Arquitetónico* (pp. 41–48). Lisboa: By the book.

- Bandarin, F., & Oers, R. van. (2015). *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage*. United Kingdom: John Wiley & Sons.
- Burke, P. (2005). *La nueva historia. Nueve entrevistas, Valência y Granada*.
- Campos, J. C. de, & Murtinho, V. (2018). Paisagem urbana histórica, A Lusa Atenas como matriz cultural de Coimbra. Em *Lugares e territórios: Património, turismo sustentável, coesão territorial* (41033.<sup>a</sup> ed., Vol. 33, pp. 19–41). Âncora Editora. Obtido de <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/86982/1/Paisagem%20urbana%20historica.pdf>
- Carneiro, L. S. (2011). Vestígios, permanências e continuidades. *Sinais de Cena*, 109–123.
- CartadeVeneza.pdf*. (sem data). Obtido de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>
- Cavalcanti, M. A. N. (2015). *Património Cultural e Participação Popular: A importância da educação patrimonial*. Apresentado na XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis.
- Centro Histórico de Guimarães. (sem data). Obtido 2 de Março de 2022, de Comissão Nacional da UNESCO website: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-de-guimaraes>
- Choay, F. (2000). *Alegoria do Património*. Edições 70.

- Choay, F. (2015). *As Questões do Património: Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70.
- Cohen, N. (2001). *Urban Planning Conservation and Preservation (1ª)*. McGraw-Hill Professional.
- Corboz, A. (1997). *La Suisse comme hyperville*. 1–8.
- Corboz, A. (2004). El territorio como palimpsesto. Em *Lo urbano en 20 autores contemporáneos* (pp. 25–34).
- Correia, M. B. (2001, Setembro). 280 anos da primeira lei do Património Cultural. *Pedra & Cal: conservação e reabilitação*, p. 37.
- Cruz, L. P. N. da S. (2018). *Reabilitação e Autenticidade: Consequências no tecido urbano (1ª)*. Chiado Books.
- Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10.* , (1976).
- Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. (2000). *Vocabulário do Ordenamento do Território* (Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano). Campo Grande, Lisboa.
- Direção-Geral do Património Cultural - República Portuguesa. (sem data-a). DGPC | Cartas e Convenções Internacionais sobre Património. Obtido 26 de Outubro de 2021, de Cartas e Convenções Internacionais sobre Património website: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/>
- Direção-Geral do Património Cultural - República Portuguesa. (sem data-b). DGPC | O que fazemos. Obtido 26 de Outubro de 2021, de O que

fazemos? website: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/o-que-fazemos/>

Feliciano, A. M. (2016). A intervenção culturalista como génese de uma «nova ideia» de património: Uma recontextualização Pós-Moderna sobre a prática da Reabilitação Urbana e Arquitetónica. Em *Memória, Arquitetura e Projeto: Reflexão e Propostas para uma reabilitação sustentada do Património Urbano e Arquitetónico* (pp. 23–34). Lisboa: By the book.

Ferreira, M. da C. F. (2010). *Guimarães: Duas vilas, um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)* (CITEM e Universidade do Minho (ICS)). Braga.

Ferreira, M. da C. F. (2010). *Guimarães: Duas vilas, um só povo Estudo de história urbana (1250-1389)*. (Universidade do Minho. Co-edição CITEM). Guimarães.

Ferreira, S. C. de C. (2013). *Coexistência do tempo no território: Projecto de representação do Complexo Monástico de S.Miguel de Bustelo*. Universidade do Minho - Escola de Arquitetura, Guimarães.

Formas, V. R. R. (2018). *Os municípios e a salvaguarda do Património Cultural (1949-2015)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

*Fundamentos da Morfologia Urbana*. (sem data).

Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra. (2017). *Obras de reabilitação do Quebra Costas e do Largo do Quebra Costas: Processo 35183/2011*. Arquivo da Direção Regional da Cultura do Centro. Arquivo da Direção Regional da Cultura do Centro.



Gabinete para o Centro Histórico de Coimbra. (2020). *Obras de reabilitação do Largo da Sé Velha: Processo (2013) 06 03/02, Vol. I e II*. Arquivo da Direção Regional da Cultura do Centro. Arquivo da Direção Regional da Cultura do Centro.

Garcia, F. (1992). *Construir en lo construído, la arquitectura como modificación*. Madrid: Editorial Nerea.

Gonçalves, A. (2015). *Salvaguarda em Desenvolvimento: Notas para um planeamento integrado*. Apresentado na Encontros Técnicos O Planeamento para os Conjuntos Classificados - O Planeamento para a Salvaguarda, Évora.

G.T.L., Câmara Municipal de Guimarães. (1998). *Guimarães*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.

G.T.L., Câmara Municipal de Guimarães. (2002). *Guimarães Património Cultural da Humanidade* (Câmara Municipal de Guimarães). Guimarães.

ICOMOS. (1986, Setembro 7). *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*.

ICOMOS. (2011). *Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos*. Apresentado na 17ª Assembleia Geral do ICOMOS, Paris. Obtido de [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta\\_Principles\\_Portugese.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/Valletta_Principles_Portugese.pdf)

Inspeção-Geral de Finança. (sem data). Definição de reabilitação urbana. Obtido 7 de Outubro de 2021, de Utilização de instrumentos fiscais na reabilitação urbana de zonas históricas degradadas, pelos municípios website:

[https://www.igf.gov.pt/inftecnica/75\\_anos\\_IGF/ruiribeiro/ruiribeiro\\_cap02.htm](https://www.igf.gov.pt/inftecnica/75_anos_IGF/ruiribeiro/ruiribeiro_cap02.htm)

- Lamas, J. M. R. G. (2010). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (Fundação Calouste Gulbenkian). Lisboa.
- Lefebvre, H. (2012). *O Direito à Cidade* (1ª). Lisboa: Estúdio e Livraria Letra Livre.
- Leite, A. S. (2016). Memória, Arquitetura e Projeto: Algumas reflexões em aberto sobre o valor da memória no Projeto de Reabilitação. Em *Memória, Arquitetura e Projeto: Reflexão e propostas para uma reabilitação sustentada do Património Urbano e Arquitetónico* (pp. 7–22). Lisboa: By the book.
- Lowenthal, D. (1985). *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Magalhães, R. (sem data). História da Cidade de Coimbra. Obtido 16 de Fevereiro de 2022, de Câmara Municipal de Coimbra website: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/viver/a-cidade/historia/historia-da-cidade>
- Marrou, H.-I. (1954). *De la connaissance historique* (6ª). Éditions du Seuil.
- Martins, S. M. A. (2018). *Arquiteturas em cenários pós-guerra. Projeto para concurso Syria: Post war housing*. Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Matos, A. R. L. de. (2014). *Cidade Património Cultural da Humanidade, Guimarães. Da Construção à Reabilitação do Centro Histórico* (Dissertação de mestrado integrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Porto.

- Menezes, M. (2005, Dezembro). Património Urbano: Por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? *Cidades- Comunidades e Territórios*, (11), 65–82.
- Menezes, M. (2013). Da conservação da paisagem urbana à luz da relação entre materialidade e imaterialidade. *Jornadas nas Paisagens Milenares do Douro Verde*. Apresentado na III ENCONTRO CITCEM | Paisagem - (I)Materialidade, Porto.
- Menezes, M., & Tavares, M. L. (2004). *Salvaguarda da imagem da cidade histórica e dinamização do património urbano: Discutindo algumas questões*. Apresentado na 6ª Cidade Revelada- Património Histórico, Arquitetura e Turismo, Itajaí, Santa Catarina (Brasil).
- Moreira, A. S. A. (2017). *O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana: Programação à intervenção. Operacionalizar a reabilitação urbana: O caso de condeixa-a-nova*. Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Neto, M. S. (2016). *A Problemática do Saber Histórico* (2ª). Coimbra: Palimage.
- Noras, J. M. (2011). *Contributos dos municípios para a salvaguarda do património*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Noras, J. M. (2015). *Mais Património: Vida e alma por trás das pedras* (14035.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Âncora Editora.
- Oliveira, D. E. C. (2020). *Absorver para Reabilitar: Estratégia de Reabilitação Urbana para Coimbra: Pólo de Serviços, um facilitador do processo*. Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Coimbra.

- Oliveira, M. M. (2010, Março 31). *Requalificação Urbanística da Praça do Toural, Alameda de S. Dâmaso e Rua de Santo António, Guimarães | Projecto de Execução de Arquitectura. Memória Descritiva e Justificativa*. Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.
- Oliveira, M. M. (2012, Junho). *Renovação Praça do Toural, Alameda de São Dâmaso, Rua de Santo António, Guimarães: 2010-2012* (N. M. Borges).
- Oliveira, M. M. (2013, Abril). (re)Desenhar no coração da cidade: O Projeto de Reabilitação Urbana da Praça do Toural, da Alameda de São Dâmaso e da Rua de Santo António, em Guimarães. *Monumentos*, (33), 118–132.
- Oliveira, M. M., Cabral, M. J., & Jotta, A. (2012). Requalificação urbana da Praça do Toural [Habitar Portugal]. Obtido de Requalificação urbana da Praça do Toural website: <http://www.habitarportugal.org/pt/projecto/requalificacao-urbana-da-praca-do-toural/>
- Oliveira, V. (2016). *Urban Morphology: An Introduction to the Study of the Physical Form of Cities*. Porto: Springer International Publishing / Faculdade de Engenharia Universidade do Porto & Departamento de Arquitectura Universidade Lusófona do Porto. Obtido de DOI 10.1007/978-3-319-32083-0
- Oliveira, V. (2018). *Teaching Urban Morphology*. Porto: Springer International Publishing / Departamento de Engenharia Civil, Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Obtido de <https://doi.org/10.1007/978-3-319-76126-8>

- PEDU, Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. (2016). Obtido 8 de Fevereiro de 2022, de Câmara Municipal de Coimbra website: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/viver/urbanismo/plano-estrategico-de-desenvolvimento-urbano-pedu-apresentacao>
- Pesavento, S. J. (2004). Com os olhos no passado: A cidade como palimpsesto. *Revista Esboços: Cidade e Memória*, (11).
- Pesavento, S. J. (2005). Cidade, espaço e tempo: Reflexão sobre a memória e o património urbano. *Pelotas*, II (4).
- Pickard, R. (2001). *Management of Historic Centres*. Taylor & Francis.
- Priberam Informática. (2008, 2021). Recuperação—Dicionário Online Priberam de Português. Obtido 3 de Janeiro de 2022, de <https://dicionario.priberam.org/recupera%C3%A7%C3%A3o>
- Priberam Informática. (2008, 2021). Renovação- Dicionário Online Priberam de Português. Obtido 3 de Janeiro de 2022, de <https://dicionario.priberam.org/renova%C3%A7%C3%A3o>
- Priberam Informática. (2008, 2021). Revitalização- Dicionário Online Priberam de Português. Obtido 3 de Janeiro de 2022, de Dicionário Priberam website: <https://dicionario.priberam.org/revitaliza%C3%A7%C3%A3o>
- Regime jurídico da reabilitação urbana—Decreto-Lei n.º 307/2009*. , (2017).
- Regime jurídico das autarquias locais—Lei n.º 75/2013, Secção III, Subsecção I, Artigos 33 e 35. Diário da República n.º 176/2013, Série I de 2013-09-12*. , (2013).
- Requalificação do Largo da Sé Velha, Quebra Costas e Beco da Carqueja adjudicada por 1,6M€. (2020, Abril 7). Obtido 8 de Fevereiro de 2022, de Coimbra.pt website: <https://www.coimbra.pt/2020/04/requalificacao-do->

largo-da-se-velha-quebra-costas-e-beco-da-carqueja-adjudicada-por-16me/

- Requalificação do Largo da Sé Velha, Quebra Costas e Beco da Carqueja arranca em breve. (2021, Abril 15). Obtido 8 de Fevereiro de 2022, de Coimbra.pt website: <https://www.coimbra.pt/2021/04/requalificacao-do-largo-da-se-velha-quebra-costas-e-beco-da-carqueja-arranca-em-breve/>
- requalificar—Dicionário Online Priberam de Português. (sem data). Obtido 2 de Março de 2022, de <https://dicionario.priberam.org/requalificar>
- Robalo, M. (2016). Espaço, Tempo e Arquitetura. Em *Memória, Arquitetura e Projeto: Reflexão e Propostas para uma reabilitação sustentada do Património Urbano e Arquitetónico* (pp. 35–40). Lisboa: By the book.
- Rossa, W. (2000). A arte inconsciente da comunidade. *História*, 27.
- Rossa, W. (2011). Urbanismo e poder na fundação de Portugal: A reforma de Coimbra com a instalação de D. Afonso Henriques. Em *Fomos condenados à cidade: Uma década de estudos sobre património urbanístico* (pp. 233–252). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rossa, W. (2015). História(s) do património urbanístico. Em *Fomos Condenados à cidade: Uma década de estudos sobre património urbanístico* (pp. 59–79). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rossa, W. (2015). Património Urbanístico: (Re)fazer cidade parcela a parcela. Em *Fomos condenados à cidade: Uma década de estudos sobre património urbanístico* (pp. 97–131). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rossa, W. (2015). *Urbanismo ou o Discurso da Cidade*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Rossa, W. (2020). O resto não é paisagem, mas sim o todo. *Património, Cidade e Território*.

Rossi, A. (2004). *A Arquitetura da Cidade* (E. Brandão, Trad.).

Salv guarda e recuperação—Como Intervir no Centro Histórico de Coimbra. (sem data). Obtido 1 de Março de 2022, de Câmara Municipal de Coimbra website: <https://www.cm-coimbra.pt/areas/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana/outras-informacoes/como-intervir-no-centro-historico-de-coimbra-%c2%96-sensibilizacao-e-informacao-ao-munice>

Santos, L. A. M. dos. (2013). *A evolução histórica e geográfica da Baixa de Coimbra- Funções e Transformações. Uma proposta de exploração pedagógica* (Relatório final de Estágio no Âmbito do Mestrado em ensino em História e Geografia no 3ºciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, Universidade de Coimbra). Universidade de Coimbra, Coimbra. Obtido de <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/36013/1/A%20Evolucao%20Historica%20e%20Geografica%20da%20Baixa%20de%20Coimbra.pdf>

Saraiva, A. F. P. (2014). *A análise morfológica como suporte ao planeamento urbano: O caso de estudo da Porta de Cascais* (Técnico de Lisboa). Técnico de Lisboa, Lisboa. Obtido de [https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/844820067124143/Tese\\_vFinal.pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/844820067124143/Tese_vFinal.pdf)

Seminário Internacional sobre a Forma Urbana. (1990). ISUF: Glossário. Obtido 4 de Dezembro de 2021, de ISUF - International Seminar on Urban Form website: <http://urbanform.org/glossary.html>

- Silva, J. M. M. F. (2017). *A invenção do Património urbano: Processos de produção dos lugares patrimoniais em Portugal*. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Simplício, M. (1997). *Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora*. Évora: Universidade de Évora. Obtido de <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11038>.  
<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/11038>
- Simplício, M. (2003). *Évora: Origem e Evolução de uma Cidade Medieval*.
- Simplício, M. (2009). *Evolução da estrutura urbana de Évora: O século XX e a transição para o século XXI*. Évora: Câmara Municipal de Évora. Obtido de <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/2668>
- Simplício, M. (2013). *A cidade de Évora e a relevância do centro histórico*. Porto: CEGOT e Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Obtido de <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8383>
- Simplício, M. (2017). *Estrutura urbana de Évora: Um percurso pelo Centro Histórico*. Évora: Universidade de Évora. Obtido de <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/21527>
- Sousa, I. F. N. (2016). *Princípios da Reabilitação de Edifícios. Aplicação a casos de estudo*. Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Lisboa.
- Sucena, S. (2020, Dezembro). A metáfora do hipertexto e a cidade contemporânea Reflexão seguida de ensaio – A área circundante à estação do Metro de Sete Bicas, em Matosinhos, como objecto hipertextual. *A Obra nasce*, (43), 43–60.



- Terán, F. de. (2009). *El Pasado Ativo: Del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la cidade* (1ª). Madrid: AKAL.
- Trindade, L. (2013). *Urbanismo e composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Trindade, L. (2017, Outubro 18). *História, urbanismo e interpretação: Viver (n)a cidade com o passado ativo. IV-Cidade Medieval*, 157–177. Câmara Municipal de Guimarães.
- Trindade, L. (2018). *História do Urbanismo: Investigação, fontes e instrumentos. Espaços e poderes na Europa Medieval*.
- Trindade, L. (2019). *História, urbanismo e interpretação: Viver (n)a cidade com o passado ativo. As Cidades na História: Sociedade, IV-Cidade Medieval*, 157–175. Câmara Municipal de Guimarães.
- UNESCO. (1976). *Recomendação de Nairobi—Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e a sua função na vida contemporânea*.
- UNESCO. *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana*. , (2011).
- UNESCO. (2017, Julho 12). *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*.
- Vocabulário do Ordenamento do Território*. (2000). Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Obtido de [https://issuu.com/fernandocordeiro58/docs/vocabulario\\_do\\_ordenamento\\_do\\_terri](https://issuu.com/fernandocordeiro58/docs/vocabulario_do_ordenamento_do_terri)
- (Sem data).



# Anexos

---

Modelo da Entrevista:

## **Questões aos entrevistados das Câmaras Municipais:**

1. De que forma considera que as ciências humanas e sociais – disciplinas como a Arqueologia, História, História da Arte - são tão relevantes como outras ciências exatas – especialmente as Engenharias e a Arquitetura - no que toca a gerir, planear e intervir no espaço urbano?
2. Na sua perspetiva, acha que ambas as ciências são perspetivadas de forma igual e imparcial nas políticas de Reabilitação Urbana atuais?
3. Se sim, que mecanismos garantem esta equidade?  
Se não, onde se reconhece esta desigualdade?

## **Questões particulares direcionadas para o caso de estudo:**

1. De modo geral, como é composto o vosso departamento/ equipa na Câmara Municipal de [inserir nome]?
2. Que exercícios executam o arqueólogo, historiador e historiador de arte no vosso departamento/ equipa?
3. Considera que existe uma relação de diálogo e cooperação entre as várias matérias/disciplinas que compõem a vossa equipa?
4. Tendo em mente a intervenção [inserir nome do caso de estudo], quais foram as partes envolvidas neste processo (comunidade, instituições, partes privadas)?
5. De que forma considera que no decorrer da intervenção foram fundamentais a diversidade disciplinar e a inclusão do conhecimento histórico?

6. Foram promovidas parcerias, nomeadamente a participação de instituições de ensino superior, de investigação e produção de conhecimento?

Em caso afirmativo, o trabalho produzido no âmbito desta colaboração foi posteriormente vertido em publicações, papers, posters, comunicações ou outros formatos de trabalhos científicos?

Em caso negativo, porquê?

7. Foram promovidos momentos de debate e sensibilização para a promoção de uma participação pública ativa? O que foi importante discutir?

8. De que modo a intervenção contribuiu para a preservação, conservação e valorização dos aspetos históricos, culturais e artísticos do espaço e da memória coletiva associada ao mesmo?

#### **Questões à população e comunidade:**

1. Qual a sua relação com o espaço [inserir nome da área]? (é morador, é o seu local de trabalho, é um espaço que utiliza periodicamente?)

2. O que mais aprecia/estima nesta área da [inserir nome da área]?

3. A câmara municipal realizou obras de reabilitação nesta área da [inserir nome da área]. Esta entrou em contacto convosco (população) para pedir a vossa opinião e participação na preparação das obras [inserir nome]?

4. Se sim, como foi feita essa colaboração e que questões foram discutidas? Em caso negativo, gostavam de ter participado neste processo? O que teriam acrescentado ao debate?

5. De modo geral, qual a sua opinião acerca do resultado das obras aqui efetuadas?

Tabela 1: Modelo da grelha de observação, análise e comparação dos casos de estudos

| 1. Contextualização |   |  |   |
|---------------------|---|--|---|
| A intervenção       | Quem propôs e intercedeu na intervenção?  | Prioridades e objetivos da intervenção   | Descrição da equipa de planeamento e reabilitação e das disciplinas científicas envolvidas  |
| <b>Guimarães</b>    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara Municipal de Guimarães</li> <li>• Escola de Arquitetura da Universidade do Minho</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adaptação do espaço à modernidade;</li> <li>• Favorecimento da relação pedonal;</li> <li>• Melhoramento das questões de mobilidade;</li> <li>• Melhoramento das infraestruturas e serviços.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Arquitetura</li> <li>• Artes plásticas</li> <li>• Engenharia de mobilidade</li> <li>• Engenharia civil</li> <li>• Engenharia de eletrotécnica e de computadores</li> <li>• Paisagismo</li> <li>• História</li> </ul> |
| <b>Coimbra</b>      | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara Municipal de Coimbra</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar o conforto e a acessibilidade e segurança nos espaços;</li> <li>• Realizar uma intervenção baseada no binómio da ténuedade-funcionalidade.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Engenharia civil</li> <li>• Arquitetura</li> <li>• Antropologia</li> <li>• Arqueologia</li> </ul> <p>(não foram encontrados mais dados)</p>  |
| <b>Évora</b>        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara Municipal de Évora</li> <li>• Acrópole XXI: Arquiteto Nuno Ribeiro Lopes</li> </ul>         | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Salvaguarda e valorização patrimonial;</li> <li>• Respeito e divulgação da história, carácter e valores patrimoniais;</li> <li>• Revitalização das funções do espaço;</li> <li>• Atrair novas funções e atividades ao espaço;</li> <li>• Fomentar o turismo cultural no CHE;</li> <li>• Melhorar a mobilidade e acessibilidades no espaço.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Arquitetura</li> <li>• Paisagismo</li> <li>• Engenharia civil</li> <li>• Engenharia eletrotécnica</li> <li>• Engenharia mecânica</li> <li>• Arqueologia</li> <li>• Sociologia</li> <li>• História</li> </ul>         |

## 2. Observação e análise

| A intervenção    | Houve Arqueologia? Onde?  | Houve envolvimento das disciplinas da História e História da Arte? Onde?  | Foi estabelecida a sensibilização dos intervenientes e da comunidade? Como?   | Foram promovidos momentos de debate e participação ativa? O que foi discutido?  |
|------------------|---|---|---|---|
| <b>Guimarães</b> | <p>Não foi encontrada informação referente à arqueologia, todavia existia Arqueologia na CMG, mas a sua presença não foi relatada nos documentos referentes à intervenção</p>                         | <p>Não houve um envolvimento direto de um historiador ou historiador de arte. Verificou-se apenas uma consultoria histórica realizada por um arquiteto e ainda a participação de alunos das unidades curriculares da <i>História da Arquitetura</i> e de <i>História da Cidade da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho</i>.</p> | <p>A arquiteta responsável mostrou-se sensível aos processos de participação pública. Ocorreram apresentações e comunicações públicas de divulgação do projeto e ainda a apresentação de um vídeo síntese do processo e projeto. Contudo, conversando com a população concluiu-se que nem toda a comunidade foi alertada e convidada para os debates.</p> | <p>Nos momentos de debate não foram discutidos projetos ou feitas decisões de desenho, foram sim momentos para ouvir a comunidade. As reuniões de discussão pública foram eventos para esclarecimento daquilo que a população pretendia e achava importante fazer com o espaço, e ainda para contacto com a memória coletiva - aquilo que era mais valorizado e querido à comunidade no espaço.</p> |
| <b>Coimbra</b>   | <p>Sim, houve Arqueologia permitindo a definição de medidas de salvaguarda, a deteção de contextos de relevo patrimonial e a listagem de materiais mais corretos e adequados a utilizar no espaço</p> | <p>Não houve um envolvimento direto. Houve a utilização de um relatório histórico-artístico realizado por uma historiadora de arte, sete anos da intervenção</p>  | <p>Segundo dados retirados da entrevista, o Gabinetete para o CHC realiza entrevistas à população, assim como reuniões publicas que apresentação do projeto, mas no dossiê do processo não se encontrou nenhuma referência a estas ações.</p>   | <p>Segundo dados retirados da entrevista, o Gabinetete para o CHC realiza entrevistas à população, assim como reuniões publicas que apresentação do projeto, mas na documentação do processo não se encontrou nenhuma referência a estas ações.</p>   |

|              |   |  |   |   |
|--------------|---|--|---|---|
| <b>Évora</b> | <p>Sim, a Arqueologia foi entendida como uma ferramenta ideal para a visualização, leitura e compreensão do passado e do carácter das paisagens históricas urbanas.</p> | <p>Sim, houve a inclusão de um historiador e ainda de informação/conhecimento histórico levantado pela CME ao longo de vários anos</p> | <p>Não foram encontradas referências à concretização de reuniões ou sessões de sensibilização da comunidade.<br/>O projeto foi realizado para um concurso e este seguiu as normas e informações previamente definidas pela CME.</p> <p>Não obstante, verificou-se uma sensibilização da equipa da <i>Acrópole XXI</i> através de uma relação próxima com um historiador convidado à equipa.</p> | <p>Não foram encontradas referências à concretização de reuniões ou sessões de sensibilização.<br/>O projeto foi realizado para um concurso e este seguiu as normas e informações previamente definidas pela CME.</p> |
|--------------|---|--|---|---|

| 3. Diagnóstico   |   |  |   |  |
|------------------|---|--|---|--|
| A intervenção    | Foi tomada uma consciência histórica? De que forma?   | Foi preservada a memória e identidade do local nos pós intervenção?  | <u>Conclusão:</u><br>Qual a importância do conhecimento na intervenção?   |  |
| <b>Guimarães</b> | Sim, houve a preocupação em abordar todo o contexto histórico-social dos espaços e em construir um projeto consciente das relações entre o espaço e a sua comunidade ao longo do tempo. | Sim, o carácter dos espaços foi respeitado, assim como as suas características, elementos e edifícios de valor.  | O conhecimento histórico foi essencial para o <b>entendimento global do espaço</b> , seja de aspetos tangíveis ou intangíveis.  |  |
| <b>Coimbra</b>   | Não, no fundo não houve preocupação em realizar um levantamento histórico profundo ou o cuidado em promover uma atitude de preservação e valorização histórica.                         | No caso do Largo da Sé Velha as obras ainda estão a decorrer. No caso das escadas e Largo do Quebra Costa, as intervenções não alteraram profundamente os espaços, estas focaram-se na mudança do piso.<br>Contudo, estas alterações causaram grande revolta por parte da população que preferia o antigo visual das escadas, considerando a intervenção obras de deturpação | Embora não tenha sido realmente aplicado à intervenção, o conhecimento histórico foi essencial para a consciencialização do projeto, no sentido de que se quis fazer obras mínimas para preservar a dinâmica do espaço e dos seus elementos históricos. |  |
| <b>Évora</b>     | Sim, houve a preocupação em fazer um levantamento histórico, em envolver um historiador na equipa e o cuidado em  | O projeto não foi concretizado.  | O conhecimento histórico permitiu o <b>estudo do passado a partir de elementos escondidos</b> ,   |  |



|  |   |  |   |
|--|---|--|---|
|  | <p>fundamentar o desenho e as decisões do mesmo com a informação histórica.</p> |  | <p><b>transformados</b> ou até parcialmente <b>apagados</b>.</p> <p>Sobretudo para <b>estudo de aspetos morfológicos</b>, desde a própria topografia, a malha urbana, aos edifícios que pertenceram à formação do espaço e que acompanharam e influenciaram a sua evolução física, cultural e social.</p> |
|--|---|--|---|